



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO PROJETOS DE VIDA: UM ESTUDO
A PARTIR DE UM ASSENTAMENTO RURAL**

FABIA SCHNEIDER STEYER

Araras

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO PROJETOS DE VIDA: UM ESTUDO
A PARTIR DE UM ASSENTAMENTO RURAL**

FABIA SCHNEIDER STEYER

ORIENTADORA: PROFa. Dra. SONIA M. P. P. BERGAMASCO
CO-ORIENTADORA: PROFa. Dra. VANILDE F. S. ESQUERDO

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
**MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras
(2019)

FICHA CATALOGRÁFICA

Schneider Steyer, Fabia

Sistemas agroflorestais como projetos de vida: um estudo a partir de um assentamento rural / Fabia Schneider Steyer. -- 2019.

163 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Banca examinadora: Fernando Silveira Franco, Abelardo Gonçalves Pinto

Bibliografia

1. Sistemas Agroflorestais. 2. Assentamentos Rurais. 3. Jovens rurais . I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Helena Sachi do Amaral – CRB/8 7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fabia Schneider Steyer, realizada em 31/05/2019:

Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco
UFSCar

Prof. Dr. Fernando Silveira Franco
UFSCar

Prof. Dr. Abelardo Gonçalves Pinto
CATI

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – código de financiamento 001. Devido a isto, deixo aqui meu agradecimento e também o desejo que a Ciência passe a ser devidamente respeitada e financiada neste país.

À minha orientadora Sonia e co-orientadora Vanilde, pela oportunidade de trabalhar com mulheres extremamente capazes e lutadoras, o que com certeza levarei como inspiração por toda minha vida acadêmica e pessoal.

À Cris, secretária do curso, a qual não mede esforços para auxiliar as/os estudantes e fazer acontecer o curso de pós-graduação.

Por todas as aulas produtivas, discussões construtivas e interessantes, assim como pelas festas com coreografias de FitDance, agradeço à minha turma do PPGADR 2017. Foi ótimo tê-los como colegas!

Aos meus companheiros de casa em Araras: Verinha, Alana, Tati e Jean. Foi breve, mas foi importante voltar pra casa no fim do dia e encontrar pessoas queridas como vocês.

Pela companhia e auxílio no trabalho de campo, agradeço ao novo amigo, Pedro.

Desde a escrita do projeto, até a leitura do arquivo final, agradeço aos meus anjos da guarda de sempre, Marlei e Osvaldo. Todos os agradecimentos do mundo não são suficientes!

Milhares de quilômetros de distância não são capazes de diminuir a importância do seu suporte, pelos quais os agradecimentos não cabem nessas linhas... Gratidão Coruja (ou Aline Prata, para alguns) por compartilhar tanto comigo e sempre acreditar em mim.

Você caminhou comigo desde o início, alegrou-se genuinamente, carregou minha mudança, foi minha assistência técnica de computadores 24 horas... Gratidão por me lembrar de curtir o processo e aproveitar a oportunidade de estudar, e, por tudo isso e muito mais, agradeço a você Vinícius.

Agradeço a você, Melissa, pela motivação e alegria que me trouxe em todo esse processo.

As minhas irmãs Carla, Larissa, Gabriela, Julia, Milena e Eduarda. Vocês são minha maior motivação e inspiração, gratidão pelo apoio e conexão. É por vocês!

Á todos trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento Ipanema, sem os quais esse trabalho não teria ocorrido. Agradeço pela acolhida generosa, por partilharem comigo dos seus conhecimentos e exemplos de vida. Agradeço especialmente àqueles que me hospedaram nos dias de campo, partilhando de seus lares para uma, até então, completa estranha: Boaventura, Tilde, Gabriel, Andressa, Beth, Patrícia, Bruna, Elizabeth, Elis Regina, Elisangela e Walmir.

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE TABELAS.....	i
ÍNDICE DE FIGURAS.....	ii
LISTA DE SIGLAS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 OBJETIVO GERAL.....	3
2. 1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	4
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
3. 1 QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA.....	4
3. 1. 1 ASSENTAMENTOS RURAIS.....	7
3. 2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	11
3. 3 AGROECOLOGIA.....	14
3. 4 SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFS).....	17
3. 4. 1 A IMPLANTAÇÃO DE SAFs.....	22
3. 5 JUVENTUDE RURAL.....	24
3. 6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E SAFS.....	32
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
4. 1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	40
4. 2 NATUREZA DA PESQUISA QUALITATIVA.....	44
4. 3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	45
4. 4 ANÁLISE DOS DADOS.....	53
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	55
5. 1 A IMPLANTAÇÃO DE SAFS NO ASSENTAMENTO IPANEMA: UMA AVALIAÇÃO NECESSÁRIA.....	55
5. 1. 1 OS PROJETOS.....	55
5. 1. 2 DESAFIOS.....	60
5. 1. 3 AVANÇOS E APRENDIZADOS.....	67
5. 1. 4 O QUE É PRECISO PARA QUE SAFS SE TORNEM ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS CENTRAIS NO ASSENTAMENTO IPANEMA?.....	74
5. 2 DESENVOLVIMENTO DOS SAFS NAS FAMÍLIAS.....	76
5. 2. 1 SAFS COM NÍVEL BAIXO DE DESENVOLVIMENTO.....	77
5. 2. 2. SAFS COM NÍVEL MÉDIO DE DESENVOLVIMENTO.....	86
5. 2. 3 SAFS COM NÍVEL ALTO DE DESENVOLVIMENTO.....	100
5. 2. 4 OS SAFS E OS PROJETOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS: OS JOVENS ESTÃO INCLUÍDOS?.....	113
5. 3 OS SAFS E OS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS NO ASSENTAMENTO IPANEMA.....	115
5. 3. 1 OS SAFS PODEM GARANTIR A PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE NO CAMPO?	125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
7 LITERATURA CITADA.....	143

ÍNDICE DE TABELAS

	Página
Tabela 1. Estágio de desenvolvimento dos SAFs conforme características observadas.	47
Tabela 2. Entrevistas realizadas com os informantes chave dos projetos.	48
Tabela 3. Planejamento da organização e tempo dos grupos focais.	52
Tabela 4. Quadro esquemático comparando características dos projetos “Plantando Águas” e PDRS.	55
Tabela 5. Nível do desenvolvimento dos SAFs.	77

ÍNDICE DE FIGURAS

	Página
Figura 1. Mapa da localização do Assentamento Ipanema em relação à FLONA. Autor do mapa: (BUQUERA, 2015).	41
Figura 2. Os desafios mais citados no processo de implantação de SAFs nos projetos “Plantando Águas I” e “PDRS Microbacias II”.	60
Figura 3. Questões mais citadas como avanços e aprendizados no processo de implantação de SAFs no Assentamento Ipanema.	68
Figura 4. Registro do interior de cada um dos SAFs no lote da Família 1. PDRS (2) e PA (1). Janeiro de 2018.	78
Figura 5. SAF implantado por projeto anterior da UFSCar Sorocaba, no lote da Família 1. Janeiro de 2018.	79
Figura 6. SAF PDRS no lote da Família 5. Janeiro de 2018.	79
Figura 7. SAF do PDRS no lote da Família 9. Fevereiro de 2018.	80
Figura 8. SAF do PDRS no lote da Família 11. Fevereiro de 2018.	80
Figura 9. SAF do PDRS no lote da Família 14. Fevereiro de 2018.	81
Figura 10. Situações encontradas no lote da Família 14. Situações encontradas no lote. Horta ao lado da casa, feita pelas mulheres (1); Terra exposta (2). Fevereiro de 2018.	84
Figura 11. SAF do PDRS no lote da Família 2, com detalhe para árvores produtivas já no segundo ano de implantação. Janeiro de 2018.	86
Figura 12. SAF do PDRS no lote da Família 3. Janeiro de 2018.	87
Figura 13. SAF PDRS no lote da Família, a seta indica detalhe de produção de mamão. Janeiro de 2018.	87
Figura 14. SAF PDRS no lote da Família 4. Novembro de 2018.	87
Figura 15. SAF PDRS no lote da Família 6. Janeiro de 2018.	88
Figura 16. SAF do PA no lote da Família 6. Janeiro de 2018.	88
Figura 17. SAF do PDRS no lote da Família 8. Fevereiro de 2018.	89
Figura 18. SAF do PDRS no lote da Família 12. Fevereiro de 2018.	89
Figura 19. SAFS no lote da Família 15. SAF do PDRS (1); SAF do PA (2).	90
Figura 20. Climatizador caseiro para amadurecimento de frutas. Fevereiro de 2018.	95
Figura 21. Pomar agroflorestal da Família 3. Janeiro de 2018.	96
Figura 22. Práticas agroflorestais existentes em outros locais do lote da Família 2. Produção de goiabas orgânicas (1); Consórcio agroflorestal de bananeira e palmeiras (2). Janeiro de 2018.	97
Figura 23. Práticas agroecológicas de consórcio na lavoura da Família 4: milho, maxixe, abóbora, mamona.	97
Figura 24. Tratorito vindo do PDRS (1); Caixa d’água vindo do PA (2). Novembro de 2018.	98
Figura 25. SAF do PA no lote da Família 7. As setas apontam a proximidade do SAF da área de APP restaurada. Fevereiro 2018.	100
Figura 26. SAF do PDRS no lote da Família 13. Novembro de 2018.	101
Figura 27. Práticas agroecológicas e agroflorestais no lote da Família 13. Viveiro para produção de mudas florestais (1); Área do lote no qual	106

- o SAF está sendo expandido (2); Horta biodiversa ao lado da casa (3).
Novembro de 2018.
- Figura 28.** Práticas agroecológicas e agroflorestais existentes no lote da família 7. Plantação de goiaba com banana, não implantada durante o projeto (1); Casebre de madeira destinado à produção de mudas (2). Fevereiro de 2018. 106
- Figura 29.** Práticas agroecológicas e agroflorestais existentes no lote da família 7. Criação de galinhas em um cercado dentro do pomar agroflorestal (agrossilvipastoril) (1); Sementes crioulas (2). Novembro de 2018. 107
- Figura 30.** Práticas agroecológicas e agroflorestais existentes no lote da família 7. Área de restauração de APP, que ocorreu em projeto anterior (1); Lavoura com biodiversidade e consórcios (2). 108
- Figura 31.** Trator da COPRIR, obtido através do PDRS. Novembro de 2018. 110
- Figura 32.** Reunião do Grupo focal 1 realizada no dia 10 de Novembro de 2018. 117
- Figura 33.** Reunião do Grupo focal 2 realizada no dia 28 de Novembro de 2018. 117

LISTA DE SIGLAS

ABA – Agroecologia – Associação Brasileira de Agroecologia
AD: Análise do Discurso
AC: Análise do Conteúdo
APP: Área de Preservação Permanente
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
CATI: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDRS: Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEA: Centro Experimental ARAMAR
CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente
DRP: Diagnóstico Rural Participativo
EDR: Escritório de Desenvolvimento Sustentável
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz
FNMA: Fundo Nacional do Meio Ambiente
GEE: Gases do Efeito Estufa
IBAMA: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMM: Ministério do Meio Ambiente
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU: Organização das Nações Unidas
PA: Projeto de Assentamento
PA I: Plantando Águas I
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PDA: Programa de Projetos Demonstrativos
PDR: Projeto de Desenvolvimento Rural
PDS: Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PDRS: Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável
PENSAF: Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais
PGPM: Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB: Produto Interno Bruto
PLANAPO: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica Rural
PNMC: Política Nacional Sobre Mudança do Clima
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSA: Pagamento por Serviços Ambientais
SAF: Sistema Agroflorestal
SMA: Secretaria do Meio Ambiente

SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO PROJETOS DE VIDA: UM ESTUDO A PARTIR DE UM ASSENTAMENTO RURAL

Autor: Fabia Schneider Steyer

Orientador: Prof. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Co-orientador: Prof. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo

RESUMO

Sistemas Agroflorestais (SAFS) são uma forma de produção agropecuária no qual o componente arbóreo é parte do agroecossistema. Devido a características vantajosas de menor uso de insumos externos à propriedade, diversidade de produção, baixo custo de manutenção, dentre outros, tem sido apontado como estratégia ideal de desenvolvimento rural para agricultura familiar. No Assentamento Ipanema, localizado em Iperó/SP, diversas iniciativas de implantação de SAFs e de conservação ambiental aconteceram ao longo de sua história. Dentre os anos de 2013 a 2017 os projetos Plantando Águas I e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II implantaram SAFs, e outras ações, neste local. O objetivo desta pesquisa foi avaliar se os SAFs implantados por estes dois projetos contribuíram para a qualidade de vida das famílias assentadas, bem como avaliar a relação com a permanência dos jovens no assentamento. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave dos projetos, com as famílias que foram beneficiadas e, por meio de dois grupos focais, com alguns jovens dessas famílias. As falas foram utilizadas para análise, através de seu conteúdo e discurso, também apoiadas por observações anotadas em caderno de campo. Os resultados mostraram que os projetos foram meios de acessar capacitação e recursos, e geraram impacto positivo da vida dos beneficiados, somando 62 áreas implantadas. As organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural e dos agricultores (cooperativas e associação), também foram beneficiados com estrutura física e pela experiência gerada pelo processo de implantação. Porém, alguns entraves foram observados, sendo os principais a descontinuidade dos projetos e a burocracia. Alguns dos entraves durante o processo de implantação afetaram o pleno desenvolvimento do SAF, e a maioria está no nível médio de desenvolvimento. Problemas internos ao assentamento e nas famílias também afetaram, como falta de infraestrutura básica, vulnerabilidade social, pouca mão de obra e acesso a mercados, assim como poucos recursos financeiros para investimento. Mesmo com as dificuldades, os SAFs apresentam resultados como melhoria da qualidade do solo e aumento da produção de alimentos, e a maior parte das famílias tem projetos futuros vinculados aos SAFs. Quanto aos jovens, o êxodo desses para a cidade é recorrente, o que está ligado principalmente às más condições de infraestrutura e de dificuldade de geração de renda própria do jovem a partir do trabalho no lote. Ainda assim, muitos destes constroem projetos de vida

relacionados ao assentamento, mesmo quando não diretamente ligados ao trabalho na agricultura. Os SAFs no Assentamento Ipanema estão em um processo de transição, e tem trazido expectativas e ânimo para a comunidade. A permanência, sejam dos jovens ou outros membros das famílias, está interligada a questões socioeconômicas que vão além do SAF, necessitando que estes estejam vinculados a uma política pública mais ampla de apoio ao desenvolvimento. Essas experiências tem gerados benefícios e aprendizados, e, diante do estímulo necessário, podem se configurar em um exemplo de desenvolvimento rural em torno da Agroecologia e de SAFs.

Palavras Chave: Sistemas Agroflorestais; Assentamentos Rurais; Jovens Rurais.

AGROFORESTRY SYSTEMS AS LIFE PROJECTS: A STUDY FROM A RURAL SETTLEMENT

Author: Fabia Schneider Steyer

Adviser: Prof. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Co-adviser: Prof. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo

ABSTRACT

Agroforestry Systems (SAFs) are a way of agricultural production in which the tree component is part of the agroecosystem. Due to advantageous characteristics of less use of external inputs, production diversity, low maintenance costs, among others, has been pointed out as an ideal strategy for rural development for family farming. In the Ipanema Settlement, located in Iperó / SP, several initiatives for the implementation of SAFs and environmental conservation occurred throughout its history. Between the years of 2013 to 2017 the projects Plantando Águas I and Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado, implemented SAFs, and other actions, in this place. The objective of this research is to evaluate whether the SAFs implanted by these two projects contributed to the quality of life of settled families, and the relation with the permanence of the young people in the settlement. Data were collected through semi-structured interviews with key informants of the projects, with the families that were benefited and, through two focus groups, with some young people from these families. The speeches were used for analysis, through their content and discourse, also supported by observations noted in the field notebook. The results showed that the projects were means of accessing training and resources, and generated a positive impact on the lives of beneficiaries, adding 62 implanted areas. Technical Assistance and Rural Extension organizations and farmers (cooperatives and associations) also benefited from the physical structure and experience generated by the deployment process. However, some barriers were observed, the main discontinuity of projects and bureaucracy. Some of the barriers during the implementation process affected the full development of the SAF, and most are in the medium level of development. Internal problems to the settlement and families also affected, such as lack of basic infrastructure, social vulnerability, low labor and access to markets, as well as limited financial resources for investment. Despite the difficulties, the SAF already show results as improved soil quality and increase food production, and most of the families have future projects linked to SAFs. As for the young people, the exodus of these to the city is recurrent, which is related mainly to poor infrastructure conditions and of difficulty of generating of own income of the young from the work in the lot. Still, many of these build life projects related to the settlement, even when not directly related to work in agriculture. The SAFs in the Ipanema Settlement are in a process of transition, and have brought expectations and encouragement to

the community. The permanence, whether young people or other family members, are linked to socio-economic issues that go beyond the SAF, requiring that they are bound to a broader public policy development support. These experiences have generated benefits and learning, and, given the necessary stimulus, can be configured in an example of rural development around Agroecology and SAFs.

Keywords: Agroforestry Systems; Rural Settlements; Rural Youth.

1 INTRODUÇÃO

O atual modelo hegemônico de agricultura foi implantado no pós-guerra, durante a chamada revolução verde. Este modelo baseou-se na utilização de extensas áreas de monocultivo, pouca mão de obra e um pacote tecnológico de uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos, melhoramento genético, mecanização, além de especialização produtiva (ALTIERI, 2004).

Esse modelo, também chamado de agricultura convencional (agricultura moderna, agronegócio, agricultura industrial etc) é um dos pilares da crise ambiental vivida no mundo. Isso porque causa poluição, contaminação, erosão do solo, desertificação, perda de biodiversidade, entre outros desequilíbrios ambientais (CAPORAL, 2008). Essa crise também foi social, pois empobreceu a população rural, o que gerou um enorme êxodo para as cidades (SILVA, 1981). Atualmente, os agricultores familiares ainda encontram problemas para permanência no campo (ABRAMOVAY et al, 1998). A juventude rural é especialmente afetada, pois muitas vezes não encontram condições estruturais para construção de seus projetos de vida (CASTRO, 2009).

Em contraposição a agricultura industrial moderna, surge à agroecologia. Seu enfoque científico busca resgatar a produção de alimentos sem a degradação do ambiente e dos bens naturais, permitindo também a qualidade de vida dos agricultores (CAPORAL, 2009). A agroecologia está além da técnica, é uma ciência e também um movimento que propõe ações práticas de mudança da realidade, respeitando culturalmente os povos e visando uma mudança de valores na sociedade (ALTIERI, 2004; BORSATTO e CARMO, 2013a).

A agroecologia tem como foco os agricultores familiares, categoria que sempre esteve presente na agricultura (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2009). A agricultura familiar é uma categoria social importante para o desenvolvimento do país. Não apenas por ser responsável por grande parte dos alimentos consumidos. É capaz de absorver maior quantidade de mão de obra do que a agricultura convencional, o que cria empregos e gera renda (IBGE, 2006; IBGE, 2017). Além disso, sua produção possui práticas mais sustentáveis do que a agricultura convencional (CAPORAL, 2009). Porém, a

não permanência dos jovens no campo, traz consequências para a reprodução das unidades familiares (CASTRO, 2005).

Os jovens rurais têm sido apontados como desinteressados pelo campo e atraídos pela vida nas cidades, mas pouco se faz ou sabe-se o que fazer para motivar sua permanência no campo. Os problemas da juventude rural são atrelados aos problemas pelos quais passam os agricultores familiares, como dificuldade de acesso à educação e outros serviços básicos (CASTRO, 2005; CASTRO, 2009). Existe ainda o recorte específico da condição dos jovens rurais de assentamentos, que enfrentam a falta de condições para produzir, a limitação dos lotes em relação a espaço físico e a falta de possibilidade de expansão de lotes para novos núcleos familiares, dentre outras dificuldades (OLIVEIRA et al, 2006; LOPES e CARVALHO, 2015).

Os sistemas agroflorestais (SAFs), são uma prática agroecológica de cultivo agrícola (e em alguns casos, de animais) consorciado com o uso de espécies florestais (ENGEL, 1999). Uma de suas características fundamentais é a diversificação da produção, utilizando um número grande de espécies, o que diminui a produtividade específica, mas aumenta a produção por área, resistência a pragas e oscilações climáticas, dentre outros benefícios. Os SAFs tem se mostrado viáveis economicamente a os agricultores familiares, com renda líquida superior aos sistemas de produção convencionais (MAY e TROVATTO, 2008).

Os SAFs são planejados segundo as necessidades, conhecimentos e interesses do agricultor, podendo seguir esquemas mais simples até os mais complexos. Devido a estas características, os SAFs têm sido apontados como ferramenta de desenvolvimento rural sustentável, que garantem a produção de alimentos de maneira ecológica, viável economicamente e também socialmente, pois contribuem com a fixação dos agricultores no campo, resgatando a qualidade de vida e autoestima das famílias (PALUDO e COSTABEBER, 2012).

O enfoque agroecológico considera as questões ambientais, sociais e econômicas em equilíbrio, devendo os SAFs proporcionar vantagens em todas essas dimensões (MAY e TROVATTO, 2008). A utilização de SAFs são um

meio de unir a agricultura com a conservação ambiental (CANUTO et al, 2018). Quando sob o enfoque agroecológico, o uso de SAFs traz significativos benefícios para agricultura familiar. Dessa forma, pode representar além de um projeto de produção vinculado aos objetivos de vida dos agricultores (GOULART et al, 2016).

Os sistemas agroflorestais têm sido utilizados como alternativa de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar (PORRO e MICCOLIS, 2011) e é preciso criar meios de avaliar se essa estratégia tem sido capaz de melhorar a vida dos agricultores, tanto em sua reprodução socioeconômica quanto ambiental (OLIVEIRA, 2016). Assim, a presente pesquisa busca contribuir com reflexões, a partir da análise dos dados coletados em um assentamento rural, que possam auxiliar o aprimoramento de políticas públicas de transição agroecológica e de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar e da permanência dos jovens no campo.

2 OBJETIVO GERAL

No Assentamento Ipanema, localizado no município de Iperó/SP, diversos projetos de implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) tem ocorrido. Estes têm sido importantes para desenvolver a agricultura familiar deste território, a qual passa por dificuldades de infraestrutura para a vida e produção de alimentos. A evasão da mão de obra, principalmente de jovens, ocorre no assentamento devido a essas dificuldades. Os objetos de estudo desta pesquisa foram dois projetos: O projeto Plantando Águas (PA), com patrocínio da Petrobrás e executado entre os anos de 2013 e 2015 e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado (PDRS), com financiamento do Banco Mundial, executado entre os anos de 2014 a 2017. O objetivo desta pesquisa foi avaliar se estes SAFs contribuíram para a qualidade de vida das famílias assentadas, bem como sua relação com a permanência dos jovens no assentamento.

2. 1 Objetivos Específicos

- Sistematizar e analisar o processo de implantação de projetos de SAFs: atores sociais envolvidos, recursos oferecidos aos assentados, dentre outros;
- Analisar se os SAFs trazem mudanças ambientais, econômicas e sociais que afetem a qualidade de vida dos jovens dos assentamentos;
- Analisar se o uso de SAFs como meio de produção afeta o futuro das famílias e de seus sucessores;
- Investigar se os jovens do assentamento têm interesse em se manter nos lotes e viver da agricultura;
- Investigar se houve diferença na vontade dos jovens do assentamento em se manter no meio rural após a implantação dos sistemas agroflorestais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3. 1 Questão Agrária e Reforma Agrária Brasileira

A estrutura agrária brasileira pós-ditadura militar até a atualidade pouco se modificou, em alguns casos inclusive apresentando maior concentração de terras. Mesmo após esforços da constituição de 1988, observa-se a permanência das desigualdades na distribuição no número e tamanhos de propriedades rurais (ALCANTARA FILHO e FONTES, 2009). Os últimos censos agropecuários de 2006 e 2017 também demonstram que a estrutura fundiária permanece concentrada e desigual (IBGE, 2006; IBGE, 2017), continuando a fomentar no país os debates em torno da questão agrária e da reforma agrária.

Questão agrária e reforma agrária são conceitos que tratam da estrutura fundiária, ou seja, como é organizado o acesso e distribuição das terras. A primeira é a análise da estrutura agrária e os consequentes efeitos sociais, ambientais e econômicos gerados por ela, a segunda, é a formulação de uma resposta para resolução dos conflitos vividos devido à estrutura fundiária (DELGADO, 2017).

Diante de nossa estrutura agrária extremamente concentrada, em meados de 1950 e intensificando-se nos anos 1960, surge de fato no Brasil o debate da necessidade de uma reforma agrária como forma de resolver essa situação. As análises e estudos da questão agrária brasileira foram tardios, devido ao longo processo de submissão e colonização que nosso país foi submetido (STEDILE, 2011), passando a ser sistematizado na segunda metade do século XX (BOSETTI, 2017).

Este primeiro debate em torno da reforma agrária foi interrompido pelo golpe militar, em 1964. É o ano que é criado o Estatuto da Terra, em parte para abafar clamores populares (SILVA, 1981). Este definiu quais seriam os limites para realizar desapropriações para fins de reforma agrária: criação dos módulos fiscais e definição de minifúndio e latifúndio; delimitação da produtividade mínima esperada das propriedades rurais e da função social da terra. Porém, o Estatuto da Terra não saiu do papel quanto à reforma agrária durante a ditadura militar (BRANDÃO, 2006), ao contrário, esse foi um período que o Estado financiou uma modernização que beneficiou as grandes propriedades rurais (DELGADO, 2017).

Ao fim da ditadura militar e a com a redemocratização, a necessidade da reforma agrária se baseava nas condições objetivas da então questão agrária existente: a enorme quantidade de camponeses sem terra e altos índices de desemprego devido ao êxodo rural não absorvido pela indústria. Neste período ocorre o “nascimento” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocorreu no I Encontro Nacional do MST em 1984, com forte apoio da igreja católica. A princípio o foco eram os camponeses sem terra ou com propriedades muito pequenas, mas anos após, o movimento também passa a aceitar trabalhadores urbanos (BOSETTI, 2017).

A constituição de 88 instituiu a função social e ambiental da terra, o que assegura a demarcação de territórios indígenas, quilombolas, de florestas públicas e assentamentos rurais. Apesar desse avanço na legislação, nesse período se observa uma nova ordem política e econômica mundial, que intensifica a terra como mercadoria. Isso fica evidenciado através do incentivo às produções tipo *commodities*, que atendem a lógica de mercados financeiros.

O interesse mercadológico sobre a terra se sobrepôs à sua função social, iniciando uma nova etapa de modernização conservadora da agricultura. Diante disto, houve um entrave para o cumprimento da constituição em relação à reforma agrária (DELGADO, 2017).

O não cumprimento da constituição de 88 quanto à reforma agrária, estimulou que a pressão sobre o Estado a partir de mobilizações sociais passasse a ser a maior frente de luta dos movimentos sociais. A partir da segunda metade da década de 90, intensificaram-se as ocupações e mobilizações do MST e os conflitos violentos no campo, época que acontece o massacre de Eldorado dos Carajás. Tal acontecimento incentivou o surgimento do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) o qual acelerou as desapropriações para fins de reforma agrária (BOSETTI, 2017). Diante disto, durante os anos de 1995 a 2002, aumenta o número de assentamentos rurais criados (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Apesar destes avanços, a agricultura convencional recebeu (a ainda recebe) amplo apoio do Estado nas últimas décadas. Foi observado aumento em políticas públicas para a agricultura de exportação, tanto latifundiária quanto familiar. Com isso, esta se expandiu, e passou a explorar outros locais do Brasil como a Amazônia e Cerrado. Esse modelo de agricultura gerou a destruição desses biomas, dentre outros problemas ambientais. Dessa forma, esse tema gradativamente se tornou essencial para a questão agrária (BOSETTI, 2017).

No fim da década de 90 o MST entra para a Via Campesina e inclui de forma central (estava presente antes, mas não como prioridade) à crítica ao modelo de agricultura adotado pelo agronegócio. Dessa forma, passa a defender o desenvolvimento sustentável e uma agricultura alternativa, com ênfase para a agroecologia (BORSATTO e CARMO, 2013b). A partir daí, se inicia um momento de ressignificação da reforma agrária, o qual muda posicionamentos do MST na formação de seus assentamentos e na produção agrícola (BARONE e FERRANTE, 2017):

A ressignificação da reforma agrária tem como papel inserir questões atuais como a crise ambiental global, o aumento da população urbana, e sua

contribuição para resolução destes problemas. Tem como demandas a democratização do acesso a terra, o apoio à agricultura de base familiar e/ou comunitária, assim como o estímulo para a transição agroecológica e de produção de alimentos sem insumos químicos. Nessa visão, a reforma agrária é mais que distribuição de terras, mas uma política pública permanente que busca o real desenvolvimento sustentável, em todo o rural brasileiro (BARONE e FERRANTE, 2017).

Isso não quer dizer que as questões ambientais anulem outros pontos do problema da concentração fundiária. Ao contrário, vem para fortalecer e explorar as novas contradições existentes, utilizando a agroecologia como contraponto e um caminho a seguir. A compreensão do que representa a reforma agrária no século XXI não pretende retirar a centralidade da necessidade da organização dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores. Também não busca minimizar a importância desta, porém, parte da conjuntura atual para compreender quais são as táticas que está deve empreender em busca de um real rompimento com a estrutura fundiária existente (BARONE e FERRANTE, 2017).

O momento político atual é um cenário de avanço do neoliberalismo e de desmonte de políticas públicas para agricultura familiar (DE PAULA; GÓMEZ e TRACZ, 2017). Desta maneira, a construção de um modelo de desenvolvimento rural alternativo é um desafio. Vivemos no Brasil a disputa de qual modelo o Estado brasileiro deveria construir. Devido a isto, torna ainda mais necessário o apoio à reforma agrária e do desenvolvimento rural em bases sustentáveis (BARONE e FERRANTE, 2017). As experiências nos assentamentos rurais podem ser caminhos que apontem os benefícios do cumprimento da função social da terra e do desenvolvimento rural em bases sustentáveis.

3. 1. 1 Assentamentos Rurais

Desde a constituição de 88, a reforma agrária tem sido tratada como questão residual, criando pontualmente os projetos de assentamentos rurais, porém não resolvendo de fato os conflitos existentes. Isso acontece porque as

forças políticas conservadoras das elites agrárias se sobressaíram em relação às forças populares dos movimentos sociais (DELGADO, 2017). Nesse embate entre forças políticas e econômicas, a reforma agrária têm ocorrido pontualmente através dos assentamentos rurais. Porém, essa política não é, nem nunca foi constante, sendo identificado picos de maior assentamento de famílias, que coincidem com a ascensão de luta dos trabalhadores rurais e das pressões políticas (BARONE e FERRANTE, 2017).

Assentamentos rurais são soluções criadas pelo poder público para resolver conflitos agrários. Sua criação parte de diversos contextos, tendo em comum os conflitos e mobilização social e política de trabalhadores. Surgem do questionamento da propriedade privada da terra, sendo esta considerada um bem social, que deve ser usado a serviço de atividades produtivas, justificando a desapropriação daquelas chamadas “improdutivas”. Os assentamentos podem ser criados a partir da organização permeada por movimentos sociais, com o ideal de desapropriar terras improdutivas e passá-las para populações que queiram morar, produzir alimentos e matérias primas (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

Os assentados são pessoas advindas de situação de vulnerabilidade social muito alta, não possuindo renda para financiar a produção. Mesmo com o acesso a terra, pois não acessam os insumos (sementes, máquinas e tecnologias, adubos etc). Além disso, o início dos assentamentos é no geral marcado pela falta de todas as infraestruturas básicas, como saneamento, rede de água, transporte etc. (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

Além da infraestrutura básica inexistente ou insuficiente, as terras nas quais são alocados, muitas vezes, são de baixa qualidade e degradadas, dificultando a produção agrícola. O uso de tecnologia para melhorar o uso da terra poderia ser uma solução, mas, os assentados têm pouco ou nenhum acesso a políticas públicas de crédito, impossibilitando o investimento. Conseguindo produzir excedentes para a venda, fica a dificuldade de logística e de comercialização, pois não possuem meios de transporte adequado, as estradas são precárias, os assentamentos muitas vezes são afastados da

cidade, além de não possuírem acesso aos canais de comercialização (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

No livro *O que são assentamentos rurais*, os autores pontuam:

A conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas da produção econômica. Para realizá-la, é necessário o (re)estabelecimento de relações com instituições públicas e privadas. Como já apontamos anteriormente, porém, nem sempre este ambiente no qual os produtores se inserem é adequado às suas necessidades, e sua precariedade pode impedi-los de obter avanços produtivos. A carência de meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem em um sistema que dê continuidade a sua pobreza. (BERGAMASCO e NORDER, p. 56).

Devido a toda burocracia para acesso a crédito, mesmo as linhas criadas para agricultura familiar e/ou assentados são pouco acessadas, e quando o são, tendem a ser aqueles situados nas maiores faixas de renda. É datada de muitos anos a preocupação com a criação de linhas de crédito para agricultores familiares e assentados, com especificidades que possam atender a realidade desses atores sociais, com um desenvolvimento regional e aliado à expansão de outras áreas, como sistema de saúde, previdência social, comunicação, infraestrutura etc (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

As primeiras modalidades de assentamentos não tinham em seus projetos a questão ambiental como central. Projetos de assentamento mais novos estão incluindo o desenvolvimento sustentável, tanto ambiental quanto em outros aspectos da vida dos assentados. Apesar deste importante avanço, a execução destas propostas permanecem enfrentando as dificuldades de infraestrutura, fiscalização e assistência técnica que não são encontradas nos assentamentos (AMARAL e FERRANTE, 2014).

A pouca quantidade de técnicos, o orçamento limitado para investimentos, assim como burocracias da legislação, fazem com que o órgão gestor, responsável pelo assentamento, tenha dificuldade de colocar em prática seus próprios compromissos com esses espaços. Assim, obras de saneamento, de perfuração de poços, capacitação etc., acabam por não acontecer, e a questão do desenvolvimento sustentável e da qualidade ambiental, passa a ser tratada como mera formalidade, prejudicando a qualidade de vida e de produção dos assentamentos (AMARAL e FERRANTE, 2014).

Resumir a questão ambiental à solicitação de licenças, à averbação de reservas legais, à implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas ou à fiscalização é uma forma simplista de tratar a questão ambiental. Isso não quer dizer que essas ações não tenham importância, quer dizer apenas que elas não são suficientes. (AMARAL e FERRANTE, p. 334).

O estabelecimento de um assentamento em um local gera tensões políticas e econômicas. Para obter apoio para políticas públicas, e dessa forma conquistar seu desenvolvimento social e econômico, os assentados precisam dos órgãos locais, como prefeituras. Porém, nesse jogo político, os assentados não possuem poder, o que dificulta que consigam apoio para um projeto de desenvolvimento alternativo (FERRANTE e BARONE, 2004).

Existe uma formulação teórica em torno da valorização da agricultura familiar e de um desenvolvimento que contraponha a agricultura familiar. Entretanto, a teoria é contraditória em relação à prática, pois o agronegócio ainda é o projeto econômico em vigor no Estado brasileiro. Um equilíbrio entre a continuidade da defesa da agricultura familiar, das experiências de desenvolvimento rural vividas nos assentamentos e da mobilização dos trabalhadores rurais, será importante para determinar o futuro do rural brasileiro (ALENTEJANO, 2000).

Atualmente, a maior parte das famílias assentadas encontra-se na região nordeste do país, sendo o sudeste a com menor número de famílias assentadas (SANTOS et al, 2015). Existe uma heterogeneidade nos assentamentos, devido a seus distintos territórios, sujeitos, biomas, históricos de formação etc. Porém, pode-se dizer que a agricultura convencional encontra-se disseminada nos assentamentos. Atividade de produção com base sustentável, ainda são minoria. Além disso, a população dos assentamentos no geral ainda tem baixos índices de desenvolvimento social, acesso a infraestrutura básica, acesso a crédito, dentre outros. A previdência social, salários obtidos com trabalho fora do assentamento e programas de transferência de renda são significativos para a renda dos assentados. Entretanto, os assentamentos são mais do que “bolsões de pobreza”, pelo contrário, equiparam com os dados da agricultura familiar no geral (KAGEYAMA; BERGAMASCO e OLIVEIRA, 2010).

Os assentamentos da reforma agrária tem sido palco de inovações em direção a uma agricultura mais sustentável. Isso parte também de uma mudança do MST em prol da questão ambiental e da agroecologia (BORSATTO e CARMO, 2013b). A transição agroecológica, assim como a visão da conservação da natureza, tem estado presente dentro dos assentamentos rurais, e os resultados dessas experiências podem trazer perspectivas de caminhos a seguir e apoiar a ressignificação da importância da reforma agrária em busca da maior sustentabilidade (BARONE e FERRANTE, 2017).

3. 2 Agricultura Familiar

A utilização do termo agricultura familiar é nova no Brasil, datando de cerca de três décadas. Porém, mesmo que o termo seja recente, refere-se a uma categoria que sempre esteve presente na agricultura. O trabalho familiar é o ponto em comum entre grupos que apresentam diversos tipos de manejos, produção, cultura etc. Trata-se de um grupo que permaneceu ao longo de nossa história sempre à margem das grandes propriedades rurais, sem investimentos por parte do Estado. Ainda assim serviu a propósitos como produção de alimentos para a população e fornecimento de mão de obra (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2008; SCHNEIDER e CASSOL, 2014). Essa situação dificultou que esses agricultores se mobilizassem para reivindicar suas pautas, algo que ocorreu de forma tardia, em meados do século XX (PICOLOTTO, 2014).

A agricultura familiar é aquela baseada no trabalho da família, preocupa-se com a produção de alimentos para a subsistência, mas também está inclusa nos mercados (PICOLOTTO, 2014). Sendo uma forma de trabalho que existe há milênios, algumas conceituações teóricas apontavam para seu desaparecimento no mundo moderno (WANDERLEY, 2014; PICOLOTTO, 2014).

Porém, a agricultura familiar permaneceu nos países de todo o planeta como um importante setor. Essa agricultura familiar moderna não é a mesma do campesinato pré-capitalista, tendo como característica a integração com o mercado através de distintas estratégias, além da adoção do modo de vida

moderno. Existe um processo de diferenciação interna nessas famílias agricultoras que tem a ver com novos comportamentos e também com a mudança no trabalho devido à tecnologia disponível. As famílias modernas são mais reduzidas e nem sempre é necessário envolver todos os membros no trabalho agrícola (WANDERLEY, 1998).

A junção de diferentes grupos campestres dentro da categoria agricultura familiar foi uma elaboração teórica. A intenção foi dar visibilidade a um grupo de agricultores que tem produção significativa para o país (BERGAMASCO, 1997). São agricultores que ocupam as menores áreas, porém empregam mais trabalhadores rurais. Além de geração de emprego, produzem a maior parte dos alimentos consumidos no país e são mais sustentáveis.

Gradativamente, iniciaram as primeiras políticas públicas voltadas a esse setor. Os estudos acadêmicos sobre a agricultura de base familiar foram importante para esse reconhecimento, mas também a própria organização desses agricultores. Foram atuantes nesse processo os sindicatos de trabalhadores rurais e os movimentos sociais, os quais propuseram a troca do uso de termos como “pequena produção” para “agricultura familiar”. A organização desses trabalhadores resultou em uma total revalorização da agricultura familiar, que antes era vista como pequena e atrasada e após, se torna um novo modelo que contrapõe a agricultura patronal (as grandes propriedades) (PICOLOTTO, 2014):

Esta circulação de informações e de categorias, essa complementaridade entre pesquisas acadêmicas, de agências estatais e internacionais e as ações de reivindicação e proposição do sindicalismo logrou colocar no centro das ações de desenvolvimento rural o agricultor familiar. (PICOLOTTO, 2014, p. 81).

Um marco do reconhecimento institucional da agricultura familiar é a Lei n. 13.326, criada em 2006. Ela estabelece que são agricultores familiares aqueles que: tem propriedades de até quatro módulos fiscais, dirigem o estabelecimento familiar juntamente com a família, utilizando predominantemente a mão de obra de seus membros, possuindo um percentual mínimo de renda familiar advindo do estabelecimento agropecuário (BRASIL, 2006).

No debate atual em torno da agricultura familiar, está a defesa da retomada do uso do termo “camponês” para denominar agricultores familiares. O campesinato brasileiro formou-se a partir de um processo de colonização do interior do país, surgindo de uma diversidade de povos e de miscigenação (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2014; WANDERLEY, 2014). Esses agricultores campesinos são chamados dos mais diversos nomes (colonos, ribeirinhos, posseiros etc.), tendo sido também englobados dentro da agricultura familiar.

Campesinos e agricultores familiares possuem muitas similaridades entre si. Porém, existe uma diferenciação no grau de inserção e especialização nos mercados capitalistas. Em uma escala, o campesino com total autonomia de mercados está em um extremo, e o agricultor familiar totalmente inserido na lógica capitalista, do outro. Assim como já destacado por Schneider e Cassol (2014), está claro que a maior parte dos agricultores não está entre os extremos, e que na sociedade atual dificilmente um camponês poderia estar totalmente isolado de mercados.

O processo de integração das famílias agricultoras aos mercados não se dá de forma homogênea, criando toda a diversidade encontrada. Durante esse processo, quanto mais uma família está integrada ao mercado, menos ela é autônoma em sua produção agropecuária, pois estará dependente de insumos externos, das demandas dos consumidores etc., o que também afeta seu modo de vida, pois a produção para fora do estabelecimento passa gradativamente a ter maior importância do que a produção para o autoconsumo (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2014).

Porém, as famílias agricultoras não são estáticas nesse processo, e buscam formas de reproduzir seu modo de vida camponês e ao mesmo tempo se integrar aos mercados. A busca por autonomia é o que caracteriza a resistência camponesa, a qual está permanentemente buscando estratégias para sua continuidade. Não é possível afirmar que seja linear o processo de inserção das famílias agricultoras aos mercados, sendo errônea a percepção que o futuro será a inserção total ao mercado de todas as famílias, assim como afirmar que a inserção fará com que estas percam totalmente sua autonomia (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2014).

3. 3 Agroecologia

A Revolução Verde instalou um modelo de agricultura “convencional”, que aumentou a produtividade dos agroecossistemas a partir de um pacote tecnológico de insumos agrícolas. Porém, passadas algumas décadas dessa transformação na agricultura, observam-se diversas crises decorrentes desse modelo (sociais, ambientais e econômicas), as quais demonstram a insustentabilidade desse sistema. Nesse contexto, surge a agroecologia (ALTIERI, 2004).

A reconexão com a natureza, utilizando os processos ecológicos como ponto de partida, é o enfoque dado pela agroecologia e que através de experiências concretas tem mostrado seu potencial de mudar o quadro dessa crise global. O enfoque agroecológico propõe mudanças nos padrões de consumo e produção agrícola e a mediação entre conhecimentos tradicionais com os científicos (PETERSEN, WEID e FERNANDES, 2009).

A segurança e soberania alimentar não foram alcançados a partir da Revolução Verde, mesmo com todo o aparato de Estado e financiamentos recebidos por décadas. Ao contrário, percebemos a contaminação da saúde das pessoas e da natureza, sendo está degradada de diversas formas. Com isso, mostra-se urgente a transição para uma agricultura mais sustentável, sendo a agroecologia um enfoque científico capaz de dar apoio a esse processo. A agroecologia sozinha não se propõe a resolver todos os problemas gerados pelas ações antrópicas, mas busca orientar estratégias de desenvolvimento rural e transição para estilos de agricultura mais sustentáveis (CAPORAL, 2009).

A agroecologia valoriza o saber popular, e também o conhecimento científico. Diferentemente do paradigma cartesiano, em que cada ciência é estudada separadamente, a agroecologia é uma ciência da complexidade que integra as diferentes ciências como a Física, Economia Ecológica, Biologia, Educação e Comunicação, História, Antropologia e Sociologia, dentre outras. Desta forma, diminui a distinção entre as ciências exatas, biológicas e humanas, mostrando que cada ciência tem o seu papel na construção do desenvolvimento rural (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2009).

Portanto, a agroecologia se contrapõe a ciência convencional, e busca afirmar-se em seu próprio arcabouço teórico (BORSATTO e CARMO, 2013a). A pesquisa agroecológica se sustenta a partir de pilares que envolvem principalmente processos participativos e dialógicos. O conhecimento científico aqui prevê a participação das comunidades rurais, dos sujeitos, não apenas como objetos de estudo, mas como participantes. Desta forma, agrega a perspectiva sociológica em seus métodos (GUZMÁN, 2002).

A agroecologia entende que o funcionamento da agricultura deve ser visto como um ecossistema, e por isso denomina o agroecossistema como sua unidade de estudo. Portanto, é preciso otimizar o funcionamento geral e não apenas focar em uma ou outra cultura, ou ainda esquecer os fatores socioeconômicos. Assim como nos ecossistemas, os agroecossistemas devem considerar as relação intra e interespecíficas das espécies, maximizar o uso de recursos naturais e ter biodiversidade (ALTIERI, 2004).

Práticas de manejo agroecológico favorecem a eficiência do uso dos recursos naturais na agricultura. Além disso, auxiliam na conservação do solo e regulação dos ciclos hidrológicos, como o da água. As estratégias agroecológicas devem alcançar o equilíbrio do sistema através de ações como (ALTIERI, 2004):

- Promover a conservação e regeneração dos recursos naturais, (solo, água, germoplasma, fauna e a flora benéficas etc.), agindo sobre os fatores que permitam a manutenção destes e preservando os serviços ecossistêmicos que eles geram;
- Aumentar a diversificação no agroecossistema ao longo do tempo, no espaço (policultivos), uso de SAFs, uso de diversidade genética (variedades e sementes crioulas) e na paisagem;
- Fazer a reciclagem de nutrientes e matéria orgânica existentes dentro da propriedade (biomassa de plantas e animais, através de compostagem e outras técnicas) e incrementar com fontes vindas de fora. Além disso, é necessário realizar o controle biológico de pragas e doenças, com o uso de atrativos de agentes de controle

natural e técnicas artificiais, como inseticidas botânicos e produtos alternativos;

- Utilizar e considerar os conhecimentos tradicionais para o manejo, considerando todos os aspectos da intervenção, desde as pessoas que o compõe até o ecossistema no qual está inserido.

Os agroecossistemas de base ecológica diminuem ou anulam a dependência de insumos baseados em combustíveis fósseis, fazendo com que a produção agrícola reduza a emissão de gases do efeito estufa (GEE). Além disso, o uso de biodiversidade, do incremento de biomassa aos solos, do uso de árvores etc., aumenta a captação de carbono atmosférico, o que faz com que seja uma agricultura mitigadora de efeitos das mudanças climáticas, ao contrário da agricultura convencional, que é uma grande responsável por esse problema (PETERSEN, WEID e FERNANDES, 2009).

A conversão de um sistema agrícola convencional para um sistema agroecológico, denominada transição agroecológica, envolvem quatro etapas: 1) eliminação progressiva de insumos; 2) uso eficaz dos insumos; 3) substituição dos insumos; 4) replanejamento do sistema. Essa conversão é gradual, demorando alguns anos para acontecer, durante os quais pode ocorrer uma diminuição da produtividade, e para realiza-la é preciso alto conhecimento dos processos ecológicos, pois nem toda a substituição de insumos é ambientalmente adequada (ALTIERI, 2004).

A transição agroecológica prevê um processo dialético e transformador da agricultura, superando o modelo agroquímico e de monoculturas não apenas pela simples substituição de insumos, mas por incorporação de outras dimensões como a política e social. A transição agroecológica prevê um processo gradual de mudança dos agroecossistemas e não uma nova revolução modernizadora (CAPORAL, 2009).

Diante do cenário de desastre ambiental, que tem colocado em risco inclusive a manutenção da vida humana na terra, existe o questionamento do porque da dificuldade de avançar na transição agroecológica. A agricultura convencional recebe volumosos investimentos públicos, na ordem de bilhões anuais, para que se mantenha (PETERSEN, WEID e FERNANDES, 2009),

diferente da agroecologia que possui recursos insuficientes, dependendo principalmente de ONGs para seu desenvolvimento:

[...] pode-se afirmar que a hegemonia mundial do modelo da agricultura industrial vem-se sustentando graças à obstinada resistência a transformações por parte da aliança de elites agrárias, agroindustriais e financeiras em torno do agronegócio e à sua influência decisiva sobre a concepção de legislações e políticas executadas nacional e internacionalmente. (PETERSEN, WEID e FERNANDES, 2009, p. 8).

O avanço da transição agroecológica, prevê a necessidade da superação em um plano político e institucional do paradigma da agricultura convencional. As experiências concretas de agricultura de base ecológica têm fornecido as evidências de seu potencial para auxiliar nesse processo, produzindo resultados quantitativos e qualitativos que respondem positivamente a todas as dimensões da sustentabilidade (econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas da sustentabilidade). A mudança desse paradigma convencional rumo ao paradigma da agroecologia, precisa superar a fragmentação da administração das políticas públicas, com mais participação social, de maneira a pensa-la de uma forma integrada. Também a dicotomia entre Ecologia e Economia é atrasada, pois as políticas de cada um desses segmentos atuam separadamente, quando na verdade são dependentes uma das outras (PETERSEN, WEID e FERNANDES, 2009).

3. 4 Sistemas Agroflorestais (SAFs)

Os SAFs estiveram presentes como forma de uso do solo pelas populações indígenas muito antes da colonização do Brasil. Consiste na produção que agregue espécies perenes lenhosas e/ou de estrato arbóreo (árvores, arbustos, palmeiras e bambus) com espécies agrícolas e/ou pecuária, com esses componentes organizados de múltiplas formas no espaço e também no tempo (ENGEL, 1999). Devido à função protetiva das árvores, os SAFs são uma forma de evitar a degradação ambiental e utilizar melhor os recursos naturais, embora seja mais complexo (maior número de espécies presentes) e aumente os conhecimentos necessários para seu manejo (MORAES; AMÂNCIO e RESENDE, 2011).

No contexto da Mata Atlântica, SAFs podem ser uma estratégia de manejo sustentável pois a maior parte desse bioma já foi destruída pela ação humana, na qual a agricultura teve importante papel (STRAUCH, 2016). Existem povos que realizam manejo com SAFs na Mata Atlântica, de forma tradicional, conhecimentos que podem e devem ser utilizados, que são: pousio florestal, quintais agroflorestais familiares, cacauais arborizados, cafezais sombreados, sistema silvipananeiro, SAF de erva mate, sistema faxinal, citricultura agroflorestal, produção de piaçaba em agroflorestal, sistema taungya, sistemas silvipastoris e sistema box (MAY e TROVATTO, 2008).

SAFs podem utilizar agrotóxicos, porém isso trará riscos à saúde dos agricultores e também danos ambientais, por isso recomenda-se que esses sejam livres desses produtos. Como forma de melhor equilíbrio do sistema, de forma a evitar pragas, é utilizada a biodiversidade e o manejo (CANUTO et al, 2018). Na escolha das espécies dá-se preferência para aquelas de uso comercial, porém existem as que podem possuir pouco valor nesse aspecto, mas que tem funções ecossistêmicas, contribuindo com o bom funcionamento do SAF. Tem grande valor espécies de uso múltiplo, ou seja, aquelas que podem ter características funcionais e também outras, como culturais e comerciais (MAY e TROVATTO, 2008).

A classificação mais difundida dos SAFs diz respeito à organização dos componentes, ou seja, das espécies: Sistemas silviagrícolas (árvores e cultivos agrícolas), Sistemas Silvipastoris (árvores e animais) e Sistemas Agrossilvipastoris (árvores, animais e culturas agrícolas). Essas classificações são diretamente relacionadas à composição das espécies e objetivos de produção (ENGEL, 1999). Além dessa classificação, existem outras, que agrupam conforme funções ecológicas, estrutura, potencial de conservação da biodiversidade etc (CANUTO et al, 2018).

Outra classificação é sobre a organização temporal dos SAFs, podendo ser concomitantes (todos os componentes são associados simultaneamente) ou sequenciais (os componentes se sucedem no tempo). Também podem ser complementares, como cercas vivas ou cortinas de vento, usadas associadas aos outros dois tipos. É virtualmente impossível dizer que dois SAFs podem ser

iguais, isso porque cada agricultor adotará manejos e componentes que atendam interesses e demandas pessoais, sejam de cultura, de mão de obra e tempo disponível, de mercado e necessidades de subsistência (ENGEL, 1999).

Os SAFs são implantados de forma progressiva, substituindo aos poucos as lavouras temporárias (MAY e TROVATTO, 2008). Nesse momento, é preciso considerar diversos fatores, desde a escolha das espécies, orientações que procurem quebrar com o paradigma da agricultura convencional (como a recomendação do não uso de agrotóxicos, e do aumento da biodiversidade), observar quais as necessidades dos agricultores e características ecológicas locais, dentre outras questões (MARCHIORI et al, 2018). Como citado por May e Trovatto (2008) a importância da ATER nesse processo é que:

Os agricultores devem poder contar com um forte e amplo apoio técnico, considerando desde a implantação e manejo de SAFs, até o processo de agregação de valor através do beneficiamento dos produtos gerados, e na busca de mercados que valorizem a sua origem (MAY e TROVATTO, 2008, p. 25).

Os SAFs tem o potencial de contribuir com a permanência de famílias camponesas. Isto se dá pela valorização de conhecimentos tradicionais dos agricultores, através das técnicas de organização da produção vindos da ATER (croqui), auxílio no combate a plantas invasoras sem o uso de veneno, através do sombreamento, melhoramento do solo através de técnicas agroecológicas, segurança alimentar, geração de renda, conservação ambiental através do retorno da biodiversidade local, dentre outros (STRAUCH, 2016).

Práticas agroflorestais devem ser incentivadas, algumas destas são: cerca viva, mourões vivos, tutores vivos, quebra vento, aceiros arborizados (contra o fogo), árvores plantadas em linhas para demarcar limites. Essas práticas trazem benefícios e serviços ecológicos, proporcionados pelas árvores, que podem representar aumento de produtividade e proteção, e também valorizam as paisagens rurais (MORAES; AMANCIO e RESENDE, 2011).

O manejo dos solos nos SAFs é essencial, podendo utilizar técnicas como rotação de culturas, adubação verde, podas e rebaixamento, entre outras, atentando-se para a cobertura constante com matéria orgânica viva e

morta. Quando acontece a implantação de um SAF, é importante realizar o adensamento com espécies com crescimento limitado, mas que sejam perenes, como o guandu. Essas plantas podem trazer benefícios de geração de renda e autoconsumo, e também manter a cobertura do solo, aumentar a umidade e infiltração da água, evitar colonização por espécies indesejáveis etc (MAY e TROVATTO, 2008).

Buscando aumentar o equilíbrio interno do SAF, é necessário promover a biodiversidade, pois a autorregulação auxilia no combate as pragas e doenças (CANUTO et al, 2018). Essa biodiversidade pode ser incrementada aos poucos, como através de plantas que atraiam pássaros (CAMPOS, 2017) e outros tipos de fauna, seleção da regeneração natural. Também é possível se pensar em um mosaico dentro da propriedade, com áreas com pleno sol e outras com sombra, atendendo as diferentes necessidades de luz dos cultivos. A biodiversidade em nível de paisagem também deve ser fomentada, com preservação de matas ciliares, áreas de vegetação natural e práticas agroflorestais (MAY e TROVATTO, 2008).

Em um SAF, a biodiversidade tem a função de aumentar o equilíbrio do sistema. Porém, essa biodiversidade precisa ser manejada, a fim de não afete a produção por competição de recursos entre as plantas, entre outras questões. Além disso, a biodiversidade age como um controle de pragas e doenças (MARCHIORI et al, 2018). Nem sempre a biodiversidade é capaz de conter pragas e doenças, sendo necessárias outras ações como: uso de extratos de plantas que são inseticidas, plantio de plantas para atrair inimigos naturais, afastar insetos indesejáveis e servir como outra opção de alimento para estes, realizar desbastes para entrada de luz, utilizar caldas, dentre outras ações (MAY e TROVATTO, 2008).

Os aspectos biológicos, ecológicos e agrônômicos são essenciais, porém, outros enfoques devem ser dados para os objetivos sejam alcançados, como os econômicos e sociais. Quanto à viabilidade econômica, a renda líquida gerada pelos SAFs é maior. Além disso, essa renda é mais uniforme, pois em um SAF estável existe uma diversidade de produtos gerados ao longo do ano, enquanto que em cultivos convencionais, os agricultores retiram

colheitas concentradas em dados períodos. Para a agricultura familiar, existe uma renda não monetária que é gerada nos SAFs e é importante para o autoconsumo, que deve ser contabilizada (PORRO e MICCOLIS, 2011).

O êxito da comercialização dos produtos do SAF é dificultado devido a diversos problemas, proximidade de cidades, facilidade de escoamento por estradas, meios próprios de transporte, grau de perecibilidade dos produtos etc (PORRO e MICCOLIS, 2011). O associativismo/cooperativismo é uma forma de fortalecer esses agricultores, aumentando a escala da produção, dividindo custos e experiências, planejando a produção, tenham acesso a financiamento de SAF, etc (ABDO; VALERI; MARTINS, 2008).

Estratégias como a certificação participativa orgânica são uma forma de valorizar o produto e alcançar mercados mais valorizados para os produtos do SAF (ABDO; VALERI e MARTINS, 2008). Além disso, formas de comercialização direta, que ofereçam preços justos e outros benefícios aos agricultores são importantes. Um exemplo são as cestas de produtos, compradas diretamente dos agricultores. (MASCARENHAS e GONÇALVES, 2016).

Outras possibilidades de geração de renda dos SAFs são Pagamento por Serviços Ecológicos (PSE) e mercado de carbono para SAF. Atualmente os agricultores que adotam SAFs tem tido custos de oportunidade (não poder usar a terra para uma renda maior em curto prazo) e de manutenção, e existência de um pagamento pelo serviço ecológico gerado seria um incentivo. Mais estudos e políticas públicas nesse sentido são necessários para que essas possibilidades se concretizem, porém algumas experiências práticas têm demonstrado resultados positivos (PORRO e MICCOLIS, 2011).

Os SAFs são estratégia de desenvolvimento sustentável, fomentados por diversos programas e projetos. Porém, o sucesso dos SAFs depende de avaliação e monitoramento periódico, apoiado em indicadores, o que tem sido insatisfatório. É importante que os SAFs implantados sejam rastreados por um longo período, para tornar possível avaliar os impactos de longo prazo destes (BROCKINGTON; HARRIS e BROOK, 2016). O monitoramento precisa de

acompanhamento de ATER e do envolvimento dos agricultores e atores locais. Alguns SAFs são implantados, porém, falta apropriação dos agricultores, os quais se referem aos SAFs como “área do projeto”. Esse distanciamento pode estar associado ao não uso dos produtos para autoconsumo ou venda, o que faz com que ao longo do tempo essas áreas não se mantenham, nem sejam ampliadas as práticas agroflorestais para outros locais da propriedade (MAY e TROVATTO, 2008).

3. 4. 1 A implantação de SAFs

As ONGs são as grandes responsáveis por espalhar os SAFs pelo Brasil. Essas Iniciativas agroflorestais precisam ser melhor compreendidas, fortalecidas e ampliadas (PORRO e MICCOLIS, 2011). Existe uma múltipla ação de fatores que determinará a decisão sobre ter SAFs e aumentar a manutenção destes após a implantação. O conjunto do acesso aos meios de produção, a capacitação técnica, o envolvimento na sociedade e as condições de vida dos agricultores tem influência nesse processo (SCHEMBERGUE et al, 2017).

O alto custo e baixo retorno iniciais, assim como a falta de acesso a mercados, são fatores de dificuldade na implantação de SAFs. Para que os recursos investidos possam ter resultados, é necessário maior apoio ao longo do tempo, pois o orçamento dos projetos está focado apenas na implantação. Um maior tempo de projeto, ou o uso de estratégias como áreas modelo, pode aumentar a adoção pelos agricultores (BROCKINGTON; HARRIS e BROOK, 2016; JACOBI, 2016). O trabalho comunitário, através do uso de mutirões para implantação de SAFs tem sido muito utilizado, o que auxilia na redução dos custos e aumenta a interação entre os agricultores, criando laços e aumentando a coesão social (AMADOR, 2018).

Pessoas pobres não tem como investir e por isso ficam presas a atividades de baixo retorno financeiro. É necessário que sejam realizadas intervenções de melhorias em nível de comunidade, para além dos SAFs, como o saneamento rural. Os problemas estruturais enfrentados no meio rural, como escassez de água, terra e mão de obra, são razões para a não adoção

de SAFs, pois não podem assumir um risco (BROCKINGTON; HARRIS e BROOK, 2016; SIRRINE; SHENNAN e SIRRINE, 2010).

Os SAFs implantados pelos projetos tem potencial de incentivar que outros agricultores, diante da experiência de seus vizinhos, também tenham interesse de realizar esse tipo de produção. A escolha de implantar SAFs não deve ser vista como uma escolha dicotômica entre “adotar ou não” um modelo específico, pois cada agricultor pode gerenciar as árvores na propriedade de diversas formas, gerando uma variação substancial de SAFs (BROCKINGTON; HARRIS e BROOK, 2016).

Para a sensibilização sobre a conservação ambiental, os projetos devem investir mais em educação ambiental (MCGINTHY; SWICHER; ALAVALAPATI, 2008). Os SAFs já têm sido utilizados como estratégia para driblar fatores climáticos (variações de temperaturas, baixa precipitação, dentre outras), o que também pode ser uma estratégia como medida adaptativa às mudanças climáticas (JACOBI, 2016; SCHEMBERGUE et al, 2017).

Apesar de todos os avanços e melhorias ambientais, a influência em nível de paisagem de projetos pequenos, é questionável (PORRO e MICCOLIS, 2011). Para além de uma abordagem “doméstica”, individualizada, uma abordagem coletiva poderia trazer mais sucesso, embora também traria maior necessidade de gestão e coordenação, podendo ser potencialmente mais cara (BROCKINGTON; HARRIS e BROOK, 2016). Uma motivação para essa escala de paisagem pode ser a valorização da terra por meio de SAFs (SCHEMBERGUE, 2017).

A falta de presença do Estado em nível local é um fator comum às iniciativas com SAFs, de forma que faltam serviços públicos básicos, tendo os agricultores que recorrer a ONGs e outras instituições não governamentais para “preencher o vazio”. Incentivos econômicos e de apoio de governos locais no desenvolvimento de SAFs, é um fator determinante. A combinação entre apoio do Estado e de instituições que ofereçam serviços de extensão adequados aumenta as chances de sucesso dos SAFs (PORRO e MICCOLIS, 2011).

Os SAFs implantados a partir de projetos, não são assistidos por uma política pública ampla e contínua, constituindo dessa forma iniciativas isoladas e não um projeto de desenvolvimento. Ainda assim, trazem benefícios para as famílias envolvidas e na construção de um novo paradigma de produção, são incentivos para o desenvolvimento rural sustentável (NUNES e SILVA, 2016). O potencial dos SAFs implantados pelos projetos, através dos fundos públicos e privados é grande, e será gradativamente maior, diante do oferecimento de incentivos e retirada de obstáculos institucionais (JACOBI, 2009).

Os SAFs tem demonstrado que são capazes de auxiliar na permanência das comunidades rurais (STRAUCH, 2016). Um dos desafios desses projetos de implantação de SAFs é torna-los viáveis para a agricultura familiar, e dessa maneira conter o êxodo rural. Devido a características vantajosas que os SAFs oferecem, estes tem sido apontados como capazes de gerar desenvolvimento rural, o que em tese fará com que os jovens venham a permanecer no campo (MAY e TROVATTO, 2008).

3. 5 Juventude Rural

A juventude, composta pelos jovens, diz respeito a uma fase da vida humana, a qual costumeiramente está atrelada a uma faixa etária. A Assembleia Geral da ONU, em 1985, definiu que os jovens seriam aqueles entre 15 e 25 anos de idade, reafirmando posteriormente essa faixa, mas adicionando que está pode variar nos diversos países (BARRIENTOS-PARRA, 2004). A Lei 12.852 de 5 de Agosto de 2013 institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens e, para efeitos dessa lei “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013).

Porém, mais do que uma categoria analítica baseada em uma faixa etária, a juventude diz respeito a uma diversidade de pessoas, as que são atribuídos sentidos abstratos e de difícil definição. Afinal, o que é juventude, ou ainda, o que é ser um jovem? Todos nós podemos ser considerados jovens ou velhos por alguém, esse é um conceito que muda conforme a cultura. Diante do mundo moderno, em que cada vez mais tarde as pessoas saem da casa de

seus pais, constituindo novas famílias e tendo independência financeira, é alargado o período do que se consideraria ser jovem. Devido a essas e outras questões, é possível afirmar que o termo juventude está em uma “encruzilhada conceitual” (OLIVEIRA e LIMA, 2017).

Ainda assim, por mais difícil que seja conceituar a juventude, isto não quer dizer que essa categoria não exista, mas que devemos buscar compreender melhor os sujeitos que a constituem, fugindo dos estereótipos e também de limites rígidos, como os etários (CASTRO, 2009).

Considerando o papel central, atual e futuro, dos jovens para a sociedade, é necessário que estes sejam vistos como atores sociais estratégicos para o desenvolvimento do Brasil. Para isso, é necessário desenvolver a autonomia, que é uma necessidade humana básica, para que estes possam ser agentes de sua própria história. Os direitos básicos da juventude são:

[...] o direito a uma vida digna, à saúde, ao seu pleno desenvolvimento biopsicossocial e espiritual, o que inclui o acesso à educação, ao trabalho, à cultura, à recreação, à plena participação social e política, à informação, inclusive a relacionada com a sexualidade e ao acesso gratuito à rede mundial de computadores, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à prestação de serviço social voluntário como forma de contribuição para a paz e justiça social. (BARRIENTOS-PARRA, 2004, p. 137).

Também os jovens em condições especiais, como de pobreza e exclusão social, tem direito a reinserir-se e integrar-se à sociedade. Apesar de existirem marcos legais para isso, a realidade brasileira é que a maior parte da juventude não tem seus direitos garantidos (BARRIENTOS-PARRA, 2004).

Considerando a heterogeneidade da juventude, devido a suas especificidades em relação à população urbana, existe um setor dessa categoria, que é a juventude rural. Ela aparece no contexto da retomada das discussões da ruralidade, em especial da agricultura de base familiar. Segundo Castro (2005), existe uma larga literatura sobre a juventude, que é menor quando se trata dos jovens rurais.

A juventude é frequentemente relacionada a problemas sociais e também a vanguarda em transformações sociais (BARRIENTOS-PARRA, 2004). Quanto à juventude rural, são mais comumente relacionados a

problemas de migração rural e de sucessão na pequena propriedade familiar. Existe um propósito de evitar que os jovens saiam do campo para as cidades, existindo projetos para que se tornem líderes e corajosamente se mantenham no campo, dando continuidade a produção familiar. Por mais importante que isto seja, também é necessário compreender que soluções pautadas apenas no sucesso e esforço individual não vão fazer com que os jovens permaneçam no campo, necessitando para isso, também, de mudanças profundas na sociedade (CASTRO, 2005).

Quando se olha para a realidade da juventude rural, existe ainda um recorte, que é a juventude dos assentamentos rurais de reforma agrária, os quais também tem suas especificidades. São marcados por estigmas na sociedade, devido a pertencerem a um grupo que passou por uma luta política de conquista a terra. Devido a essa condição, também estão expostos a preconceitos, falta de infraestrutura básica no assentamento, estão à margem de políticas públicas, dentre outras questões que dificultam o desenvolvimento pessoal desses jovens (OLIVEIRA et al, 2006).

A família representa um forte referencial para os jovens assentados, que possuem respeito pela história de vida e de luta dos pais. Quanto à sucessão familiar, essa se entende a todos os filhos, dentre outros parentes, demonstrando um padrão de sucessão não nuclear, mas composto por várias famílias. Existe uma divisão sexual do trabalho, e os jovens homens estão mais presentes no cultivo e gerenciamento da produção, enquanto que as mulheres na colheita e trabalhos domésticos. São poucos os assentamentos que trazem beneficiamento da produção e opções de trabalhos não agrícolas dentro de sua área. O trabalho dentro do assentamento é percebido como desvalorizado pelos jovens, devido a não conferir, por exemplo, experiência em carteira de trabalho. Além disso, é um trabalho pouco remunerado, como uma mesada ou ainda precisam solicitar dinheiro aos pais (OLIVEIRA et al, 2006).

O número de anos de estudo dos jovens é maior em relação ao de seus pais. Porém, tem diminuído o número de escolas do campo e, dessa forma, frequentam escolas sem especificidades para o meio rural. A maioria dos jovens dos assentamentos rurais do estado de São Paulo estudam e tem

frequência escolar entre 60 a 81%, porém, também existe uma porcentagem de 16 a 40% de jovens que estão fora da escola. Essa exclusão é maior conforme aumenta a idade, e as mulheres são as que mais desistem, logo no ensino fundamental e médio (OLIVEIRA et al, 2006).

Os jovens dos assentamentos buscam formas de dar continuidade a seus estudos, o que acontece principalmente fora do assentamento. Os jovens frequentavam cursos técnicos profissionalizantes ou de ensino superior, porém a maioria das profissões escolhidas não é agrícola. A interrupção dos estudos, em todos os níveis, é causada pela dificuldade de conciliar estudo e trabalho, nascimento de filhos, dificuldade financeira para deslocamento e com custos dos cursos, desânimo, falta de motivação e dificuldade de transporte, porém, a maior parte tem o sonho de voltar a estudar. Uma importante política pública acessada por esses assentados é o PRONERA, mesmo que o número de convenio com universidades tenha sido menor no Estado de São Paulo do que em outros. O PRONERA representou uma democratização do ensino, em diversos níveis, principalmente o superior, com uma formação adequada à realidade dos assentamentos (OLIVEIRA et al, 2006).

O desenvolvimento de uma educação ligada ao campo é central para a permanência dos jovens, ajudando a criar hábitos e identidade (SILI; FACHELLI e MEILLER, 2016). A educação básica nos assentamentos precisam ser contextualizadas para o ambiente rural, como a realizada a partir das Escolas Famílias Agrícolas (EFA). Dessa forma, a identidade e capacitação rural esta presente na vida dos jovens, estreitando os laços com a terra (LOPES e CARVALHO, 2015).

No contexto de um estudo etnográfico em um assentamento, Castro (2005) observou que quando as pessoas se referem aos jovens, também o fazem de uma forma generalizada. Porém é necessário compreender que, esse público é mais do que uma categoria:

Mas, também, trata de seres humanos com face, anseios, desejos, medos, felicidades e infortúnios, que vivem a experiência da vida como "jovens", seja como auto-identificação, seja como identidade atribuída. (CASTRO, 2005, p. 14).

No contexto de um assentamento, a sucessão familiar trata de um espaço que é uma concessão e não uma propriedade de fato. Os lotes também são uma terra carregada de significados que envolvem uma luta e também uma conquista. As questões da herança dos lotes envolvem uma preparação de sucessores, com os pais ou titulares, ainda vivos. Porém, pouco se percebe de uma abertura e participação desses sucessores quanto a decisões, existindo uma subordinação à figura do pai, principalmente, e que é maior quando se trata de mulheres (CASTRO, 2005).

Os jovens de um assentamento passam por muitas dificuldades de acessar a escola, nos quais são estigmatizados como “sujos” ou “empoeirados”. Apesar disso, estudo e frequência escolar são uma prioridade, tendo as famílias desenvolvido estratégias para aumentar a permanência na escola dos jovens. O estudo é visto como uma forma de realizar sonhos, principalmente na educação formal nos cursos de Ciências Agrárias, embora seja pequena a quantidade dos que seguem em cursos superiores. Alguns jovens desistem da escola para ingressar no trabalho, principalmente fora do assentamento (CASTRO, 2005).

O trabalho fora do lote tem diferentes significados, sendo uma forma de adquirir autonomia diante da família e principalmente do pai, para manutenção do lote, para iniciar o processo de saída do lote, ou ainda um misto entre o consumo individual e ajuda na renda familiar. O estudo nem sempre representa ausência no trabalho doméstico e na roça, mas trabalhar fora do assentamento, de forma geral, representa uma ruptura temporária ou permanente no trabalho familiar. A autonomia e segurança (direitos trabalhistas) representam os maiores atrativos dos trabalhos na cidade, embora esses muitas vezes sejam trabalhos precários, que exigem pouca qualificação profissional. Devido ao trabalho e estudo, no assentamento os jovens são aqueles que tem maior mobilidade social (CASTRO, 2005).

A autoridade paterna é um fator presente que influencia a decisão por sair do campo, tentando desvencilhar-se das amarras e dependência familiar. Isso também demonstra que, no ambiente rural, o elemento do que se constitui como “ser jovem” é fortemente ligado as relações familiares (CASTRO, 2005):

O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote e está presente nas famílias. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os “jovens”, principalmente mulheres que se estendem para o assentamento e para os espaços que frequentam (CASTRO, 2005, p. 26).

A saída dos jovens do campo, no contexto específico dos assentamentos, está relacionada ao problema do baixo desenvolvimento socioeconômico, mas também pode estar relacionado à busca da construção de um projeto de vida independente da família, que significa sair da casa dos pais. Como a área dos lotes não aumenta e não existe para os assentamentos rurais um planejamento de sucessão familiar, a saída para a cidade se torna uma possibilidade (CASTRO, 2009).

Outro fator interessante é a questão do valor dado pela luta e conquista da terra pelos jovens do assentamento. Mesmo aqueles que saíram ou que pretendem sair do assentamento, possuem uma identidade relacionada a esse fato que é imaterial e mantêm um vínculo contínuo com o assentamento. O acampamento é lembrado pelos jovens como prazeroso, momento em que a comunidade se organizou de uma forma coletiva e as relações familiares se afrouxaram, sendo mais horizontais entre todas as pessoas, de todas as faixas etárias. Porém, durante a formação do assentamento e na gestão deste, os jovens foram excluídos dos processos de decisão, passando a não serem mais ouvidos (CASTRO, 2009).

As condições precárias de vida no campo fazem com que cedo os jovens se insiram no mercado de trabalho, diminuindo sua relação com a agricultura e o trabalho no lote. A formação escolar, não permite muitas vezes que esse seja um meio de profissionalização agrária, devido a um estudo descontextualizado da realidade do campo e do pouco acesso a cursos superiores, servindo este caminho como uma forma de acessar trabalhos menos penosos na cidade, do que trazer uma formação útil para o meio rural. Mesmo casos de assentados que conseguem uma formação, isto implica no geral em trabalhos fora do assentamento, o que mostra que as soluções individuais não auxiliam o assentamento como um todo (CASTRO, 2009).

No discurso sobre “os jovens não se interessam pela roça”, existe uma contradição, pois quando se referem aos jovens do assentamento, essa é uma

afirmação recorrente. Porém, quando se trata do jovem da família, muitas vezes existe um incentivo para que este procure “um futuro melhor”, com uma vida fora do assentamento. Portanto, quando se referem genericamente aos jovens, se referem às expectativas coletivas de continuidade do assentamento, mas quando olham para dentro da unidade familiar, é aceito que o jovem possa estar inserido de uma forma diferente, que não na agricultura. É necessário que se tire o peso do jovem como o único ator social capaz de transformação, o que também está pautado na individualidade. É preciso de políticas públicas de incentivo, que abarque toda a diversidade do meio rural, e as especificidades dos assentamentos rurais (CASTRO, 2009).

Considerando que os jovens rurais vivem nos locais mais distantes e sem infraestrutura pública, com pouco desenvolvimento social e econômico, talvez seja pertinente inverter os questionamentos: Porque os jovens FICAM no meio rural? (OLIVEIRA e LIMA, 2017).

O campo e a cidade não são dois universos separados e independentes; assim como os sujeitos desses locais. Olhar para o movimento dos jovens camponeses para a cidade como um caminho sem volta, não explica a racionalidade camponesa, repleta de suas estratégias, inclusive de mobilidade territorial para manter seu modo de vida. Existe uma grande heterogeneidade na juventude rural, e os jovens de alguns locais veem a possibilidade de ficar em seus territórios, enquanto que em outros não. Isso tem a ver com as próprias condições de cada local, sendo que alguns existe a possibilidade de permanecer, enquanto que em outros sair é a condição de sobrevivência (OLIVEIRA e LIMA, 2017).

Os jovens rurais em sua essência não são diferentes dos jovens urbanos, tendo em comum a busca pelos projetos de vida pessoal e a realização de seus sonhos. A busca pela vida, temporária ou permanente nas cidades, não deve ser fator para taxar o fim da escolha de vida desses jovens pelo modo de vida rural. Os motivos pelos quais os jovens tomam essa decisão reflete, principalmente, a falta de infraestrutura pública no campo e o pouco acesso a certos serviços, bens materiais e imateriais, os quais são necessários

a reprodução do modo de vida camponês e a sobrevivência urbana, e muitas vezes encontram-se apenas nas cidades (OLIVEIRA e LIMA, 2017).

O estudo é um aspecto central para possibilitar o desenvolvimento da juventude nos assentamentos rurais, sendo uma demanda dos próprios e de suas famílias. É necessário garantir o acesso a esse direito fundamental, e ainda mais, que este seja contextualizado quanto as suas realidades, do campo, de assentamento e garantindo um acesso a uma formação profissional que possibilite a melhoria das condições de trabalho no meio rural. A falta de oportunidades no campo, de investimentos em áreas inovadoras (nas quais a educação é central), fazem com que os jovens migrem para as cidades em busca de um melhor projeto de vida. O fortalecimento da juventude através de criação de políticas públicas, projetos e investimentos voltados as reais necessidades dos jovens do campo se torna urgente (ARAUJO; MELO e SILVA, 2018).

A educação nesse caso, a exemplo do que tem sido o PRONERA, tem que ter processos de ensino-aprendizagem que sejam emancipatórios, tornando-se ferramentas para auxiliar os jovens e agricultores no geral, a perceberem seu papel de sujeitos políticos, e com isso ser mais autônomos. Os cursos nesse formato pedagógico, voltados para os jovens do campo, tem uma capilaridade quanto à integração de conhecimentos, principalmente no que diz respeito aos conhecimentos inovadores. São interessantes, pois auxiliam na autoestima desses jovens, reafirmando suas identidades camponesas e tornando-os mais propositivos na família e nas comunidades (ARAUJO; MELO e SILVA, 2018).

Para que os jovens possam exercer seus papéis enquanto sujeitos políticos, compreendendo que tem capacidade de influenciar no desenvolvimento rural, no alcance de uma qualidade de vida desejada, aumentar a soberania alimentar e política do campo, devem ser assistidos por políticas públicas de incentivo e de apoio. Os espaços formativos baseados na pedagogia da alternância e na agroecologia tem capacidade de trazer aspectos políticos, sociais, ecológicos e metodológicos, que em conjunto auxiliam os

jovens a compreenderem as suas realidades e assim, possa atuar sobre ela (ARAUJO; MELO; SILVA, 2018).

Políticas públicas adequadas que visem a permanência dos jovens no campo devem: aumentar o número de escolas dentro e no entorno dos assentamentos, ampliando a oferta de ensino em outros níveis, sejam de especialização, técnico e superior; maior disponibilidade de transporte, das linhas municipais e escolar, com qualidade e segurança; os órgãos de ATER devem aumentar a capacitação voltada ao público jovem dos assentamentos, de forma que estes tenham a carga horária necessária para se adequarem as linhas de crédito do Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra; ações de ATER para estimular a transição agroecológica rumo a sistemas produtivos que ocupem melhor a força de trabalho e minimizem a escassez de terra, levando em conta os aspectos sociais, econômicos e ambientais desses espaços e, por fim seja estabelecidas parcerias com ONGs, empresas e universidades para projetos voltados aos públicos jovens, para que estes realizem seus projetos próprios dentro do assentamento (OLIVEIRA et al, 2006).

3. 6 Políticas Públicas para Agricultura Familiar, Agroecologia e SAFs

Existe uma incoerência das atuais políticas públicas, em todo o mundo, pois estas destinam subsídios vultuosos para a agricultura convencional, mesmo diante da evidente degradação ambiental causada por esta. Isto acontece por uma forma errônea de contabilização dos custos negativos, as externalidades, causada sobre os recursos ambientais e também devido a uma hegemonia política das elites agrárias (ALTIERI, 2004; CAPORAL, 2009). A sustentabilidade econômica é aquela que supre as necessidades do presente sem restringir as do futuro. Países, empresas e agricultores tem contabilizado suas perdas econômicas a partir dos desgastes de bens materiais, porém não contabilizam os desgastes que os recursos naturais sofrem, tratando-os como estáveis diante das explorações (ALTIERI, 2004). Dessa forma, práticas inadequadas na agricultura são difundidas por meio do aparato do Estado, como leis, subsídios, ATER, etc.

Apesar desse cenário, algumas políticas públicas direta ou indiretamente beneficiam a agricultura familiar e o enfoque agroecológico, dando espaço para inovações como os SAFs. Algumas destas serão mais explanadas aqui, pela sua importância e relação com os temas que serão discutidos, que são o Pronaf, o PAA, o PNAE, a PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), o PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), PENSAF (Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais), o Código Florestal, a Lei da Mata Atlântica, Lei da Agricultura Familiar, PNMC (Política Nacional Sobre Mudança do Clima), PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), entre outros.

O Pronaf criado em 1995 é um marco de reconhecimento nacional da agricultura familiar, mas, inicialmente beneficiou agricultores de médio porte, que seriam aqueles com mais condições de se desenvolver. Ao longo do tempo, o programa foi incrementado, com linhas de crédito especial para agricultores mais pobres (Pronafinho). Foram também realizadas estratificações de linhas de créditos, destinadas a faixas de renda entre os agricultores, e criadas linhas de crédito para grupos específicos (mulheres, jovens etc.) Essas complementações dentro do Pronaf reconheceram a diversidade existente dentro da agricultura familiar (GRISA, 2017).

Entretanto, na implementação dessas linhas de crédito percebe-se pouca diversidade, sendo os agricultores com mais capital disponível os que mais se beneficiam do programa. Além disso, também existe uma discrepância na distribuição entre as regiões do país e dos cultivos financiados (principalmente *commodities*). Dessa forma, o Pronaf tem atuado na manutenção da desigualdade de recursos destinados aos agricultores mais pobres, e não tem atendido a ampla escala socioeconômica presente na agricultura familiar (GRISA, 2017).

Em relação aos SAFs, o financiamento da silvicultura no Brasil ainda é incipiente, sendo a principal forma pelo Pronaf, através da linha de crédito Pronaf Floresta. Porém, essa linha, de forma geral, tem financiado monocultivos de eucalipto, pinho, ou SAFs menos complexos. Devido ao longo tempo necessário para resultados em SAFs complexos, poucas informações

sobre as espécies nativas utilizadas, desconhecimento dos bancos sobre esse sistema de cultivo, entre outras barreiras, fez com que essa linha não fosse significativa para as necessidades dos SAFs. Existem também o Pronaf Agroecologia e Pronaf Eco, mas, de uma forma geral, essas três linhas de crédito são pouco implementadas (MAY e TROVATTO, 2008; BRASIL-FAO, 2014).

O PNAE e PAA foram às políticas públicas mais expressivas para a agricultura familiar nesse período, pois geraram a comercialização, principalmente o último, pois o a merenda escolar apresenta vários entraves (PORRO e MICCOLIS, 2011).

O PAA é um programa que surge com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional, em moldes institucionais diferentes do Pronaf. Ele busca dar visibilidade as diferenças existentes dentro da agricultura familiar, é menos burocrático, como através da compra de alimentos sem necessidade de licitação. O PAA valorizou alimentos que até então eram produzidos apenas para autoconsumo, os quais não encontravam mercados, e que fazem parte da cultura das diferentes localidades. Isso representou um estímulo inovador à diversificação da produção e de desenvolvimento rural, aliado a um incentivo de um valor maior de 30% para produtos orgânicos e agroecológicos (também presente no PNAE). Vale ressaltar que os grupos considerados mais vulneráveis tinham prioridade no atendimento, dentre eles os assentados da reforma agrária (GRISA, 2017).

O PAA não foi uma política diretamente relacionada aos SAFs, mas impactou positivamente a adoção destes, pois foi um meio de comercialização garantido (PORRO e MICCOLIS, 2011). Porém, o volume de recursos destinados tem sido reduzido drasticamente, o que impacta diretamente na vida dos agricultores, afetando a organização de sua produção e a garantia de venda (CAVALCANTI e MAISTRO, 2017).

Muito do que se entende por inovação na atualidade tem se realizado a partir de ONGs e instituições de ensino, e não nas agências de ATER do governo. A partir da criação do Pronaf foi definido que para conceder crédito os projetos deveriam ser realizados por agentes de ATER, o que os aproximou de

vez da agricultura familiar. Porém, como as práticas tradicionais produtivistas ainda permaneciam, esta ligação não correspondeu em uma mudança de projeto de desenvolvimento específico para este público (DIAS, 2007).

Em 2003 algumas importantes mudanças ocorrem, com a troca de gerenciamento da ATER pública, sendo transferida do MAPA (Ministério da Agricultura e Abastecimento) para o MDA, dentro da Secretaria de Agricultura Familiar deste último ministério. É criado também o Dater (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural) vinculado a esta secretaria, no qual passam a participar extensionistas vindos de uma experiência diferenciada no Rio Grande do Sul, com transição agroecológica (DIAS, 2007). Neste momento é também criada a PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), a qual traz inovadoras concepções para a ATER.

A PNATER foi a primeira política pública a trazer o nome da agroecologia em seu texto, e representou milhares de extensionistas formados em agroecologia (CAPORAL e PETERSEN, 2012). A PNATER representou um avanço no debate da importância de práticas agroecológicas na agricultura, rumo a uma maior sustentabilidade. Porém, sua implementação enfrentou o conservadorismo existente nesse meio, e ficou a mercê de como cada uma das organizações de ATER a colocaria em prática, individualmente (DIAS, 2007). A agroecologia que era um dos alicerces da PNATER e representava uma de suas maiores inovações, foi retirada do texto dessa política pública em 2010, o que representou um retrocesso (GONÇALVES, 2012).

Além das ONGs, a ATER vinda de instituições de ensino e pesquisa tem sido uma aliada da agricultura familiar, agroecologia e SAFs. A inclusão de uma linha de pesquisa sobre agroecologia dentro da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foi um marco em uma instituição historicamente interessada em auxiliar no desenvolvimento da agricultura convencional. No campo da educação, foram criados cerca de 100 cursos formais de formação em agroecologia, além de apoios a Núcleos de Pesquisa e Extensão em Agroecologia em Institutos Federais e Universidades Públicas, em todo o país (CAPORAL e PETERSEN, 2012).

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção orgânica (PLANAPO) foi instituído em 2012, uma importante política pública para apoiar a produção sustentável (PLANAPO, 2013). Somam-se a ela outras iniciativas em curso nas últimas décadas, como a certificação orgânica participativa. A certificação é uma forma de apoiar os SAFs pois traz abertura para mercados diferenciados, onde os produtos podem adquirir um preço mais vantajoso (GONÇALVES, 2012).

Mesmo com a crescente demanda por SAFs, assim como o financiamento disponível é escasso, também o são as políticas públicas. O Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais (PENSAF) foi uma iniciativa em 2006 nesse sentido, porém, foi inconclusa quanto aos SAFs, dando mais ênfase a monocultivos de nativas, não tendo sido uma política efetiva (MAY e TROVATTO, 2008).

Algumas leis do país tem contribuído indiretamente para o aumento do uso de SAFs. O Código Florestal passou a aceitar a restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reservas Legais com SAF, o que se tornou uma forma de reduzir custos de restauração. A Lei nº 11.428 – lei da Mata Atlântica, trouxe alguns benefícios em prol da agricultura familiar, como a permissão do uso tradicional de derrubada e pousio, o uso de reserva legal com SAF e, para pequenas propriedades, utilizar espaços de Mata Atlântica em estágio médio de regeneração. Algumas regulamentações estaduais tem ocorrido, como no estado de São Paulo com a Resolução SMA nº 44, de 2 de julho de 2008, que definiu critérios para SAFs em restauração para a agricultura familiar (MAY e TROVATTO, 2008; BRASIL-FAO, 2014).

As mudanças climáticas devido aos GEE foram os motivadores da criação da Política Nacional Sobre Mudança do Clima (PNMC), que prevê planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Desde 2010, dentre outros, foi criado o Plano ABC que tem como metas aumentar o plantio direto, recuperar pastos degradados, ampliar o uso de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, aumentar o plantio de florestas comerciais, incrementar a fixação biológica de nitrogênio e tratar resíduos animais. Com essas metas, pretende-se diminuir a emissão de GEEs pela

agricultura, investindo em formas sustentáveis de uso da terra, como os SAFs (BRASIL-FAO, 2014; SCHEMBERGUE et al, 2017).

O cenário atual sobre a necessidade de conservação dos ecossistemas e recursos naturais tem trazido à tona o debate em torno do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Essa ainda é uma possibilidade pouco colocada em prática, mas que no Brasil ocorreu por meio do Programa Bolsa Verde instituído em Decreto n. 7.572 de 28 de setembro de 2011. Trata-se de um programa de transferência de renda que atende apenas famílias que estão em situação de alta vulnerabilidade social e que vivem em regiões relevantes para a conservação ambiental. Essa é uma política em fase piloto, mas é um início do reconhecimento da valoração monetária da conservação ambiental que as comunidades tradicionais realizam (BRASIL-FAO, 2014), e que futuramente pode se estender aos SAFs.

Outra política que atinge indiretamente os SAFs é o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Esse programa prevê linhas de atuação para desenvolver cadeia de produtos extrativistas, agregando valor e criando mercados que absorvam essa produção sustentável (BRASIL-FAO, 2014). É o início da valorização das práticas agroflorestais e dos conhecimentos tradicionais, de maneira que com a ampliação dos SAFs, estes também possam ser caracterizados aptos a este tipo de política.

Essas são algumas das políticas que foram utilizadas para implantar SAFs, que foram diversas, de cunho agrícola, ambiental, fundiário, educacional, de crédito e extensão rural, porém que ainda se concretizam de forma fragmentada. Algumas das políticas das últimas décadas, já citadas, como linhas de crédito do Pronaf, PAA e PNAE, foram de redução da pobreza rural e proteção dos ecossistemas, que influenciaram direta ou indiretamente os SAFs. Injeções líquidas de renda, como são o Bolsa Família (Programa Fome Zero) e a previdência social (SCHNEIDER e CASSOL, 2014), são importantes para a manutenção mínima das famílias, o que tem reflexos indiretos na adoção de SAFs (PORRO e MICCOLIS, 2011).

As políticas agroambientais brasileiras estavam, até o ano de 2016, grande parte relacionados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),

extinto no ano de 2016, passando a ser uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead). Isso coloca em xeque o atual desenvolvimento dos SAFs, assim como da agricultura familiar e da agroecologia, em contraposição ao modelo dominante de agricultura convencional.

As políticas públicas para agricultura familiar encontrava-se em progressiva valorização, mesmo com menores investimentos do que a agricultura convencional. Era um cenário político de proximidade dos movimentos sociais e sociedade civil com o governo, o que parecia indicar um avanço da democracia brasileira (GRISA e SCHNEIDER, 2014). O fim do MDA, o corte do PAA, a retirada da agroecologia do texto da PNATER e de questões específicas da agricultura familiar do censo agropecuário de 2017, dentre vários outros retrocessos tem sido um fator de enfraquecimento da agricultura familiar nos últimos anos (GONÇALVES, 2012) e apontam para uma perda da hegemonia e centralidade política da agricultura familiar. Apesar desses retrocessos, é preciso reassumir a postura reivindicatória e propositiva de políticas públicas que atendam as necessidades da agricultura familiar (VILELA, 2017).

O censo agropecuário de 2006 e o censo demográfico de 2010 demonstraram a importância da agricultura familiar para o Brasil. Porém, também explicitou o fato de um grande contingente de agricultores familiares situados em faixas críticas de pobreza, mesmo depois de mais de uma década da criação do Pronaf. É preciso avaliar qual é o projeto e qual é o lugar que a agricultura familiar tem no desenvolvimento rural, partindo de sua diversidade de modos de vida não como uma fraqueza, mas como uma fortaleza. Nem o crédito e nem as tecnologias, mesmo atuando em conjunto, podem resolver em pouco tempo o abismo social que a agricultura familiar está inserida. Defasagens de infraestrutura, de nível de instrução, capacidade de gestão, entre muitas outras estão presentes (VILELA, 2017).

É uma escolha política priorizar a agricultura familiar no desenvolvimento rural, colocando em prática as políticas públicas necessárias para que elas tenham condições de permanecer no meio rural, dada sua importância neste

local. A agricultura familiar possui múltiplas dimensões, que ultrapassam as soluções tecnológicas de atividades agrícolas, sendo necessário um conjunto de políticas públicas articuladas e que também pensem em atividades não-agrícolas (VILELA, 2017). Isso não quer dizer que a tecnologia não seja importante, muito pelo contrário, porém é preciso que a tecnologia atenda as demandas da agricultura familiar, e não o contrário.

A agricultura produtivista tem sido colocada em xeque, sendo necessário o estímulo para outro viés de agricultura, que abarque toda a diversidade da agricultura familiar, pensando a produção a partir das localidades, dos territórios e suas características, como é a proposta da agroecologia (VILELA, 2017).

No Brasil, a construção da agroecologia tem em sua gênese a crítica ao modelo desigual de agricultura convencional, tanto em suas características de destruição da natureza quanto à injusta distribuição de recursos (crédito, terras etc.). Os atores da sociedade civil organizados que representam essa crítica, e disputa junto aos governos e Estado, são a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e ABA – Agroecologia (Associação Brasileira de Agroecologia). Essas organizações têm realizado redes, conectando experiências que acontecem por todo o país e incentivando a pesquisa no manejo de agroecossistemas com o enfoque agroecológico, promovendo intercâmbio entre agricultores, extensionistas, estudantes, dentre outros, o que progressivamente tem aumentado sua representatividade e participação (CAPORAL e PETERSEN, 2012).

Porém, a ABA e ANA tem muitos desafios a frente, e considerando sua importância para a representação institucional da agroecologia no Brasil, elas tem principalmente desafios no plano político. Por mais importante que seja a demonstração da superioridade da agroecologia em contraposição a agricultura convencional, não é mais essa a centralidade do campo agroecológico. O momento atual é de fortalecimento das organizações sociais que possam fazer com que a agroecologia passe a ser efetivamente utilizada nas políticas públicas de desenvolvimento rural, por parte do Estado, o que torna necessário

o embate político e a superação do paradigma da agricultura convencional (CAPORAL e PETERSEN, 2012).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Caracterização da Área de Estudo

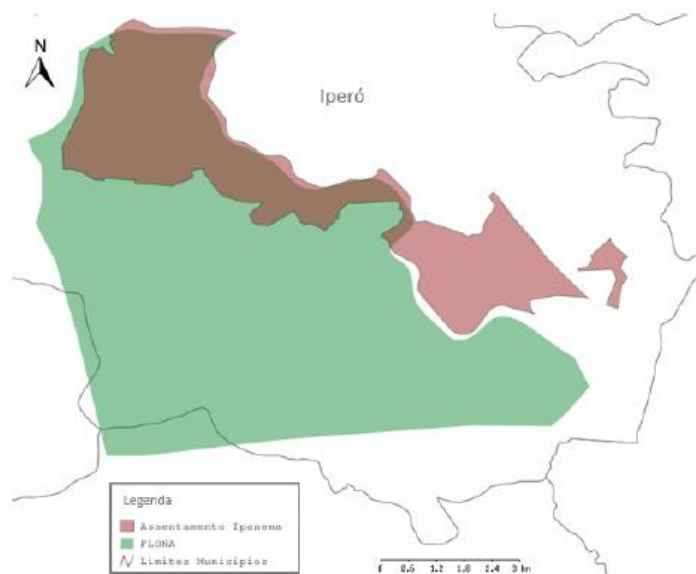
O Território

O município de Iperó faz parte do Escritório de Desenvolvimento Rural de Sorocaba (EDR Sorocaba), da antiga Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e atualmente Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, que também é formado pelos municípios de: Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Cabreúva, Capela do Alto, Ibiúna, Itu, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Roque, Tapiraí, Sorocaba, Votorantim (GONÇALVES, 2012).

Localização do Assentamento Ipanema

O assentamento está localizado próximo aos centros urbanos de Iperó e Sorocaba, sendo esta última ainda mais próxima, a aproximadamente 10 km. Sorocaba é reconhecida por ser um polo regional de indústrias e comércio, com cerca de 671.186 habitantes (IBGE, 2019). Iperó é um município pequeno, com população estimada de 36.280 pessoas, tendo sido criado em 1944 (IBGE, 2019). Quanto ao acesso ao trabalho e outros serviços, Sorocaba é mais importante para o assentamento do que Iperó, no qual efetivamente está inserido. O assentamento encontra-se na área de amortecimento da FLONA (Floresta Nacional) Ipanema, uma unidade de conservação de uso sustentável, existindo algumas partes do assentamento que estão em conflito com a área da FLONA. A localização é privilegiada quanto a canais de escoamento de produção, próximo das rodovias Castelo Branco (SP – 280) e Rodovia Raposo Tavares (SP – 270), as quais ligam a capital ao interior do estado (CASTRO, 2007).

Figura 1. Mapa da localização do Assentamento Ipanema em relação à FLONA. Autor do mapa: (BUQUERA, 2015).



Histórico da Ocupação

O histórico da ocupação da Fazenda Ipanema foi retirado do trabalho de Castro (2007) e também de entrevista com uma das lideranças responsáveis pela ocupação à época.

A organização da ocupação da área foi realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), junto a setores da Igreja católica e de sindicatos rurais. As famílias organizadas para tal ação eram de periferias urbanas de treze cidades da região (Tambaú, Leme, Araras, Piracicaba, Santa Bárbara d'Oeste, Sorocaba, Porto Feliz, Indaiatuba, Hortolândia, Iperó, Campinas, Sumaré e Nova Odessa) (CASTRO, 2007). O país vivia grande crise socioeconômica na época, em que muitas pessoas saíam da roça e iam para essas periferias, existindo muita pobreza e desemprego.

O MST na época não realizava uma ocupação no estado havia anos, e no dia 15 de maio de 1992 quando a Fazenda Ipanema foi ocupada houve grande repercussão, sendo a maior ocupação realizada pelo MST, até então, no estado de São Paulo, com cerca de 700 famílias. A área da fazenda Ipanema é de interesse econômico desde o império, tendo tido diversos usos e ocupação do solo, como: extração de minérios, pesquisas agrícolas, campo de

aviação (ainda presente). No momento da ocupação, a área pertencia em toda sua extensão à união (CASTRO, 2007).

Apesar de não ser uma área de particulares, as pressões recebidas pelos assentados foram muito fortes, com episódios de ameaças de uso da força policial, dentre outras. Apesar disso, os ocupantes possuíam alto grau de organização, vinda do MST, assim como de alguns políticos e universidades (CASTRO, 2007). Na ocupação e no acampamento, existiam instâncias de organização coletiva e de divisão de tarefas. Além disso, desde o acampamento havia iniciativas de produção orgânica, com hortas coletivas sem uso de insumos químicos e agrotóxicos.

Alguns professores da ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) também foram importantes no início do assentamento, sendo os responsáveis por trazer a ideia de SAFs e agricultura orgânica como alternativa de uso e ocupação mais sustentável, frente ao conflito fundiário devido à criação da FLONA de Ipanema, cinco dias após a ocupação da área.

O Assentamento Ipanema

Após quase quatro anos de acampamento, das 700 famílias iniciais, 151 foram assentadas na fazenda Ipanema. Algumas desistiram ao longo do tempo, devido à precária situação do longo acampamento, outras foram realocadas. No dia 4 de dezembro de 1995 o INCRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária) promulgou a portaria nº 342 criando o Projeto de Assentamento Ipanema, que foi elaborado pelo ITESP juntamente com as famílias. A área total do assentamento foi de 1712 hectares, sendo 1210 hectares do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e 502 hectares do MAPA. Foram criados 151 lotes, com cerca de 8 a 20 hectares cada um, divididos em duas áreas, sendo distantes uma da outra cerca de 15 km, denominadas área I e área II (CASTRO, 2007). A produção agrícola do assentamento é diversificada, sendo os principais produtos de comercialização os produtos de horta, mandioca, quiabo, banana, milho, abóbora e limão taiti (RIBEIRO e SILVA, 2007). Este assentamento tem diversas iniciativas de transição agroecológica, com pouco ou nenhum uso de

insumos químicos por partes dos agricultores (GONÇALVES, 2012; OLIVEIRA, 2016; CAMPOS, 2017).

Apesar do assentamento já ter mais de duas décadas de existência, enfrenta dificuldade de desenvolvimento, devido ao pouco acesso a mercados diferenciados, estradas em condições precárias, falta de água e de assistência técnica, o que afeta o escoamento da produção de alimentos e geração de renda, causando êxodo rural, principalmente de jovens. As famílias que residem dentro do assentamento são em geral pequenas, com muitos dos seus membros, trabalhando na cidade de Sorocaba, ou no Centro Experimental ARAMAR (CEA), que desenvolve pesquisas nucleares para a Marinha do Brasil, e se encontra dentro da área de amortecimento da FLONA Ipanema.

A liderança do assentamento já foi do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas que atualmente tem pouca influência deste movimento. Formas de socialização coletiva, como festas, são organizadas principalmente pelas organizações religiosas, que possuem diversos grupos na comunidade. As questões relativas ao assentamento são lideradas pelos presidentes e diretoria de três cooperativas e uma associação existentes dentro do assentamento: a Cooperativa de Produtores Rurais de Ipanema e Região (COPRIR), a Cooperativa de Agricultores Familiares 16 de Maio (COOPMaio), a Cooperativa AGRIFIL e a Associação Regional de Desenvolvimento Agrário (ARDA).

Mesmo com todas as dificuldades encontradas no assentamento, as famílias continuam buscando viver integralmente da agricultura e tem cada vez mais investido em sistemas agroflorestais, produção orgânica e agroecológica, possibilitado nos últimos anos por projetos de implantação de SAFs, certificação orgânica e fortalecimento das suas formas associativas (cooperativas e associações) (CASTRO, 2007; GONÇALVES, 2012; OLIVEIRA, 2016; CAMPOS, 2017).

A FLONA Ipanema

A ocupação da fazenda Ipanema gerou repercussão, por se tratar de um local de interesse econômico para a especulação imobiliária. Devido a isto,

após cinco dias da ocupação da área, foi decretada pelo então presidente da república Fernando Collor de Melo a criação da Floresta Nacional de Ipanema (FLONA Ipanema). A criação da FLONA Ipanema marca o início do conflito fundiário local entre o IBAMA, órgão gestor da FLONA e INCRA, responsável pelo assentamento, devido ao assentamento estar localizado em algumas áreas que foram demarcadas para a FLONA.

Os interesses de criação da FLONA foram uma tentativa de atacar a ocupação, pois mesmo que a categoria dessa unidade de conservação seja de uso sustentável, a princípio não é desejável um assentamento em seu território. O outro motivo foi que em junho de 1992 seria realizada no Brasil a ECO 92, e a unidade de conservação seria uma forma de propagandear uma suposta sustentabilidade ambiental por parte do governo (CASTRO, 2007). Apesar desse histórico, a FLONA hoje se configura como um importante fragmento de Mata Atlântica, e portanto é essencial sua conservação (CASTRO, 2017).

4. 2. Natureza da Pesquisa Qualitativa

A pesquisa desenvolvida neste trabalho utilizou-se da obtenção de dados qualitativos, valorizando o recorte histórico da construção dos processos dentro do assentamento Ipanema e dos discursos dos diferentes atores sociais envolvidos na implantação de SAFs. As formas de coleta de dados buscaram obter diferentes versões sobre os mesmos temas da pesquisa, pautando-se em métodos que pudessem vivenciar a realidade do assentamento e que trouxessem a participação das pessoas desse local na pesquisa, valorizando suas falas e as analisando criticamente a luz de estudos científicos sobre os temas.

A pesquisa qualitativa tem raízes nas Ciências Sociais e Humanas, é transdisciplinar, lida com pessoas, relatos, fatos, com métodos de análises vindos das mais diversas vertentes, e é colocada em contraposição com a pesquisa quantitativa. É uma crítica e oposição de um modelo único de investigação científica, baseado nos pressupostos da ciência positivista e quantitativa, atestando uma suposta neutralidade. Ainda assim, por um longo

período de tempo a pesquisa qualitativa pretendeu se forjar dentro dos ideais positivistas, como forma de se reafirmar e ser validada (CHIZZOTTI, 2003).

Mais recentemente, a pesquisa qualitativa tem se desvinculado do positivismo, tendo foco na pesquisa local, nos sujeitos. Porém, passa-se a existir a crítica a uma pesquisa que explica sujeitos e culturas a partir dos conceitos de um pesquisador, sendo este privilegiado e não pertencente àquele grupo social (BRANDÃO; CAMPOS e DEMO, 1984), considerando que essa pesquisa só é válida quando o pesquisador está comprometido com a realidade social estudada. Com isso, cresce a consciência de que a pesquisa não deve ser apenas uma prática de descrição de vidas, fatos, culturas, mas que tem um papel na transformação social solidária (CHIZZOTTI, 2003). Porém, o pesquisador deve compreender que cabe aos sujeitos daquele local transformar sua realidade, sendo que a pesquisa não deve ser pautada por respostas pré-estabelecidas (DUARTE, 2004).

4. 3. Instrumentos de Coleta de Dados

a) Observações no Caderno de Campo

Na presente pesquisa, foi utilizada a observação como forma de dar suporte a avaliação do conteúdo das falas, observando fatos do cotidiano, comportamento, vivenciando situações do assentamento e anotando impressões sobre as entrevistas. Além disso, o objetivo desse trabalho não envolveu técnicas para analisar os SAFs quanto a seus parâmetros que poderiam indicar condições adequadas ou não de manejo e sucessão agroecológica. Porém, a avaliação do estado dos SAFs quanto à sustentabilidade auxilia para que se compreenda a efetividade destes quanto a impactos na vida das famílias e jovens do assentamento. Devido a isto, a observação participante foi utilizada para avaliar os SAFs, observando características que indicassem seu desenvolvimento.

A observação utilizada foi de nível moderado (MÓNICO et al, 2017 apud SPRADLEY, 1980), e durante o período de coleta de dados, passei pela residência de três famílias, todas localizadas na área II do assentamento. Além disso, participei de momentos diversos, como visitas a outras famílias e

atividades na área de convivência. Essas observações foram realizadas durante os trabalhos de campo, nas datas de 29/01/2018 a 03/02/2018, 06/07 a 08/07/2018, 9/11/2018 a 12/11/2018 e 23/11/2018 a 25/11/2018.

As anotações do cotidiano observado precisavam ser realizadas a todo momento, sendo utilizado para isto o **caderno de campo**, um caderno simples, no qual anotava a data e fazia os relatos. Andei sempre com o caderno de campo, porém, reservava um tempo de recolhimento após as entrevistas, no qual escrevia as impressões. Da mesma forma, reservava alguns momentos oportunos para escrever, não durante o acontecimento, de maneira que pudesse fluir naturalmente a convivência, evitando criar situações artificiais.

Os momentos de observação foram diferentes, sendo os critérios para cada um os seguintes:

- Cotidiano das famílias:
 - Relações hierárquicas, de gênero e de idade;
 - Alimentação;
 - Organização para produção e para comercialização;
 - Participação dos jovens;
 - Infraestrutura das famílias: acesso a luz, internet, água, condições das residências etc.
- Entrevistas com as famílias:
 - Comportamento das pessoas durante a entrevista;
 - Participação maior ou menor dos membros da família, especialmente dos jovens.
- Grupo focal:
 - Diferença do envolvimento dos jovens no grupo focal em contraposição com a participação na entrevista.
- SAFs e lote:
 - Cultivos nas entrelinhas;
 - Condições das mudas florestais e outras plantas (mortalidade, galhos quebrados, doenças etc.);
 - Cobertura viva e morta do solo;
 - Produção de alimentos, para autoconsumo e venda;

- Práticas agroflorestais no lote como um todo;
- Presença de uso da biodiversidade em outros locais do lote (consórcios nas lavouras);
- Se existe criação de animais nos lotes;
- Se utilizam técnicas aprendidas em cursos de capacitação;
- Se utilizam algum tipo de monitoramento do SAF.

Conforme as observações simples realizadas, os SAFs foram organizados em três níveis de desenvolvimento: baixo, médio e alto. Essa classificação não pretende ser quantitativa, apenas uma forma de organizar os dados. Os critérios para os níveis dos SAFs são, baseados nos estudos de May e Trovatto (2008), Engel (1999) e Altieri (2004):

Tabela 1. Estágio de desenvolvimento dos SAFs conforme características observadas.

Estágio de desenvolvimento do SAF	Características
Baixo	Sem cobertura do solo; braquiária sem nenhum manejo; alta mortalidade de mudas; saúde das mudas prejudicadas (doenças, galhos e troncos quebrados); não uso da área para produção (sem cultivo nas entrelinhas); muitos espaços vazios; pouco ou nenhum uso dos conhecimentos das capacitações.
Médio	Cobertura parcial do solo; cultivo mais intenso nas entrelinhas; pouca mortalidade de mudas; saúde das mudas (sem doenças, galhos quebrados); renda, mesmo que apenas para consumo; uso dos conhecimentos adquiridos nas capacitações.
Alta	Cobertura viva e morta do solo; diminuição do cultivo nas entrelinhas devido a sombreamento e/ desenvolvimento das árvores; árvores produtivas; uso dos conhecimentos utilizados nas capacitações; renda significativa retirada dos SAFs; práticas agroecológicas e agroflorestais em outros locais do lote; expansão do SAF para outros locais do lote; algum tipo de monitoramento.

b) Entrevistas

As entrevistas representam as formas mais utilizadas para realizar trabalho de campo em pesquisas qualitativas, podendo obter dados objetivos e subjetivos, especialmente estes últimos. Existem muitos tipos de entrevistas, devendo estas serem escolhidas conforme os objetivos da pesquisa (BONI e QUARESMA, 2005).

As entrevistas realizadas no assentamento Ipanema foram semiestruturadas, e algumas foram realizadas presencialmente e outras online,

sendo estas últimas, realizadas com extensionistas que participaram e promoveram os projetos de implantação de SAFs. Antes do início de todas as entrevistas, foram apresentados os objetivos da pesquisa, através da entrega e explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), deixando claro que os entrevistados teriam seus dados confidenciais, que poderiam não responder perguntas que não estivessem confortáveis, assim como a qualquer momento interromper a entrevista. Antes do início das entrevistas presenciais, foi pedido o consentimento para gravar os áudios, não tendo tido nenhuma negativa.

As entrevistas foram conduzidas por meio de roteiros semiestruturados, o qual auxilia o pesquisador a conduzir a conversa naturalmente, sem causar constrangimentos e ao mesmo tempo, obter outras informações, a partir do discurso dos entrevistados. As entrevistas realizadas online também tiveram esse caráter de conversa, mesmo com perda de uma interação presencial, pois foram feitas com horário agendado.

Os atores sociais entrevistados foram organizados em três grupos de tipos de informantes chave:

1) Informantes Chave dos Projetos: Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, mas com questões abertas, a partir de um roteiro de perguntas elaboradas conforme o tema abordado com cada informante, e, devido a dificuldade de encontrar presencialmente essas pessoas, a maior parte das entrevistas foi online, por meio do aplicativo para celulares, WhatsApp.

Foram entrevistados extensionistas da rede de ATER pública, extensionistas que trabalhem na rede privada, ou que tenham sido contratados como temporários na rede pública de ATER, assim como membros das cooperativas e associação participantes dos projetos. As instituições as quais os informantes-chave pertenciam eram (Tabela 2):

Tabela 2. Entrevistas realizadas com os informantes chave dos projetos.

Entrevista	Órgão/ papel social	Data da Entrevista
Entrevista 1	Antiga Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)	02/04/2018

Entrevista 2	Instituto de Agroecologia Terra Viva	09/04/2018
Entrevista 3	Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SMA)	24/03/2019
Entrevista 4	Técnico que é assentado e trabalhou nos projetos da COOPMaio e COPRIR, no PDRS	05/07/2018
Entrevista 5	Instituto de Terras de São Paulo (ITESP)	28/03/2019
Entrevista 6	ONG Iniciativa Verde	31/03/2019
Entrevista 7	Membro da associação ARDA e assentada	05/07/2018
Entrevista 8	Membro da cooperativa COOPMaio e assentado	09/11/2018
Entrevista 9	Membro da cooperativa COPRIR e assentada	09/04/2019

2) Entrevista com as Famílias dos Jovens: Foram utilizados roteiros semiestruturados, os quais continham perguntas abertas, divididos por temas. As perguntas semiestruturadas, quando diante de um bom relacionamento entre entrevistado e entrevistador, fluem como uma conversa informal, podendo serem exploradas e adicionadas questões que surjam, e não estejam a priori presentes no roteiro (BONI e QUARESMA, 2005).

As perguntas foram pensadas para que o discurso e os fatos surgidos na entrevista pudessem elucidar as interações entre os diferentes aspectos da vida social que influenciam na permanência da juventude e, também em um projeto de vida que esteja associado à adoção de sistemas agroflorestais, em um trabalho familiar (DUARTE, 2004; BONI e QUARESMA, 2005).

Ao todo foram realizadas 15 entrevistas com pelo menos um membro da família, porém sempre convidando a todos, sendo a primeira realizada como piloto, a partir da qual efetuaram-se mudanças no roteiro para melhor adequá-lo, porém os dados dessa entrevista também foram utilizados, pois a mudança foi na ordem das questões e não em seu conteúdo. As entrevistas foram nomeadas como Família 1, Família 2, e assim respectivamente até Família 15. Os critérios utilizados para escolha das famílias foram:

- 1) Ter SAFs implantados pelos projetos PA e/ou PDRS Microbacias II;

2) Ter jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade presentes no lote. Essa faixa etária foi escolhida conforme o Estatuto da Juventude, porém, como a juventude é mais do que uma categoria deliberada por uma faixa de idade (CASTRO, 2009), em alguns casos, os jovens tinham de um a dois anos a mais do que o delimitado e devido a isso, foram admitidos como parte da amostra, pois a comunidade e a família os veem enquanto jovem, fazendo parte dos projetos de vida da juventude.

As entrevistas com as famílias foram as primeiras a serem realizadas, e o contato inicial foi a partir de uma das famílias, a qual a pesquisador conhecia previamente. Através desta família, pude tomar conhecimento de pessoas, instituições, envolvidas com os projetos de implantação de SAFs. A partir disto, passei a criar uma rede de contatos, e a cada pessoa que eu passava a entrevistar e conhecer pedia novos contatos, expandindo esta rede. As entrevistas ocorreram durante os trabalhos de campo de 29/01/2018 a 03/02/2018, 06/07 a 08/07/2018, 9/11/2018 a 12/11/2018.

As entrevistas aconteceram como em uma conversa informal, entretanto, foram norteadas dentro de temas específicos, em direção aos objetivos do trabalho, guiadas por um roteiro semiestruturado. As questões desse roteiro foram divididas em quatro grandes temas (DUARTE, 2004):

1. Composição familiar;

Tema dedicado a compreender dados de idade, escolaridade, laços de parentesco, estado civil, renda e situação de moradia (fora ou no assentamento).

2. Histórico familiar;

As perguntas sobre o histórico familiar na entrevista tinham como objetivo introduzir uma reflexão sobre o momento anterior à implantação dos SAFs. Esses processos, envolveram cada família em uma experiência diferenciada, que diz respeito a história de vida individual, e que poderia ajudar a elucidar quais os fatores que envolvem a implantação dos SAFs para os projetos de vida futura dos jovens e das famílias, e das possibilidades de os SAFs serem a alternativa mais adequada.

3. Sistemas Agroflorestais e jovens;

Aqui as perguntas foram separadas em dois subtemas, de informações de como foram implantados os SAFs e de como foi a participação dos jovens na implantação destes, na continuidade e no desenvolvimento.

4. Aspectos antes e depois da implantação dos SAFs.

Essas perguntas foram separadas por questões sobre a mudança da vida das famílias de uma forma geral, e mudanças no comportamento dos jovens.

Boni e Quaresma (2005) sugerem que o pesquisador deve ter uma postura de atenção e cuidado com o informante, sendo desejável que tenha havido uma socialização prévia, afim de que a entrevista surja com mais naturalidade. É esperado que o entrevistador evite interromper o entrevistado, fazendo-o apenas como moderador, instigando algumas questões que sejam de seu interesse. O entrevistador também tem o compromisso com o conteúdo obtido, devendo garantir a confidencialidade das pessoas e também transmitindo através da transcrição exatamente os sentidos originais, não os manipulando fora de contexto (BONI e QUARESMA, 2005).

3) Entrevista com Grupo Focal:

Os grupos focais são entrevistas em grupo, que alcançam um novo patamar de participação dos sujeitos entrevistados, no qual, a partir de trocas proporcionadas por diálogo, auxiliam uns aos outros na reflexão e análise de algum tema. Consiste em um grupo de pessoas, que se sentam geralmente em círculo e, se propõe a partir de um roteiro definido pelo pesquisador (ou elaborado em grupo, dependendo dos objetivos), refletir sobre determinado tema, sendo o pesquisador o moderador desse grupo. Cabe ao moderador elaborar um roteiro, dinâmicas, e a programação do grupo focal, conduzindo os assuntos e localizando quando estes saírem do foco, porém, de uma forma fluida, sem interromper as pessoas ou tornar a reunião inflexível, atuando como um guia. Os grupos focais são técnicas inovadoras e críticas de fazer a pesquisa qualitativa (BONI e QUARESMA, 2005; BACKES et al, 2011).

Os grupos focais foram realizados após oito meses de interação na comunidade, tendo sido realizados em 10/11/2018 (grupo focal 1) e 25/11/2018 (grupo focal 2). Através da participação na comunidade, visitas, entrevistas, momentos informais, foi criado um vínculo, que foi de grande valia para a realização das reuniões. Ao fim de todas as entrevistas realizei convites para os jovens para que participassem dos grupos focais, assim como em outros momentos oportunos.

Houve uma tentativa piloto de realizar os grupos focais, porém, não foi possível pela pouca adesão. A princípio pretendia-se realizar vários grupos, com o maior número de jovens possíveis. Porém, avaliou-se que existe no assentamento pouca adesão das pessoas a iniciativas que não tivessem uma proximidade pessoal, devendo haver um maior entrosamento para que os jovens participassem. Por isso, a estratégia adotada foi realizar os grupos focais no final da pesquisa de campo.

Foram realizados dois grupos focais, com jovens de diferentes cooperativas. O grupo foi pensado para ter cerca de cinco pessoas, pois a experiência das entrevistas anteriores mostrou que mais de três pessoas, torna difícil a distinção de falas para transcrição e desenvolvimento dos temas.

Dos diversos convites realizados, o primeiro grupo focal teve a participação de três jovens, os quais serão nomeados por Jovem 1, Jovem 2 e Jovem 3. No segundo grupo focal, também houve a participação de três jovens, sendo dois também participantes do primeiro grupo e um novo participante, que será denominado Jovem 4.

O Grupo Focal 1 foi realizado no barracão, local de convivência e realização de eventos da comunidade. O Grupo Focal 2 foi realizado na varanda da casa de uma das entrevistadas. A organização programática para cada grupo focal foi:

Tabela 3. Planejamento da organização e tempo dos grupos focais.

Atividades	Tempo (2:30 horas no total)
Grupo teste: Apresentação do tema; Apresentação do objetivo.	15 minutos
Escolha de: quem irá controlar o tempo; quem irá fazer anotações do que for discutido (pesquisador será responsável pela observação participante e anotação de toda a discussão, mas será escolhido outro participante para fazer uma sistematização geral, de forma a fazer uma finalização da	5 minutos

reunião).	
Apresentação da história de vida de cada um (inclusive a pesquisadora).	30 minutos
Discussão sobre os temas	40 minutos
Intervalo (espaço para interação e observação participante). Todas as vezes levei alimentos, água para esse momento.	30 minutos
Retorno da discussão sobre os temas	40 minutos
Finalização da reunião, retomando alguns pontos discutidos	20 minutos

Os temas discutidos em cada grupo focal foram trabalhados de forma fluida, reservando-se cerca de 15 minutos para cada um. Foi pedido que uma pessoa por vez falasse, fazendo a anotação do nome de quem gostaria de fazer a próxima fala. Os temas foram:

Temas do Grupo Focal 1:

- 1- O que é ser um jovem? O que é ser um jovem assentado? Quais são as suas perspectivas de vida?
- 2- O que é qualidade de vida? O que um jovem precisa para ter qualidade de vida? Quais são as dificuldades e vantagens de viver no assentamento?

Temas do Grupo Focal 2:

- O que é agroecologia? Já ouviram falar em sistemas agroflorestais?
- O que a implantação de sistemas agroflorestais mudou na vida de cada um?
- Quais são seus sonhos e perspectivas de vida? Pretendem continuar morando e trabalhando no assentamento? O que é necessário para que continuem vivendo no assentamento?

4. 4 Análise dos Dados

Processamento dos Dados

Sempre no início de toda entrevista, era solicitado para a/o entrevistada/o a permissão para a gravação do áudio da entrevista. Era explicado que, para que a conversa pudesse fluir de modo a poder captar com atenção as falas, observando as nuances de expressões e de humor, era melhor não realizar anotações, apenas algumas pequenas observações e que posteriormente, seria realizada a transcrição (DUARTE, 2004).

As transcrições dos áudios das entrevistas presenciais eram feitas na semana posterior à realização do trabalho de campo, ouvindo as falas e escrevendo de forma literal, procurando introduzir as pausas, expressões e variações com o mesmo sentido da fala original (DUARTE, 2004). As entrevistas online aconteceram mediante horário agendado, por mensagem de texto e áudios, a partir de uma rede social para celulares, o Whatsapp. As questões eram enviadas, recebendo um áudio de resposta, que era imediatamente transcrito e então, enviada outra questão, e assim por diante.

Para o uso das falas, estas foram editadas em alguns momentos, a fim de deixá-las sem vícios de linguagem (palavras como né, tipo, etc.), desde que não tirassem o sentido, como de pausa, dúvida (DUARTE, 2004).

Após a transcrição das entrevistas com as famílias, os dados foram organizados em uma planilha no programa Excel 2010, a partir dos temas (Composição Familiar, Histórico familiar, Sistemas Agroflorestais (SAFs) e jovens e Aspectos antes e depois da implantação dos SAFs). Cada linha na tabela representava uma família e cada coluna as perguntas, de forma que ficasse organizadas as respostas de cada família uma abaixo da outra, podendo assim analisar as respostas individuais dentro do todo. Também foram organizados os registros fotográficos das famílias por pastas.

Para as entrevistas com os informantes-chave e do grupo focal, as perguntas variavam muito entre si, não sendo possível organizá-las da mesma maneira. Devido a isto, foram impressas e avaliadas através da leitura junto ao áudio, grifando momentos importantes, e avaliando conforme o contexto, as observações e à luz da bibliografia de referência.

Análise de Conteúdo e do Discurso

A escolha para o método de análise dos resultados obtidos com as entrevistas foi a Análise do Conteúdo (AC) e Análise do Discurso (AD), utilizados simultaneamente. Essa escolha se dá pelas falas utilizadas como material de trabalho que são analisados quais conteúdos foram mais recorrentes, e quais foram os contextos e observações que permeiam as falas.

A AC tem como objeto da análise o texto produzido pelas falas, o qual pode ser padronizado a partir de uma categorização quantitativa (frequência com que aparece uma palavra, por exemplo) ou qualitativa (se uma palavra está presente ou ausente, por exemplo). A AD trabalha com o sentido do texto, da fala, para além de seu conteúdo, que nem sempre é diretamente obtido através da transcrição, mas é elaborado a partir do contexto sócio histórico (CAREGNATO e MUTTI, 2006). Os dois recursos, AD e AC, foram utilizados de forma complementar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A Implantação de SAFs no Assentamento Ipanema: Uma Avaliação Necessária

5.1.1 Os projetos

O PA e PDRS foram projetos que tiveram temáticas relacionadas aos SAFs, porém com ênfases diferentes, o primeiro mais relacionado à conservação de recursos hídricos e o segundo com viés de viabilização de mercado. Envolveram ações amplas, com diversas parcerias e instituições, sendo as informações básicas dos projetos resumidas na Tabela 3 abaixo, formulada a partir de dados obtidos nas entrevistas.

Tabela 4. Quadro esquemático comparando características dos projetos “Plantando Águas” e PDRS.

	PA	PDRS
Projetos	Plantando Águas I (PA I)	“Agrofloresta e Produção Humana” (COPRIR) “Nosso SAF” (COOPMaio) “Produzindo Frutos” (ARDA)
Financiamento	Petrobrás	Banco Mundial e tesouro do governo do Estado de São Paulo
Objetivo	- Conservar recursos hídricos - Adequação ambiental dos imóveis rurais	- Melhorar a competitividade - da agricultura familiar - Aumentar a sustentabilidade ambiental da agricultura - SAFs rentáveis
Organizações diretamente envolvidas no assentamento	ONG Iniciativa Verde; Instituto Terra Viva de Agroecologia	ITESP; SMA COOPMaio; COPRIR; ARDA
Quantidades de SAFs		51 áreas, sendo 23 da COPRIR, 19

no assentamento	11 áreas do PA	da COOPMaio e 9 da ARDA (no Ipanema)
Quando ocorreu?	2013 a 2015	2014 a 2017
Forma de obter o recurso	Processo seletivo realizado pela ONG e Instituto	Chamada pública, a qual devia se apresentar um projeto
Atuação	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de SAFs - Restauração de APPs - Elaboração do CAR - Capacitações - Implantação de sistemas de saneamento ecológico - Cisternas para capacitação de água fluvial - Ações de educação ambiental - Intercâmbio rural 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de SAFs - Elaboração do CAR - Capacitações - Ações de educação ambiental - Fortalecimento das associações e cooperativas - Intercâmbio Rural
Realizou articulações com parceiros regionais?	Sim	Sim
Famílias participaram da elaboração do projeto?	Não	Sim
Recursos oferecidos	<ul style="list-style-type: none"> - Insumos necessários para os plantios e preparo da terra - Assistência técnica - Capacitações - Fossas sépticas biodigestoras - Jardins filtrantes - Cisternas pluviais - Oficinas de manejo de SAFs 	<ul style="list-style-type: none"> - Insumos necessários para os plantios e preparo da terra - Assistência Técnica - Capacitações em: poda de árvores, controle de pragas e plantas daninhas, segurança no trabalho (uso de EPI), uso de roçadeira costal. - Intercâmbio para locais com SAFs - Mudas para plantio e replantio - Equipamentos de segurança: luvas, óculos de proteção etc. - Roçadeira costal para cada família - Carro, caminhão e trator (para as cooperativas) - Tratorito para cada família (ARDA)
Trabalho para implantação dos SAFs	Mutirão entre os agricultores	Mutirão entre os agricultores
Área do SAF	1 hectare em média	1 hectare
Escolha das espécies	Das famílias e conforme recursos do projeto	Das famílias e tinham “carros-chefe”

A Tabela 4 resume os dados que mostram quais foram as fontes de financiamento, bem como o número de SAFs implantados no assentamento. Podemos perceber que o PA foi um projeto menor e realizado pelo terceiro setor, enquanto que o PDRS foi executado, especificamente no Assentamento Ipanema, em sua maioria por ATER pública. Além disso, tinham uma característica diferente em relação aos objetivos. Enquanto que no PA os SAFs foram utilizados dentro de uma temática maior, de conservação de recursos

hídricos, o PDRS o utilizou como estratégia produtiva visando a viabilidade econômica. O recorte de cada um desses projetos é explicitado na fala:

[...] o recorte em nível de projeto, não estou falando de como ficou a agroflorestal “x” ou “y”, o raciocínio do Plantando [...] é você pensar em todo o contexto da unidade familiar [...]. O Microbacias foi um projeto com um enfoque produtivo, não entrou muito no quintal das pessoas, entrou mais na área produtiva do lote, essa que é a diferença. (ENTREVISTA 4, TÉCNICO).

Apesar de os recursos destinados ao PA serem menores, os dois projetos somados tiveram um valor significativo, sendo que cada um proporcionou acesso a uma série de tecnologias. O PA representou uma ação de inserção de tecnologias sociais (fossas biodigestoras, cisternas e jardins filtrantes), que os agricultores podem inclusive reproduzir no lote e em outros locais do assentamento. Já o PDRS trouxe ferramentas mecanizadas, as quais a maior parte dos agricultores não tinha acesso antes do projeto, como os tratoritos e as roçadeiras costais. Além disso, os dois projetos destinaram insumos, capacitações diversas, dentre outros recursos.

Os dois projetos aconteceram em períodos próximos, o PA com início em 2013 a 2015 e o PDRS de 2014 a 2017, tendo dois anos de simultânea implantação de SAFs. Há famílias que possuem SAFs dos dois projetos no mesmo lote, cada um com um hectare de área.

O PA foi um projeto regional, com 11 SAFs implantados no Assentamento Ipanema. O PDRS Microbacias II foi uma política estadual, que no Assentamento Ipanema teve três projetos aprovados pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA): “Agrofloresta e Promoção Humana” (COPRIR), “Nosso SAF” (COOPMaio) e “Produzindo Frutos” (ARDA). Somando os SAFs de cada um dos projetos do Microbacias II, chegou-se ao número de 51 SAFs implantados, tendo sido o primeiro município a aprovar três projetos do Microbacias II em um mesmo período e mesmo local. Somando os SAFs das duas iniciativas, totalizam-se 62 áreas de SAFs, com cerca de um hectare cada.

O PA foi um projeto captado pela ONG Iniciativa Verde, realizado em outros municípios, e que implantou 11 SAFs, além de outras ações no Assentamento Ipanema, no período de 2013 a 2015, ao fim do qual o projeto

não foi renovado. A elaboração do projeto ocorreu sem a participação dos agricultores, e assim que aprovado, foi realizado um processo seletivo entre os interessados. Esse processo seletivo foi o levantamento de uma lista de interessados, e foram realizadas entrevistas com estes, a fim de decidir quais tinham maior perfil para adotar SAFs.

No final desta pesquisa, verificou-se que se iniciou no Assentamento Ipanema a edição do PA II, que acontecerá entre 2018 e 2019, em 14 lotes, e pelo fato de ainda estar em andamento não foi alvo de análise desse trabalho.

Antes do PDRS Microbacias II, também houve a sua primeira edição no assentamento, o PDRS Microbacias I, que envolveu a melhoria de estradas. Os agricultores e organizações de agricultores (cooperativas e associações), para participar do Microbacias II, enviaram projetos de iniciativas de negócios, e forneceram uma contrapartida de 30% do valor do projeto, caso este fosse aceito. Esses projetos não necessariamente precisavam ser sobre SAFs, sendo que a maior parte das ações estavam relacionadas com iniciativas à agricultura convencional.

Os SAFs estão principalmente no interior dos Subprojetos Ambientais, extensão do PDRS para a SMA, sendo que dos 25 subprojetos aprovados, 21 foram de implantação de SAFs. Um diferencial desses subprojetos, é que não existia a contrapartida de 30% dos agricultores, devido a vulnerabilidade em que se encontravam, pois:

Algumas regiões do Estado são consideradas áreas de restrição ou de interesse ambiental, dadas as suas condições geomorfológicas, a existência de remanescentes de vegetação nativa, a susceptibilidade do solo, a importância para os recursos hídricos, etc. Nessas regiões, agricultores familiares dificilmente conseguem ser competitivos baseados na agricultura convencional. (SÃO PAULO, 2011, p. 59).

Devido ao objetivo de atender locais de “restrição ou interesse ambiental”, a área do Assentamento Ipanema se encaixou na proposta, pois a sua localização é na zona de amortecimento da FLONA Ipanema, além de outros pontos, como a existência de Organização de Controle Social (OCS) por parte das cooperativas e associação.

Os projetos aprovados eram de duas cooperativas que existem do assentamento, projeto “Agrofloresta e Produção Humana” da COPRIR, com 23

áreas implantadas e projeto “Nosso SAF” da COOPMaio, com 19 áreas implantadas. O projeto “Produzindo Frutos” da ARDA, uma associação regional que atende quatro assentamentos, implantou 42 áreas espalhadas em suas áreas de atuação, nove delas no Assentamento Ipanema.

O PA realizou diversas parcerias com órgãos e atores sociais locais, o que foi incentivado pela presença dos técnicos do Instituto de Agroecologia Terra Viva, que tinham experiência de trabalho na região. Realizou parcerias com o Núcleo de Agroecologia Apete-Caapuã da UFSCar de Sorocaba, Prefeituras, Embrapa Instrumentação de São Carlos, Escola Técnica de Piedade, INCRA, ITESP, as quais auxiliaram no desenvolvimento do projeto e realizaram a Caravana Agroecológica, um processo de intercâmbio entre agricultores, estudantes, técnicos, professores (GONÇALVES, 2017).

O PDRS também realizou parcerias, com um caráter de busca de mercados, destacando-se a parceria com a Fundação Getúlio Vargas e a COOPMaio, para fornecimento de alimentos. Houve também incentivo e organização para participação em feiras. Durante a elaboração da proposta, a FLONA Ipanema foi colocada como parceira nos projetos, porém, devido a uma troca de gestão, houve problemas. A FLONA Ipanema deveria fornecer madeira para o barracão da COPRIR e COOPMaio, destinada a guardar trator, caminhão e outras ferramentas vindas do projeto, porém apenas parte da madeira foi fornecida, não tendo sido a UC uma fomentadora estratégica de SAFs.

[...] depois que do projeto implantado, ele (gestor) deu uma contrapartida de madeira pra fazer um barracão pra guardar as ferramentas coletivas. Tem uma estrutura aqui do lado, como a gente não tinha o terreno, fizeram a opção de fazer aqui mesmo. Foi a ajuda que eles deram. Mas foi bem cobrado também, a gente cobrou bastante. Mas assim que mudou de gestão foi cortado de imediato, tanto que só a COOPMAIO conseguiu fazer o barracão, o da COPRIR parou no meio e não conseguiu receber a doação. (ENTREVISTA 8, MEMBRO DA ORGANIZAÇÃO E ASSENTADO).

Os dois projetos incentivaram a participação dos agricultores, através de reuniões, escolha das espécies desejadas por cada família, no planejamento e durante a implantação por meio de mutirões. No PA, os agricultores não participaram da elaboração do projeto, por mais que tenham participado em

outras etapas. O projeto do PDRS foi elaborado desde o início com os agricultores, e sua participação foi uma contrapartida obrigatória, ou seja, a mão de obra oferecida correspondeu a um valor de contribuição por parte das famílias. Dessa forma, o PDRS formalizou a participação dos agricultores como imprescindível para a implantação dos SAFs.

5. 1. 2 Desafios

O tempo é essencial quando se fala em SAFs, considerando que incrementar árvores no sistema prolonga o desenvolvimento deste. Não apenas esse fator de produção, mas todas as relações com a terra, interações, questões sociais das famílias, tornam-se mais complexas (MAY e TROVATTO, 2008). O pouco tempo para implantação ideal dos SAFs apareceu na maior parte das entrevistas, tanto vindo de técnicos e organizações, quanto dos agricultores, como será discutido ao longo do texto. A Figura 2 mostra os desafios mais frequentemente citados nas entrevistas com os informantes chave dos projetos.

Figura 2. Os desafios mais citados no processo de implantação de SAFs nos projetos “Plantando Águas I” e “PDRS Microbacias II”.



Os projetos estudados tiveram cerca de dois anos de duração para o contato com as famílias, oficinas, preparo da área. O plantio ficou como uma das últimas ações, e o manejo, na prática, teve pouca assistência técnica. Esse

é um problema dos projetos, em que o financiamento está focado apenas na implantação, com pouco apoio técnico após este momento (JACOBI, 2016). O pouco tempo e inadequada assistência técnica, tem reflexos após a implantação dos SAFs, pois esse é um momento crítico em que as famílias precisam de assistência, porém, esta não estava disponível, como explicitado nas falas:

Para implantação nós fomos fazendo discussões até chegar no comprar as mudas, e próprio Microbacias foi bancando vários cursos. [...] a gente sentava em reuniões, e desenhava, como é que vai ser, como será, a combinação de plantas, essa é a teoria ... a prática não teve nada a ver, não. (ENTREVISTA 6, MEMBRO DAS ORGANIZAÇÕES E ASSENTADA).

[...] é difícil de ter um resultado num processo que é mais de longo, de agrofloresta, que envolve toda uma complexidade, uma sensibilização maior, um projeto que dura sei lá, dois anos, que dá menos de um ano com o agricultor. (ENTREVISTA 2, TÉCNICO).

A assistência técnica é frequentemente citada como um dos fatores de sucesso mais importantes para implantação de SAFs e também como um dos gargalos da agricultura familiar (MAY e TROVATTO, 2008; PORRO e MICCOLIS, 2011). Os recursos destinados aos projetos foram expressivos, porém foi limitante a disponibilidade de assistência técnica, questão recorrente nas falas dos entrevistados.

A falta de assistência técnica, tendo em vista que inicialmente as cooperativas teriam apoio da assistência técnica do INCRA, o contrato de assistência técnica do INCRA logo no início do projeto foi rompido, então as cooperativas ficaram sem assistência técnica. A Secretaria do Meio Ambiente contratou consultorias para tentar cobrir um pouco isso, intensificou as capacitações, mas não é a mesma coisa. (ENTREVISTA 3, TÉCNICO DO CBRN).

[...] tiveram várias ações de saneamento rural, que forneceu todo material e a assistência técnica houve, na medida do possível. (ENTREVISTA 2, TÉCNICO).

Os trâmites de licitação, prestação de contas, liberação de verba, dentre outros processos burocráticos, consumiram boa parte do trabalho dos extensionistas nos dois projetos. Quem realizava a burocracia do PA eram os técnicos, os quais acabavam tendo menos tempo com os agricultores. No PDRS, o trabalho burocrático era realizado pela diretoria das cooperativas, que na maior parte eram os próprios agricultores. Além da dificuldade de

comunicação, alguns processos eram interrompidos, como a chegada de insumos, gerando atrasos durante o projeto:

[...] essa foi uma grande dificuldade, porque interferiu em tudo. E era uma coisa que a gente não esperava, totalmente diferente de um PAA, que tem suas burocracias, mas elas são mais claras. (ENTREVISTA 5, MEMBRO DA ARDA E AGRICULTORA).

A implantação em si foi uma grande dificuldade, a burocracia inicial para quem não era acostumado a fazer compra pública, fazer pesquisa de mercado, conseguir os orçamentos, a apresentação de relatórios. (ENTREVISTA 3, TÉCNICO DO CBRN).

A burocracia excessiva é um dos fatores que afeta o desenvolvimento dos SAFs, fazendo com que aconteçam atrasos e gerando descrédito diante do agricultor (PORRO e MICCOLIS, 2011; NUNES e SILVA, 2016). A execução burocrática dos projetos foi um desafio, porém, durante a implantação foram realizadas intervenções que permitiram superá-lo, como explicitado na fala do técnico da CBRN:

[...] no caso da COPRIR e COOPMAIO tínhamos jovens (na administração do projeto) que cobriram bem, aprenderam rapidamente os ritos da burocracia, então foi uma dificuldade superada. (ENTREVISTA 3, TÉCNICO DO CBRN).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um programa que efetivamente contribuiu com a agricultura familiar, através da inclusão desta num mercado institucional (PORRO e MICCOLIS, 2011; GRISA, 2017). A burocracia nesse programa era mais adequada à realidade dos agricultores familiares, pois permitia a compra de alimentos sem licitação pública. Uma das soluções para melhorias na burocracia dos projetos é se espelhar no modelo do PAA, que estava amplamente difundido.

O aprendizado adquiridos nos projetos do PDRS no Assentamento Ipanema foi que a participação ativa dos agricultores faz com que problemas (como foi o caso da burocracia) possam ser identificados e corrigidos. Entretanto, para outros projetos de implantação de SAFs, é necessário que a prestação de contas, e demais trâmites, sejam adequados à realidade dos agricultores desde o início, para que não existam interferências negativas nos resultados. Isso principalmente por se tratar de um projeto de SAFs, que lida com alta complexidade para sua implantação. Intempéries de vários tipos

atingiram os SAFs no Assentamento Ipanema, tanto o PA quanto o PDRS sofreram com seca, geada, fogo criminoso, ataque de insetos:

Toda vez que eles barravam um documento lá, barrava a chegada da muda aqui. Barrava a chegada do insumo, passava do prazo, passava do tempo de chuva. E aí o agricultor ficava prejudicado na execução técnica. (...) Então eu acho que tem momento de abrir mão de algumas coisas, está lidando com a natureza, é justificável. (ENTREVISTA 7, MEMBRO DA ORGANIZAÇÃO E ASSENTADA).

E teve a questão climática também, que teve muito problema, questão de queimada, a maioria dos SAF queimou. Geada, logo que nós plantamos as mudas teve uma geada, nas primeiras etapas perdeu quase tudo, daí teve uma segunda remessa de muda e nós plantamos de novo. Então, os SAFs mesmo que se desenvolveram, não foram os 19. Uma boa parte, acho que uns 40% deles perderam. (ENTREVISTA 8, MEMBRO DA ORGANIZAÇÃO E ASSENTADO).

Inclusive foi feito o relatório, por que no meu, não só no meu, vários aqui tiveram uma geada, logo que estava começando a desenvolver. E no meu caso, além da geada, quando secou botaram fogo, passaram na estrada e tacaram...então queimou tudo, banana... (FAMÍLIA 14, MÃE).

Os agricultores do Assentamento Ipanema, nos últimos anos, têm fornecido grande parte de sua produção para os programas institucionais PAA e, em menor medida, para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Quando os SAFs começaram a ser implantados no assentamento, esses mercados institucionais representaram um meio de escoar a produção, o que animou os agricultores (CASTRO, 2007). Porém, o contexto político do país mudou desde então, sendo que os recursos do PAA diminuíram muito, chegando quase a sua extinção (OLIVEIRA, 2016).

Desde 2017 nenhum projeto do PAA foi aprovado no assentamento, e o PNAE representa pouco escoamento de produção. Com esses acontecimentos houve diminuição da produção das famílias e muitas pessoas voltaram a trabalhar na cidade. Propriedades rurais próximas às cidades costumam perder mão de obra para empregos não agrícolas mais atrativos (BROCKINGTON; HARRIS e BROOK, 2016). Um problema central para a agricultura familiar é o pouco acesso a mercados (JACOBI, 2009), devido a isto, é interessante desenvolver aqueles mais vantajosos, como o de orgânicos.

Os SAFs que passaram por contratempos climático estão tendo mais dificuldade de se desenvolver, embora no caso do PDRS, tenha existido a possibilidade de replantar mudas perdidas:

Algumas cooperativas, acho que é o caso da COOPMaio, eles implantaram tudo no primeiro ano, foi um ano que teve geadas, teve seca, e perderam muitas mudas, depois foi possível que eles substituíssem. (ENTREVISTA 3, TÉCNICO CBRN).

O PDRS poderia ter utilizado as áreas danificadas do PA para intensificar o trabalho e recuperar suas áreas que sofreram problemas, porém optou-se por utilizar uma área diferente. Um dos motivos possíveis para esta atitude é o da necessidade de cumprir metas individuais de cada projeto, mas deixam a desejar quanto à efetividade a longo prazo. Ações integradas na implantação de SAFs são fatores que aumentam as chances de sucesso (PORRO; MICCOLIS, 2011), sendo um dispersador de energia que projetos atuem separadamente sem unir forças.

Agora, você sabe que o financiador ele quer chegar e ver, independente se ele é público ou privado, ele quer ver o projeto dele, ele não quer ver o projeto do outro. (ENTREVISTA 7 – MEMBRO DAS ORGANIZAÇÕES E ASSENTADA).

Um dos problemas relacionados à falta de continuidade dos projetos e da assistência técnica, é que alguns dos SAFs encontram dificuldade de se manter, devido a problemas com doenças, entendimento do manejo e também falta de mão de obra, pois algumas famílias são pequenas. Por exemplo, os relatos abaixo são de uma agricultora que trabalha com a ajuda da filha no lote, com pouca mão de obra, e está tendo dificuldade em manejar o SAF, e também do técnico do Instituto Terra Viva que aponta o problema da descontinuidade:

Depois que a gente fez o projeto, logo no término, eles estavam ajudando a gente, a assistência eles foram mandados embora, aí complicou. Cancelaram os contratos deles, entendeu? Eles eram contratados. Então perdemos toda a nossa ajuda, as orientações, a assistência técnica, tudo. (FAMÍLIA 11, MÃE).

[...] um dos principais problemas desse trabalho, assim como outras experiências que já tivemos é a descontinuidade, o projeto é muito grande chegamos no ponto de conseguir implantar e a partir daí precisaria ter um acompanhamento, mais oficinas, daí o projeto acaba. (ENTREVISTA 2, TÉCNICO INSTITUTO TERRA VIVA).

O fim da contratação citada na fala da agricultora, diz respeito à assistência técnica do INCRA, que é terceirizada pelo Instituto Biossistêmico, o qual sofreu rompimento de contrato no Assentamento Ipanema, de forma que este ficou sem ATER desde então, apenas pontualmente pelo ITESP.

O contexto político brasileiro é complexo, especialmente para a agricultura familiar, pois estímulos que haviam, como os mercados institucionais, atualmente não há mais. Ademais, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a situação se agravou e no final dos projetos houve a quebra de contratos da ATER realizada pelo INCRA.

As falas dos agricultores apresentam receio quanto a sua condição de assentados:

O SAF em si, ele é a melhor política pública que tem pra questão do alimento saudável e do meio ambiente, isso ai não tem dúvida. O problema é de quem está por trás dessas políticas públicas. Ai é que eu vejo, que o erro está nas questões dos governos, de não apostar, de não fazer acontecer. [...] Mas ai o mercado deixou nós na mão, PAA principalmente, acabaram, cortaram e era um custeio que nós tínhamos pra se manter no campo. O Temer entrou hoje e amanhã e já não tinha. E o Bolsonaro entrou ontem e já tá cortando o PNAE. Nós não vamos mais ter DAP, e sem DAP a gente não tem mais acesso a esse mercado. No dia 5 de Fevereiro, todas as DAPs a nível nacional estão suspensas. O INCRA ontem mesmo receberam uma ordem de parar com ATER, todos os serviços, tudo. Nós estamos ai nessa situação de louco, o cara nem entrou na cadeira e já tá assim. (ENTREVISTA 8, MEMBRO DA COOPERATIVA E ASSENTADO).

[...] ficou muito difícil para a agricultura familiar depois do golpe de 2016, o primeiro corte do governo Temer foi o PAA [...] Com 15 dias de governo, ainda antes do impeachment, ainda em governo provisório ele cortou o PAA, então isso foi um baque. As prefeituras, elas pararam de cumprir a Lei da Merenda Escolar, do PNAE. Essas prefeituras elas estavam seguindo a lei, com bastante problemas ainda, massa estavam, da compra de 30% da agricultura familiar para a merenda. Depois do golpe elas pararam, não tem ninguém para repreender dentro do governo federal, então elas não estão fazendo. Algumas até estão, mas a maioria nem faz a chamada mais, e quando fazem impossibilitam que as cooperativas façam a entrega do produto. Elas pedem 1kg de tomate para entregar a 50km da sede da cooperativa, por exemplo. Pedem uma penca de banana...quando chega lá tem 10 caixas de banana de uma empresa privada, e pediu uma penca da agricultura familiar. (ENTREVISTA 4, TÉCNICO E ASSENTADO).

Esta situação retrata a insegurança dos assentados em relação ao desmonte de políticas públicas que apoiavam a reforma agrária. Esta situação explicita a importância de políticas públicas contínuas de apoio e valorização da agricultura familiar, pois diante de avanços que se obteve, agora voltam a passar por dificuldades. Ainda assim, mesmo em contextos políticos desfavoráveis, é possível que o apoio local respalde as ações de implantação de SAFs (PORRO e MICCOLIS, 2011). Há perspectivas no sentido de continuação com o trabalho específico para SAFs, principalmente a partir das

ações estaduais, o que fica evidente pelo PA II, que três anos após sua primeira edição volta a dar continuidade a esse trabalho. A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo passou por uma reestruturação, se tornando Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, com perspectivas futuras de atuação:

A Secretaria de Meio Ambiente, elas devem incentivar SAFs no entorno das Unidades de Conservação. Então isso é provável, a luz de toda reestruturação da Secretaria da Agricultura e do meio ambiente, mais recentemente. A Secretaria é atualmente de Infraestrutura e Meio Ambiente, e na reestruturação dessas duas pastas, houve um acordo que a Secretaria da Agricultura vai ficar com as práticas sustentáveis e a nossa secretaria vai trabalhar, apenas, no entorno de Unidade de Conservação. Então cada um (desses órgãos), nessas áreas, é provável que os SAFs sejam estimulados em algum momento. (ENTREVISTA 3, TÉCNICO CBRN).

As diversas dificuldades que surgiram ao longo dos projetos, como a falta de ATER em momentos essenciais, principalmente após a implantação dos SAFs, gerou descontinuidade. Isso é um problema, pois a descontinuidade faz com que os SAFs não permaneçam ao longo do tempo, como ocorreu já no assentamento, que teve projetos anteriores (GONÇALVES, 2012), mas pouco resta dessas iniciativas. Esse é um reflexo da falta de uma política pública efetiva de SAFs, pois os projetos ficam a mercê dos governos e surgimento eventual de recursos econômicos, como foi o caso do PA, que ao fim da execução do edital, em 2015, não teve continuidade, pois não houve renovação (GONÇALVES; RUAS e BENEDETTI, 2017).

(...) um dos principais problemas desse trabalho, assim como outras experiências que já tivemos é a descontinuidade, o projeto é muito grande a gente chegou no ponto de conseguir implantar e a partir daí precisaria ter um acompanhamento, mais oficinas, daí o projeto acaba. (ENTREVISTA 2, TÉCNICO).

Questões menos citadas dizem respeito a variáveis que influenciaram os projetos, porém não de forma tão intensa, ou então atingiram de forma mais individual. A dificuldade de logística e planejamento foi observado no PA e no projeto “Produzindo Frutos” da ARDA, devido a distância entre os locais e dificuldade de comunicação, de forma que seriam necessários mais recursos ou mais tempo, para cobrir esse território, além de melhoria na comunicação.

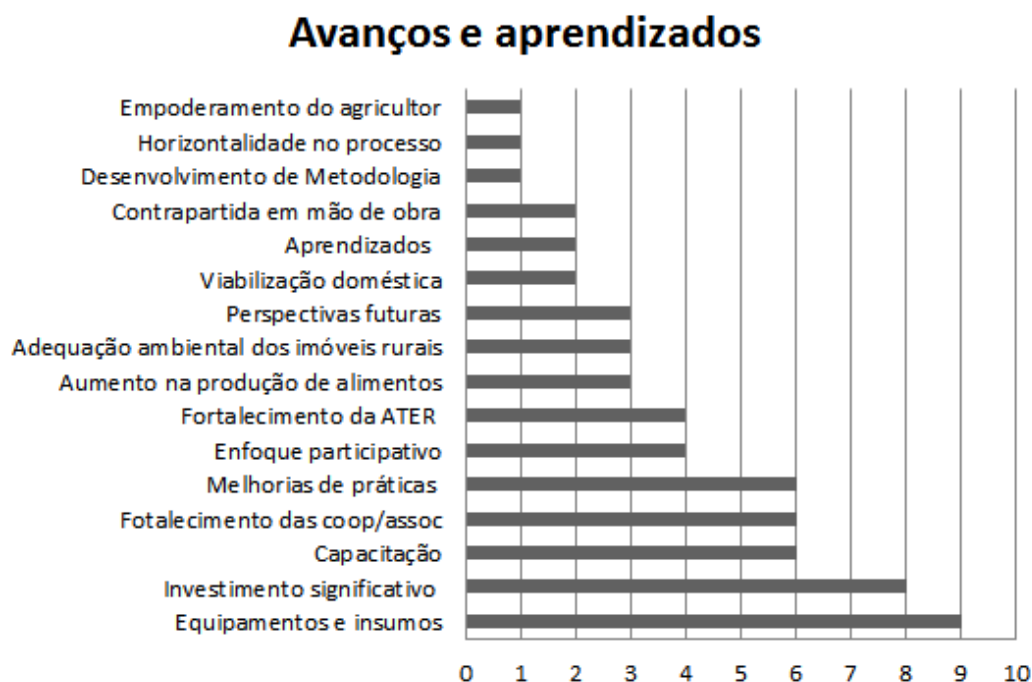
As limitações de orçamento surgiram mais frequentemente no PA, sendo que os recursos do PDRS foram maiores. Porém, a formação insuficiente e/ou tradicional da ATER foi citada pela CATI, principal órgão do PDRS, como obstáculo para adoção de SAFs, sendo que a CATI não aprovou assistência técnica a nenhuma das do Assentamento Ipanema.

Todas essas problemáticas, devem ser analisadas sob o ponto de vista de aprendizados construídos e não como desmotivadores desse tipo de iniciativa. Projetos como estes são essenciais para a construção da agroecologia e dos SAFs, agindo como semeadores dessas ideias (PORRO; MICCOLIS, 2011; JACOBI, 2016). Mesmo aqueles projetos que não conseguiram se manter ao longo do tempo, criaram caminhos, sensibilização e quebraram barreiras sobre este tema, que culminaram na adoção de SAFs pelos agricultores (BROCKINGTON; HARRIS e BROOK, 2016). Porém, os recursos podem ser melhor utilizados diante de projetos e políticas públicas contínuas e ATER, de forma a aumentar a manutenção dos SAFs após a implantação.

5. 1. 3 Avanços e Aprendizados

As questões surgidas como aprendizados, pontos positivos e avanços, foram mais diversas e citadas em maior quantidade do que os desafios. Os projetos representaram novas experiências e recursos significativos, os quais geraram muitos avanços.

Figura 3. Questões mais citadas como avanços e aprendizados no processo de implantação de SAFs no Assentamento Ipanema.



O acesso aos recursos materiais ficou evidente, em todos os órgãos envolvidos, tanto para instituições de ATER quanto para as organizações. Isso mostra que, a oportunidade de investimento é uma demanda central em assentamentos rurais (AMARAL e FERRANTE, 2014) o que influencia a adoção de SAFs (BROCKINGTON; HARRIS e BROOK, 2016).

Os recursos permitiram o surgimento de muitas oportunidades locais, como a obtenção de mudas, oportunidades de trabalho (jovens em cargos administrativos, técnicos de ATER que eram assentados), humanização do trabalho a partir da obtenção de máquinas.

E é isso, a gente ganhou experiência. O maior benefício é ver os agricultores com seus SAFs, com todas as dificuldades, consumindo e vivendo, com os equipamentos que vieram. Deixou um legado, uma ideia de que deu certo. (ENTREVISTA 7, MEMBRO DE ORGANIZAÇÃO E ASSENTADA).

Além dos investimentos em equipamentos, também houve uma oportunidade de capacitação, que muitas vezes não está disponível para os agricultores. Uma educação descontextualizada e poucas oportunidades de estudo, muitas vezes impedem os agricultores de terem acesso à capacitação agrícola (CASTRO, 2009). O investimento em capacitação com as oficinas

realizadas, as palestras e os intercâmbios entre as experiências, foi uma abordagem bastante citada como avanço.

Aprendemos a fazer composto, apesar que já sabia, mas tivemos pra reforçar um pouco mais, de fazer fertilizantes, de fazer adubação verde que é pra formar biomassa, de podar, fizemos vários cursos. (FAMÍLIA 13, PAI/ESPOSO).

Nós fizemos um curso lá em Aguas de São Pedro, foi muito bom e a gente conseguiu assim levar pessoas de cada área, eles participaram e conseguiram se envolver com outros. (FAMÍLIA 5, MÃE).

O estímulo de produção e certificação orgânica foi uma ação de incentivo e capacitação importante nos dois projetos, essencial para mudança de práticas na agricultura, gerando mais saúde e agregação de valor para os produtos, que podem ser vendidos agora para novos mercados (NUNES e SILVA, 2016). O PA incentivou a inserção dos agricultores em redes de agroecologia, enquanto o Microbacias II apresentou uma visão prática, econômica e produtiva, também auxiliando na busca de parcerias, que foram ações importantes para enfrentar o desmonte do PAA:

(...) você obrigou as cooperativas a pensar em novas formas de comercialização, até por que nessa época elas estavam muito ligadas nas políticas públicas como o PNAE, o PAA e depois do golpe inclusive acabou essas políticas. (ENTREVISTA 4, TÉCNICO).

Os SAFs do assentamento Ipanema que tem se mantido e alcançado estágios mais avançados de desenvolvimento, são aqueles que os agricultores vendem seus produtos como orgânicos e/ou agroecológicos, se inserindo em articulações e redes de agroecologia, comercializando de forma diferenciada, tendo sido um aprendizado, como relatado na fala do técnico:

(...) o aprendizado foi que deve ser estabelecido um objetivo muito claro de cultivo nessas áreas e preferencialmente já vinculado a um projeto econômico, pra feira, pros programas de venda, (...) e não deixar essa coisa muito solta. (ENTREVISTA 2, TÉCNICO).

Além disso, o fornecimento de carros, caminhão e trator para as cooperativas auxiliou que estas pudessem estar mais preparadas para escoar a produção, e também para o trabalho nas propriedades. O membro da COOPMaio revela a importância dos equipamentos vindos pelo projeto para as organizações dos agricultores:

Esse projeto, hoje o pouco que fazemos a gente dá graças a esse projeto. Porque se não tivesse o caminhãozinho a gente não participava do PNAE, porque não tinha como fazer a logística, na

época a gente entrou na merenda escolar com uma saveirinha, era um sacrifício medonho, não dava conta da demanda. Então esse projeto nos colocou dentro do PNAE, ajudou bastante. (ENTREVISTA 8, MEMBRO DA COOPERATIVA E ASSENTADO).

A maior parte dos agricultores relatou que não teve ainda renda significativa dos SAFs, embora tenham perspectivas futuras nesse sentido, mas essa produção tem gerado aumento da renda não-monetária, advinda do autoconsumo, principalmente de frutas. O autoconsumo é parte da estratégia econômica das famílias de agricultores familiares, de maneira que diminuem custos (NUNES e SILVA, 2016) e diversifica a dieta, o que garante segurança alimentar (MAY e TROVATTO, 2008):

Quando não tinha o SAF era muito parado, né? Porque mesmo plantando, carpindo"... depois que chegou o SAF teve mais trabalho, mais cuidado. (...) porque você quer comer uma fruta, uma abóbora... a abóbora é de lá. (FAMÍLIA 4, MÃE/ESPOSA).

Melhorou bem, tem mais coisa, sobra mais. Tem fruta, tem mandioca a mais, feijão. (FAMÍLIA 15, PAI/ESPOSO).

Os projetos inovaram em suas estratégias com o enfoque participativo, tornando os agricultores protagonistas, o que é um avanço, pois gera autonomia destes, importante para manutenção dos SAFs ao longo do tempo (MCGINTHY; SWICHER e ALAVAPATI, 2008).

O modelo dos dois projetos foi inclusivo, incentivando a coletividade não apenas na implantação dos SAFs (com os mutirões), mas em todo o processo de desenvolvimento destes, como: troca de experiências de manejo entre agricultores, onde vender os produtos, reuniões de monitoramento de resultados, sendo que o PDRS contou com a participação dos agricultores desde a construção da proposta de projeto.

A ATER pública enfrenta problemas quanto à renovação, seja de capacitação para promover uma agricultura mais sustentável, assim como de quadro reduzido de funcionários e pouca estrutura física (PORRO e MICCOLIS, 2011; BRASIL-FAO, 2014). O PDRS teve recursos significativos para os órgãos, o que foi citado pelos técnicos:

O projeto acabou suprindo CATI de veículos, computadores, muita capacitação dos extensionistas, modernização dos equipamentos de informática, que são aspectos importantes não ligados diretamente aos projetos de cooperativas. (ENTREVISTA 1, TÉCNICO).

A organização do terceiro setor, Iniciativa Verde, também foi fortalecida com o PA através de:

Reforço de parcerias existentes, formais e informais; criação de novos laços de grupos e entidades; consolidou a ampliação de foco de trabalho da organização; trouxe divulgação e reconhecimento, inclusive com premiações. (ENTREVISTA 6, TÉCNICO INICIATIVA VERDE).

Não apenas a ATER pública, mas as cooperativas e associação foram fortalecidas, pois receberam carros, caminhões, tratores, capacitações de administração, dentre outros benefícios, que atualmente estruturam melhor as organizações. Os agricultores de forma individual receberam ferramentas de trabalho, as quais tem humanizado o trabalho, com destaque para as roçadeiras costais e tratoritos. Essas ações são de extrema importância para a adoção dos SAFs, pois a ATER com melhores condições poderá suprir com mais qualidade as necessidades dos agricultores. O grande gargalo é a não continuidade dessas ações.

A agricultura familiar, especialmente os assentamentos rurais, vivem uma situação de negligência por parte do Estado (CASTRO, 2007). Faltam políticas públicas de infraestrutura de todos os tipos, diante disso, a visão ampla do PA de atendimento a necessidades básicas, como de saneamento rural, foi importante para a melhora de vida. O PA construiu diversas fossas sépticas no assentamento, além de cisternas de 1500 L que são muito utilizadas nos lotes, tanto para a produção quanto para o consumo da casa, pois a falta de água é um dos maiores problemas do assentamento. Dessa maneira, realizou uma adequação ambiental dos imóveis:

O Plantando Águas ia além da agrofloresta, era uma proposta de viabilização doméstica. Tinha a fossa séptica, até então tinha um número muito grande de fossas rústicas, que são aquelas que poluem o lençol. Eles pensaram nisso, que é fundamental, quando você pensa na fossa, pensa na saúde das pessoas que estão ali, no meio ambiente. A captação de água também foi uma coisa que eles trabalharam bem com as famílias. (ENTREVISTA 4, TÉCNICO).

Água sim, porque a gente tem a cisterna que ganhamos. Ai teve umas épocas que a gente estava com dificuldade, e a gente juntava água da calha. (ENTREVISTA 14, AGRICULTORA).

Os recursos destinados a esses projetos, principalmente o PDRS, foram um avanço quanto ao tipo de contrapartida exigida dos agricultores. Os

subprojetos ambientais, aos quais faziam parte as propostas do Assentamento Ipanema, tinham como contrapartida a mão de obra e participação dos agricultores, enquanto que outras categorias de projetos exigiam 30% do valor do aprovado. Assim, uma contrapartida de acordo com a realidade dos assentados é um estímulo para adoção de SAFs por estes.

A participação desses agricultores, em uma ação de média escala como foi desse assentamento, é em si uma experiência produtiva, pois trouxe conhecimentos de como lidar com projetos com maiores recursos e complexidade de execução. Essa experiência será útil em projetos futuros de captação de recursos, como alguns citados pela CBRN, que apontou que SAFs são entendidos como uma inovação que precisa ser estimulada:

Se entendeu que o SAF é uma atividade sustentável, que pode ser utilizada até para regularização ambiental da propriedade, então, deve ser estimulado. (ENTREVISTA 3, TÉCNICO CBRN).

O estímulo aos SAFs é especialmente desejável em relação ao Assentamento Ipanema, pois este está na Zona de Amortecimento da FLONA Ipanema, uma UC com um fragmento de Mata Atlântica preservado, que está seriamente ameaçado (CAMPOS, 2017). Este assentamento pode ser um exemplo de planejamento territorial com uso de SAFs e transição agroecológica, com resultados positivos para a conservação ambiental, mesmo com o pouco tempo de implantação. Campos (2017) realizou um estudo de monitoramento, e demonstrou que as áreas com transição agroecológica, algumas delas com SAFs desses projetos, aumentam a biodiversidade de pássaros, servindo como ninhos, abrigo, alimentos.

Os projetos apresentaram contribuições para a construção do conhecimento, principalmente o PA, que disponibilizou materiais audiovisuais e cartilhas a disposição em seu site, tendo também desenvolvido uma metodologia para implantação do SAF (INICIATIVA VERDE, 2015; GONÇALVES; RUAS e BENEDETTI, 2017), que podem ser utilizadas em outras experiências.

Como uma forma de olhar para os desafios, pode-se pensar nos aprendizados resultantes do processo de implantação. Um desses refere-se à importância ao estímulo dos agricultores ao plantio nas entrelinhas, assim

como maior aporte de matéria orgânica para manter o equilíbrio do sistema, tendo um olhar para o econômico (MAY e TROVATTO, 2008)

Então o aprendizado foi que deve ser estabelecido um objetivo muito claro de cultivo nessas áreas e preferencialmente já vinculado a um projeto econômico do cara, pra feira, pros programas de venda, pra um mercado pra que ele faça e não deixar essa coisa muito solta. Ser uma contrapartida obrigatória o agricultor estabelecer os cultivos de entrelinha, que a gente chamava de cultivo de entrelinha, o que na verdade era essa sucessão inicial. (ENTREVISTA 2, TÉCNICO INSTITUTO DE AGROECOLOGIA TERRA VIVA).

Essa seria uma forma de manter a produção dentro do SAF, pois muitos agricultores precisam cultivar todo o lote, e caso a produção nos SAFs não seja garantia de venda, não priorizaram o cultivo nas entrelinhas, até porque possuem pouco maquinário para isso:

[...] outra coisa que o equipamento disponível não é legal. Se você ficar entrando com o gradão para preparar as entrelinhas, isso não vai dar certo, vai cortar a raiz, vai mecher. [...] O espaço que tem é para ser mecanizado, se ele não pode ser mecanizado, o cara vai trabalhar em outro lugar. (ENTREVISTA 4, TÉCNICO E ASSENTADO).

Como aprendizado, pode-se também destacar a importância da inclusão dos jovens no projeto, pois a presença dos jovens em diversos momentos foi crucial para preencher lacunas deixadas pelo serviço de ATER. Isso ficou explicitado no caso da superação da burocracia, que se deu pelo trabalho de jovens que aprenderam rapidamente a superá-la.

Apesar da crítica da continuidade dos projetos, existem perspectivas futuras de trabalhos no assentamento e região com SAFs. São esperados desenvolvimento das atividades do PA II, uma possível continuidade do Microbacias, além de trabalho de monitoramento dos impactos da implantação dos SAFs:

E agora o banco já avaliou o II, estamos no último ano do II, avaliou muito positivamente e já aprovou o Microbacias III que tá com nome provisório de Agropróclima, vai ser uma proposta de manter a questão ambiental, manter a questão econômica, mas dar ênfase na questão da agricultura de baixo carbono. (ENTREVISTA 1, TÉCNICO).

O projeto é do FEHIDO Fundo Estadual de Recursos Hídricos, é o objetivo dele é o monitoramento de impactos aos recursos hídricos e biodiversidade em decorrência da atividade dos SAFs, esse é o projeto. Tem atividades de serviço de monitoramento, tem intercâmbio entre agricultores, trocas de experiências e capacitações. (ENTREVISTA 3, TÉCNICA).

O interesse dos agricultores na continuidade também está presente:

(Houve vantagem?) Sim, a gente esta na expectativa do III. Eles tão meio que querendo né, deixaram uma deixa de que é possível ter o III. A gente esta na expectativa, quem sabe? (ENTREVISTA 12, AGRICULTOR).

Enfrentamos uma crise ambiental mundial, na qual as práticas de agricultura estão sendo discutidas, quanto a sua contribuição para a destruição do meio ambiente. A agricultura convencional continua a receber incentivos econômicos que a sustentam, enquanto que a agricultura mais sustentável permanece negligenciada nesse sentido (CAPORAL, 2009; BRASIL-FAO, 2014). Assim, fomentos para projetos de SAF é uma conquista, principalmente considerando que são projetos expressivos em tamanho e volume de recursos, oferecendo uma gama de benefícios para os participantes.

A implantação de SAFs é uma porta de entrada para novas oportunidades de conhecimento e experiências (NUNES e SILVA, 2016), sendo que a maior parte dos agricultores do assentamento Ipanema que participaram desses projetos diz estar satisfeita e com intenção de expandir investimentos nessas áreas, como será exposto no item 5. 2. As experiências de outros projetos (GONÇALVES, 2012) foram importantes, pois geraram sensibilização para o tema, permitindo que as famílias buscassem de forma autônoma esses incentivos, como foi o caso do PDRS. O meio horizontal pelo qual os processos aconteceram, geraram empoderamento dos agricultores e suas organizações.

5. 1. 4 O que é preciso para que SAFs se tornem estratégias produtivas centrais no Assentamento Ipanema?

O modo de produção das famílias no Assentamento Ipanema está intrinsecamente ligado ao seu projeto de vida, pois a lógica de reprodução das famílias tem raiz camponesa (CASTRO, 2007), segundo a qual é difícil separar o trabalho da vida cotidiana, pois são os membros familiares que o realizam (WANDERLEY, 1998).

Diante da importância da agricultura familiar para a soberania e segurança alimentar, existe um debate sobre o futuro da sucessão familiar nos estabelecimentos agropecuários. Há décadas percebe-se uma evasão de

peças do meio rural (STÉDILE, 2011), no qual os jovens se destacam, não sendo diferente no Assentamento Ipanema. Da mesma forma, é assinalado que existe um potencial dos SAFs de fixar as famílias, e seus jovens, no campo (MAY e TROVATTO, 2008). Quando questionados sobre a participação dos jovens nos projetos e se os SAFs vão poder auxiliar na permanência dos jovens no assentamento, discursos diferentes foram apresentados:

Indiretamente podemos dizer que o Microbracias II também está favorecendo o jovem, uma das causas do êxodo do jovem é a perspectiva da falta de trabalho no meio rural, ou trabalho mal remunerado, subempregos, então o Microbracias II ao fortalecer a agricultura familiar (...) cria um ambiente melhor para atrair o jovem para permanecer na propriedade (...). (ENTREVISTA 1, TÉCNICO).

Então, especificamente com os jovens não teve nada, a gente valorizava quando tinha o envolvimento do jovem ali com a família, isso a gente valorizava. (ENTREVISTA 2, TÉCNICO).

O jovem não tem interesse. Não é só pelo SAF, é pela agricultura em si. Isso já faz décadas que a gente vem tentando trazer o jovem para o campo, mas a gente não estabelece uma política que conjuntamente desperte aquela vontade de ficar no campo, não tem. Não é só a questão do SAF. Tanto faz se é a agricultura convencional, como a orgânica. É algum jovem que já nasceu, se criou ali, e ficou. Mas a maioria não tem esse interesse. (ENTREVISTA 8, MEMBRO COOPERATIVA E ASSENTADO).

Alguns dos informantes-chave acreditam que os projetos incentivaram indiretamente os jovens, enquanto que outros acreditam que os jovens não foram incentivados. A evasão do jovem do campo e sua não participação na agricultura aparece nos discursos como falta de interesse, principalmente dos informantes que são assentados. Apesar dessa descrença, o campo é considerado um local melhor do que a cidade, e que os jovens têm mais potencial na implantação dos SAFs por ser uma inovação:

A receptividade era boa quando tinha jovem por que era um projeto novo, inovador, essa coisa da agroecologia, se é um jovem que tá desanimado com o projeto do pai, acabam falando um pouco diferente né, tem outras coisas, então eles abraçam melhor essas ideias de inovação. (ENTREVISTA 2, TÉCNICO).

Já não basta a carga que esses jovens de periferia eles sofrem, violência, desemprego, mora em situação precária. Nós moramos em situação precária, mas em relação a esses pessoal de periferia, meu deus do céu. (ENTREVISTA 8, MEMBRO COOPERATIVA E ASSENTADO).

Os discursos que surgem sobre os jovens são diversos, que diferem em grande parte do que os próprios jovens enxergam de si mesmos. Para que os

SAFs continuem ao longo do tempo, são necessários recursos econômicos, pois precisam de investimentos após a implantação e demoram mais tempo para terem retorno financeiro significativo (MAY e TROVATTO, 2008). Esses recursos podem vir da continuidade dos projetos, de disponibilidade de crédito voltado para este tipo de sistema e de Pagamento por Serviços Ambientais, sendo necessário políticas públicas para tal (PORRO e MICCOLIS, 2011; MORAES; AMÂNCIO e RESENDE, 2011; SCHEMBERGUE et al, 2017). Além disso, o fortalecimento de canais de comercialização locais vantajosos é necessário (SCHEMBERGUE et al, 2017).

Os SAFs podem melhorar a qualidade de vida das famílias e auxiliar a fixação dos jovens no campo, mas precisam ir além do enfoque ambiental (muito influenciado pela presença da FLONA) equilibrando com o enfoque produtivo, como explicitado na fala:

(...) em todos os projetos aqui, ao longo dos 26 anos do Ipanema se fala em agroflorestal. (...) Só que a agroflorestal foi um recorte diferente, mais ambiental do que produtivo, e com isso era difícil de tornar ela uma prioridade. (...) Só a partir de 2014 que o recorte foi produtivo, por isso que elas deram tão certo (...) do ponto de vista econômico já era interessante para o produtor ir lá e fazer a capina, cuidar, fazer o manejo da área. (ENTREVISTA 4, TÉCNICO E ASSENTADO).

Em relação aos projetos, o objetivo de que os SAFs sejam mantidos ao longo do tempo, pelas famílias e pelos seus sucessores torna necessária a inclusão destes para além da unidade familiar. A maior parte dos informantes-chave acredita que os jovens foram beneficiados indiretamente através dos benefícios para as famílias. Por mais que isso seja verdadeiro, incentivos diretos são importantes, como foi o caso da contratação dos jovens para a administração dos projetos do PDRS.

A viabilização dos SAFs economicamente é uma perspectiva para geração melhor qualidade de vida, o que poderá fixar os jovens do Assentamento Ipanema ou ao menos parte deles. Porém, melhorar a vida das famílias não garante por si só que os jovens permaneçam no assentamento, dando continuidade ao trabalho na agricultura. Isso porque os jovens procuram seus próprios projetos de vida, e nem sempre encontram autonomia para realizar dentro do lote (CASTRO, 2009). Além disso, a educação é no geral

descontextualizada nos assentamentos paulistas, dificultando a criação de uma identidade rural (OLIVEIRA et al, 2006).

5. 2 Desenvolvimento dos SAFs nas famílias

Os SAFs foram organizados segundo os níveis de desenvolvimento (critérios na Tabela 1). Para ilustração sobre o desenvolvimento dos SAFs foram utilizadas as entrevistas das famílias e anotações do caderno de campo, assim como registros fotográficos. Foram analisados 5 SAFs implantados pelo PA e 13 SAFs implantados pelo PDRS, os quais apresentaram diferentes níveis de desenvolvimento, sendo a quantidade em cada nível apresentado na Tabela 5 abaixo.

Tabela 5. Nível do desenvolvimento dos SAFs.

	PA	PDRS
Baixo	3	4
Médio	1	8
Alto	1	1

Os níveis de desenvolvimento apresentados na Tabela 5 não pretendem ser quantitativos, mas mostrar como estão os SAFs do Assentamento Ipanema após a implantação, sempre considerando que estes ainda têm pouco tempo, de dois a quatro anos. As condições de mão de obra, práticas agroecológicas e agroflorestais fora do SAF, dentre outros aspectos do lote foram considerados na caracterização dos níveis de desenvolvimento dos SAFs. Os SAFs considerados de nível mais alto são aqueles em que os agricultores estão mais autônomos e independentes no manejo, expandindo-os para o lote e realizando a organização da produção entorno do SAF e da agroecologia. Além do quesito autonomia, também foi considerado um estágio avançado de envolvimento dos jovens no SAF e na produção do lote, de uma forma geral.

A Família 10 não possui registros fotográficos, apenas a entrevista, pois o agricultor não quis que tirassem fotos, justificando que não gostava quando “iam lá só para tirar fotos”.

5. 2. 1. SAFs com nível baixo de desenvolvimento

Os SAFs pertencentes a esse nível foram a Família 1 (Figura 4), Família 5 (Figura 6), Família 9 (Figura 7), Família 11 (Figura 8) e Família 14 (Figura 9), sendo quatro localizadas na área II e uma na área I. Dessas famílias, quatro tiveram SAFs dos dois projetos implantados no lote, e algumas passaram por iniciativas de projetos anteriores, como o “Projeto Extensão Inovadora em Modelos Sustentáveis de Produção: Sistemas Agroflorestais e Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros” (Figura 5) que ocorreu entre 2008 e 2010, e o projeto de restauração de APPs com SAFs (GONÇALVES, 2012), alguns ainda existindo como um sistema com produção, e outros apenas restaram vestígios.

Figura 4. Registro do interior de cada um dos SAFs no lote da Família 1. PDRS (2) e PA (1). Janeiro de 2018.



Figura 5. SAF implantado por projeto anterior da UFSCar Sorocaba, no lote da Família 1.
Janeiro de 2018.



Figura 6. SAF PDRS no lote da Família 5. Janeiro de 2018.



Figura 7. SAF do PDRS no lote da Família 9. Fevereiro de 2018.



Figura 8. SAF do PDRS no lote da Família 11. Fevereiro de 2018.



Figura 9. SAF do PDRS no lote da Família 14. Novembro de 2018.



Esses SAFs passaram por intempéries de diversos tipos, como geadas, vendavais, seca e fogo criminoso. Ao menos uma dessas situações ocorreu em cada um dos SAFs deste nível, afetando parte ou toda a área implantada. O fogo criminoso representou uma das intempéries mais prejudiciais e recorrentes, e todos os SAFs em que aconteceu, estavam localizados na margem do lote. O único SAF deste nível que não passou por esse tipo de intempérie foi o da Família 14, que estava no interior do lote, longe da estrada, mas que foi afetado por outras dificuldades. SAFs podem ser afetados durante o processo de implantação por intempéries, devendo-se pensar em formas de minimizar esses impactos através de tecnologias e novos investimentos (NUNES e SILVA, 2016), como foi o caso de reposição de mudas previsto no projeto. Porém, já não havia serviço de ATER e mutirões para auxiliar as famílias.

A mão de obra foi citada por todas as famílias como uma dificuldade, especialmente em função da saída dos filhos da propriedade, pessoas mais velhas e com problemas de saúde e famílias pequenas. Especificamente quanto aos SAFs do PDRS, foi observado que alguns agricultores possuíam cargos na cooperativa durante o projeto, exigindo uma carga de trabalho alta, fazendo com que não houvesse tempo suficiente para trabalhar nos SAFs (Família 5 e

11). A renda insuficiente obtida da agricultura faz com que membros da família tenham que trabalhar fora do lote, o que também diminui a mão de obra:

(...) todas as famílias ficam na expectativa de viver das suas terras, não trabalhar fora, ser um homem do campo de verdade. Como no caso o meu esposo. Desde que ele tá aqui, ele tá com a esperança de um dia viver das terras, ele sempre fala pra mim, um dia eu vou viver das terras, eu vou parar de trabalhar fora. Muitas das vezes vai porque a gente não tem muita condição, de pagar trator e ir plantando, a parte financeira não tem como. (FAMÍLIA 9, MÃE/ESPOSA).

A agricultora, mãe e titular, na Família 11 trabalha sozinha no SAF, e diz que não consegue dar conta da braquiária, que tem medo de entrar na área do SAF, por causa de cobras, dentre outros animais pois “não pode passar veneno ali, vai fazer como? Aqui a gente trabalha como pode...” (anotação no caderno de campo). O controle da braquiária está entre as dificuldades dessas famílias, assim como pragas e doenças:

Uma dificuldade grande que a gente teve é lebre. Elas roem pra que o dente não cresça muito. A seca, animais dos vizinhos que entram. Um apiário que tem bem do ladinho ali e ele acha que pode ficar ali. A saúde do meu esposo que interferiu bastante. (FAMÍLIA 14, MÃE/ESPOSA).

A falta de ATER durante a implantação do SAF e após, não tem permitido que as famílias consigam lidar com as dificuldades de manejo. O SAF foi implantado pela família 14 sem mutirão e sem assistência técnica, o que gerou questões como a relatada na fala:

Na verdade era pra plantar uma muda de crescimento rápido e outra de crescimento lento, só que quando chegou aqui a gente não sabia quem que era quem né (risos) ai a gente falou “ah, essa vai bem aqui” e fomos plantando. (FAMÍLIA 14, MÃE/ESPOSA).

No Assentamento Ipanema, a falta de água é um dos maiores problemas, nem sempre existindo água suficiente para autoconsumo da família e para a produção, dificuldade encontrada principalmente na Família 5 e 14. Em Novembro, quando do trabalho de campo, foi observada a situação, pois fiquei hospedada na casa da Família 5. Foi necessária a compra de água para beber e, para uso de banho e outras atividades, pois contavam apenas com uma reserva de caixa d'água (caminhão pipa) e, principalmente, a cisterna recebida por meio do PA (também relatado na Família 14), que por alguns

meses é a única fonte de água para produção e até mesmo na casa, utilizando um regador para molhar as mudas do SAF.

O desenvolvimento do SAF está atrelado a essa e outras condições internas da família. Um membro da Família 14 passou por um problema sério de saúde, o que diminuiu a dedicação ao SAF do PDRS logo após a implantação. As mulheres dessa família, quando questionadas sobre o que precisavam para facilitar o trabalho no lote, afirmaram que precisavam de uma máquina de lavar roupas. Essa foi uma necessidade apresentada por outras mulheres, na Família 1 e 5, o que novamente evidencia as dificuldades estruturais e financeiras de algumas das famílias, que não afetam apenas o trabalho mas toda a qualidade de vida:

A gente precisava de uma carro melhor né? Terminar a casa. As vezes o pessoal fala assim, qual é seu grande sonho? Eu falo que é ganhar dinheiro, porque com dinheiro eu posso realizar todos os meus sonhos (risos). Porque o que a gente tem sonhos, mas sem dinheiro não realiza. Sonhos, mas agora, qualidade de vida eu acho que já é diferente, a gente já tem alguns objetivos alcançados. (FAMÍLIA 14, MÃE/ESPOSA).

Os SAFs com baixo desenvolvimento tinham pouco manejo em suas áreas, não tendo sido observado o uso de caldas e adubos. As bananeiras em alguns SAFs precisavam ser desbastadas, havia muitos espaços vazios sem cultivos (facilitando a disseminação da braquiária), as condições das mudas nem sempre eram boas (queimadas, quebradas, pequenas) e houve alta mortalidade dessas. Além disso, a produção agrícola estava baixa e mal organizada.

Um problema drástico de manejo do solo foi encontrado na Família 14, com pouca presença de árvores, estando com a terra seca, dura, com erosão e praticamente sem cobertura viva ou morta, não apenas no SAF mas em todo o lote. Isso acontece em parte pela resistência do pai/esposo que acredita que o jeito correto de manejar o solo é limpando tudo e usando agrotóxico. As áreas escolhidas para os SAFs foram longe da casa, locais onde tinham menos importância para as lavouras principais:

E aqui tem o caso que meu marido é apaixonado pelo Roundup, tudo pra ele acaba em Roundup, então pelo menos lá é uma área que ele não vai passar. Então acho que a gente já teve um ganho nisso. E também tem uns pedacinhos aqui

que é nosso, que não usa veneno e nem nada. A gente ganhou esse pedacinho aqui e lá embaixo, então acho que já foi um ganho. (FAMÍLIA 14, MÃE/ESPOSA).

Os “pedacinhos” mencionados na fala são a área do SAF e também uma parte ao lado da casa, onde as duas fazem uma horta biodiversa. Das plantações vistas no lote, esta foi a que estava em melhores condições, com alguns consórcios e também mudas de árvores, sendo um pequeno SAF começando a ser feito pela mãe e filha (Figura 10).

Figura 10. Situações encontradas no lote da Família 14. Horta ao lado da casa, feita pelas mulheres (1); Terra exposta (2). Fevereiro de 2018.



Assim como na horta realizada pelas mulheres, os projetos de implantação de SAF, mesmo pouco desenvolvidos, têm contribuído para melhoria de práticas agroecológicas e agroflorestais na propriedade. As melhorias observadas a partir dos projetos foram maior preocupação com a cobertura do solo (roçar e depositar a matéria orgânica sobre o solo), a realização de consórcios de plantas nas culturas do lote, a diminuição do uso de agrotóxicos e o aumento de árvores na propriedade. O pai/esposo da Família 1 afirmou que “já fazia SAF e não sabia”, referindo-se ao plantio de árvores que faz ao redor da casa para quebra vento e pomar. As práticas

agroflorestais e agroecológicas também foram observadas com o cultivo de hortas medicinais, cultivo orgânico, que sempre foi realizado por algumas delas.

A decisão pela adoção de SAFs é motivada pela saúde e benefícios ambientais, tendo sido citado os primórdios do assentamento e o incentivo do MST nessa escolha. O pai/esposo da Família 1 afirma que o SAF “Não teve lucro, mas tem vantagem”, pois “ está contribuindo para a natureza, saúde, comer coisas sem agrotóxico. Às vezes não vende, mas come”. Além dos benefícios para a saúde meio ambiente, a motivação para adoção dos SAFs esteve relacionada aos recursos vindos pelos projetos, principalmente o PDRS:

Primeiro porque o SAF pra o agricultor é importante, pra fazer o manejo da terra, até porque usar o veneno pra gente já está descartado. Então por isso que pra gente é importante fazer o SAF, trabalhar com a agroecologia, com os produtos orgânicos. E também com a conscientização, sabendo que não é tão fácil, mas é o melhor pra saúde. (FAMÍLIA 5, MÃE).

O objetivo era a estrutura. Porque a gente (cooperativa) começou pequenininho, a gente não tinha muita estrutura, por exemplo, se tinha que fazer uma documentação, precisava ir longe na Lan House, procurar ajuda por fora, se ia fazer uma documentação não tinha uma assistência técnica, nada. Então a gente tinha um celular e vontade de trabalhar, era isso. Então nos reuníamos e fazia o que podia.(...) Vieram os recursos que era, por exemplo, o caminhão, (...) o carro pra poder fazer correria. Por que quem tinha carro emprestava, voluntariamente, pra ajudar o outro. (FAMÍLIA 11, MÃE).

Os SAFs dessas famílias, têm pouca produção, porém já impactou a renda monetária (comercialização) e a não monetária (autoconsumo), principalmente a última:

Tive renda do que eu plantei lá, a abóbora... mas as frutinhas mesmo, foi só pra gente comer, já deu umas manguinhas, uns pessegos. E então as outras frutinhas não tem ainda, não deu ainda. (FAMÍLIA 11, MÃE).

As cinco famílias que os SAFs apresentaram baixo nível de desenvolvimento, enfrentam dificuldades diversas como falta de equipamentos e insumos necessários para a produção, pouca mão de obra, deficiência de infraestrutura básica (água, por exemplo), problemas de saúde.

O tempo de projeto foi insuficiente para acompanhar o desenvolvimento do SAF, pois os agricultores enfrentaram intempéries posteriores que danificaram os SAFs significativamente, que sem recursos e assistência

técnica, não conseguiram se recompor. Apesar disso, algumas práticas agroflorestais e agroecológicas estão presentes nas famílias a partir dos projetos, e infraestruturas básicas (cisternas, fossas) e aumento da produção tem gerado benefícios para essas famílias.

5. 2. 2 SAFs com nível médio de desenvolvimento

Foram encontrados oito SAFs com nível médio de desenvolvimento: Família 2 (Figura 11), Família 3 (Figura 12), Família 4 (Figura 13 e Figura 14), Família 6 (Figura 15 e Figura 16), Família 8 (Figura 17), Família 10 (sem imagens), Família 12 (Figura 18) e Família 15 (Figura 19), todas da área II do assentamento.

O SAF da família 10, do qual não foram retirados registros fotográficos, estava com matéria orgânica no solo e roçado (sem braquiária), pouca mortalidade de mudas, cultivos nas entrelinhas (abacaxi e mandioca), mudas florestais com produção.

Algumas famílias citaram projetos anteriores, mas não souberam especificar quais foram, restando apenas árvores esparsas destes.

Figura 11. SAF do PDRS no lote da Família 2, com detalhe para árvores produtivas já no segundo ano de implantação. Janeiro de 2018.



Figura 12. SAF do PDRS no lote da Família 3. Janeiro de 2018.



Figura 13. SAF PDRS no lote da Família 4, a seta indica detalhe de produção de mamão. Janeiro de 2018.



Figura 14. SAF PDRS no lote da Família 4. Novembro de 2018.



Figura 15. SAF PDRS no lote da Família 6. Janeiro de 2018.



Figura 16. SAF do PA (Sistema Agroflorestal de Produção Agropecuária) no lote da Família 6. Janeiro de 2018.



Figura 17. SAF do PDRS no lote da Família 8. Fevereiro de 2018.



Figura 18. SAF do PDRS no lote da Família 12. Fevereiro de 2018.



Figura 19. SAFS no lote da Família 15. SAF do PDRS (1); SAF do PA (2).



Algumas dessas famílias estão utilizando o SAF como principal estratégia de produção no lote (Famílias 3, 4 e 15) enquanto que outras, o mantêm como experimental e como atividade à margem de outras produções principais (Famílias 2, 6, 8, 10 e 12). Esse resultado é amparado pelo estudo de Oliveira (2016), o qual relatou que no Assentamento Ipanema os SAFs ainda não faziam parte da estratégia central de produção da maior parte dos lotes. Ainda assim, todos esses SAFs estavam produtivos em relação ao nível anterior, tendo apresentado maior volume de vendas e também de autoconsumo:

Eu achei melhor que pelo menos tendo o SAF, tendo fruta, aí a gente vai poder ter uma renda melhor. (FAMÍLIA 4, MÃE/ESPOSA).

Essa produção inicial poderia ser melhor aproveitada caso as famílias tivessem um canal de comercialização garantido, pois, quando os SAFs começaram a produzir, cortes no PAA desestruturaram a produção no assentamento como um todo:

Nesses últimos dois anos que a gente tá com o SAF, coincidiu também de a gente tá nessa crise geral, dos programas, então não

tem mesmo como a gente ter melhorado, (...) é uma crise que aconteceu e prejudicou todo mundo. (FAMÍLIA 2, PAI/ESPOSO).

O corte do PAA afetou diretamente a organização da produção, pois os lotes tinham diversas hortas para atender esse programa, as quais hoje quase não existem mais. As entrelinhas do SAF que estavam intensamente cultivadas logo após a implantação, também tiveram uma queda, pois as famílias possuem poucos canais de comercialização garantido.

Durante o campo observamos que a Família 8, que tem um bananal e por falta de escoamento desta produção, as bananas têm sido usadas para alimentação animal da Família 7 (sem que esse fosse o objetivo da produção).

As famílias ainda possuem outras formas de comercialização, principalmente a venda para atravessadores, para cooperativa, feiras e na rua em bairros de Sorocaba. A feira é um meio de comercialização utilizado apenas pela Família 2, apesar de outros já terem participado mas optaram por parar devido a dificuldades como as relatadas na fala:

Eu fazia tempos atrás, mas eu desisti porque a feira, a primeira coisa: o preço é disputado cara a cara, e é muito baixo. E os dias mais importantes da feira é de final de semana. Eu trabalhei mais de dez anos, e você vira praticamente um escravo. Eu estou com 60 anos, estou cansado. Levantar de madrugada...e depois você precisa produzir pra você vender. Então, é muito cansativo, eu não conseguia produzir direito, eu abandonei a feira e eu trabalho na rua hoje. (FAMÍLIA 8, PAI).

A mão de obra novamente apareceu como uma das barreiras principais para o desenvolvimento dos SAFs, assim como as intempéries climáticas (geada e vendavais), não sendo registrado fogo criminoso nesses SAFs, mesmo naqueles próximos a margem do lote.

Pelo amor de Deus. Mão de obra não tem né. No meu caso, aqui é baixada e a geada pegou, eu perdi muitas mudas, os abacates, coco, eu ia ser um grande produtor de coco anão no SAF, mas não salvou um, a geada pegou e matou todos. E uma geada como essa, só tinha dado quando a gente chegou aqui em 93, demorou 24 anos pra dar outa! E na hora que nós começamos com esse SAF...Tomara que demore de novo né. Foi uma fatalidade. (FAMÍLIA 2, PAI/ESPOSO).

Apesar das intempéries relatadas, dentre os SAFs de nível médio de desenvolvimento, não houve danos tão significativas quanto os observados nos SAFs de nível baixo. A braquiária foi um problema generalizado e relacionado à falta de mão de obra disponível para fazer capinas, mas nesses SAFs, as

mudas estavam, no geral, coroadas. A Família 4 também relatou aumento na carga de trabalho devido ao SAF, porém, essa questão foi apontada como positiva pela família, como uma forma de trazer mais trabalho e dinamismo para a produção no lote:

Porque, quando não tinha o SAF, era muito parado né? Porque mesmo você plantando, carpindo...depois que chegou o SAF teve mais trabalho, mais cuidado. (FAMÍLIA 4, MÃE/ESPOSA).

Os projetos do PA e PDRS fomentaram a participação ativa dos agricultores e suas organizações, através de reuniões, mutirões e outras ações. Após o fim do projeto, esse processo resultou em mudanças na autoestima, autonomia e aprendizados dos agricultores. Porém, não resultou em maior organização em torno da cooperativa ou dos SAFs, tendo as famílias retornado aos trabalhos apenas em seus lotes, não tendo mais mutirões, trocas de experiências ou um grupo específico de discussões em torno do SAF. Outros aspectos de falta de infraestrutura também permanecem, como a já citada falta de água:

De maneira geral no assentamento a situação é a mesma, temos alguns poços artesianos, ou poços inacabados que foram feitos pelo INCRA que deram problema. O caso nosso falta a instalação da rede, o poço é bom, mas não foi feita a instalação da rede, a água é boa mas tá lá dentro do poço, não sai de lá. Tudo isso não foi feito. Tem projeto pra fazer a canalização da água, pra a água sair de dentro desses poços. O meu mesmo, pra você ter uma ideia, eu cheguei a cavar um poço a anos, que foi feito na época do acampamento, esse poço é muito bom e a gente usa ele, colocou uma bombinha lá e ela vem. (FAMÍLIA 2, PAI/ESPOSO).

As dificuldades de manejo, para além da braquiária, estão relacionadas com o controle de pragas, doenças, dúvidas em relação à adubação, pois não possuem serviço de ATER. Os SAFs estão melhor desenvolvidos comparados aos de nível baixo, mas ainda há pouca cobertura viva e morta do solo, há perda de mudas, espaços vazios e sem cultivos, o que favorece a proliferação de braquiária. Como observado e anotado em caderno de campo, o cedro foi plantado como estoque futuro para madeira, porém muitos se encontravam tortos, o que poderia ser remediado por um manejo adequado e, da mesma forma, as bananeiras em alguns SAFs precisavam de desbastes (Figura 6):

Dificuldade tem né? Igual, os mamões mesmo. Estava a coisa mais linda, nós colhemos mamão grande, bem lindo mesmo. Agora de uns

tempos pra cá começou de adoecer o mamão e a gente não sabe por que. (FAMÍLIA 4, MÃE/ESPOSA).

A dificuldade maior dentro do SAF é o combate a formiga (...) Hoje está faltando (assistência técnica) por que o pais está passando por um crise, então eles meio que tiraram tudo então...assistência técnica mesmo no sitio, agora não tem. (FAMÍLIA 3, MÃE/ESPOSA).

A Família 10 apresentou insatisfação com o SAF e com a assistência técnica, afirmando que técnicos “só iam lá para tirar foto”, devido a isso, foram feitas apenas observações no caderno de campo, pois o pai dessa família pediu que não fossem retiradas fotografias. Além disso, também existe uma insatisfação com a composição do SAF, pois vieram poucas mudas que foram solicitadas, de valor comercial e/ou de interesse da família. O pai, principal responsável pelo SAF, não compreende a função das espécies nativas em meio ao SAF, e essas apenas não foram retiradas porque “tinham anotado no papel”, referindo-se aos técnicos do projeto:

Eu não conto com muita vantagem com isso ai não, porque o pessoal sacaneou. (...) você quer fazer uma casa, tem na sua mente a casa como ela tem que ser. Daí vem outro e faz a sua casa totalmente diferente. Foi o que fizeram comigo, eu pedi umas mudas de algumas coisas e mandaram outras que não tinham nada a ver. Eu não pedi muda de goiaba branca, mandaram uns 30 pé e goiaba branca não tem comércio. Eu pedi limão taiti e mandaram limão galego, que não tem comércio. (...) Eu fiquei chateado com isso (...) Uma parte é essa aí. Outra é que no começo falaram que iam dar assistência, mas agora assistência não tem. Porque a pessoa vir aqui e pegar uma máquina e tirar foto, isso aí não tá dando assistência nenhuma. Agora, fazer o seguinte, agora vamos pôr tal coisa nessa planta que ela tá precisando. (FAMÍLIA 10, PAI/ESPOSO).

A fala acima reflete a dificuldade dos agricultores darem continuidade aos SAFs sem ATER, pois durante o processo surgem dúvidas e questões. Ademais, quando pensamos em SAFs, estes estão diretamente relacionados com agroecologia, desta forma não se pode pensar num serviço de ATER sem a real participação dos agricultores, com as suas opiniões e desejos ouvidos.

A Família 10, não possui certificação orgânica e dizem não ter interesse. Mesmo com a insatisfação, tem expectativas futuras com a produção para geração de renda, sendo o principal motivo para adoção do SAF à geração de renda. Quanto a planos futuros, o turismo se apresenta como uma possibilidade que a família quer explorar, mas ainda não está associada ao SAF, sendo secundária sua existência para esse fim. Apesar do grau de insatisfação, principalmente por parte do pai, o SAF da Família 10 foi

enquadrado como de médio desenvolvimento, pois está bem manejado, com poucas perdas de mudas e com produção, que inclusive tem sido vendida. Além disso, esta família se propôs a adotar o SAF, e tem dado continuidade a sua manutenção. Resultados significativos de produção nos próximos anos podem fazer com que o SAF faça parte da estratégia de geração de renda da família.

Os agricultores demonstraram expectativas de continuidade dos projetos, para que possam realizar investimentos, ter mais assistência técnica, reconstruir danos dos SAFs, o que vai ao encontro a uma demanda já apontada pelos informantes-chave, como demonstrado na fala a seguir:

Por ser um projeto, eu acho que teria que ter continuidade, não igual eles fizeram, trouxeram as mudas, deixaram aí, fizeram o mutirão, plantou e pronto. Eu acho que tinha que ter uma manutenção deles porque muitas vezes a gente não sabe, se uma planta pega uma doença a gente não sabe o que fazer, o que usar. Então faltou um pouco de orientação, que deixou a desejar. (FAMÍLIA 15, NORA).

A adoção do SAF é uma inovação nas propriedades, pois é uma forma diferente de produção, mas, para lidar com falta de recursos, as famílias desenvolvem inovações que vão além do SAF, por exemplo, na Família 6 um agricultor (pai) desenvolveu um climatizador, comprando um de uso doméstico em uma loja, e acoplado-o a um pequeno cômodo, no qual coloca um gás para amadurecer as frutas (Figura 20).

Figura 20. Climatizador caseiro para amadurecimento de frutas. Fevereiro de 2018.



As motivações das famílias para adoção dos SAFs foram diversas, estando mais relacionadas à renda do que os exemplos do tópico anterior. Os benefícios ambientais e de saúde aparecem na maior parte das famílias, mas também a renda e fortalecimento da cooperativa. As famílias possuem expectativas futuras em relação ao SAF, como novos mercados a partir da certificação orgânica e o turismo rural, podendo ser uma atração. As falas a seguir retratam algumas dessas motivações:

Na verdade a gente sempre gostou dessa parte de ecologia, nós nunca tivemos selo orgânico, mas nós sempre trabalhamos orgânico [...] Então a gente já tem essa mente aberta, pra agroecologia. Quando veio a gente nem pensou, já abraçou a causa de uma vez. [...] Só que a gente falava que não tinha agrotóxico, e as pessoas muitas vezes não acredita muito. Hoje que tem o SAF, as pessoas já acreditam quando fala que tudo que é plantado aqui dentro, não contém agrotóxico, e a gente já pode pegar um precinho melhor. (FAMÍLIA 3, MÃE/ESPOSA).

Eu achei melhor que pelo menos tendo o SAF, tendo fruta, ai a gente vai poder ter uma renda melhor. (FAMÍLIA 4, MÃE/ESPOSA).

Ah, eu espero que tenha um lucro, por que até agora só trabalho, só cuidado. (Tem expectativas para de produção lá?) Com certeza né, colher os frutos lá. (FAMÍLIA 6, MÃE/ESPOSA).

A gente se interessou porque gosta de trabalhar com árvore e essas coisas. [...] A gente pensou que a terra ia ficar muito adubada, enriquecida, você entra na terra ela fica macia, antes a terra era muito

dura. Até minhoca tem debaixo desses pé de árvore. (FAMÍLIA 15, PAI/ESPOSO).

Para as famílias 3 e 15, as motivações em prol da conservação dos recursos naturais está presente, sendo que mesmo antes desses projetos, práticas agroflorestais e agroecológicas estavam presentes. Algumas destas estão relacionadas com a diversidade de plantas, pomar agroflorestal (Figura 21), açude pequeno para produção de peixes, produção de animais para autoconsumo, consórcios nas lavouras, não uso de agrotóxico, beneficiamento caseiro de colorau (Família 4), árvores como cerca viva, quebra-vento e embelezamento da paisagem.

Algumas destas práticas, principalmente os consórcios nas lavouras (Figura 23), cobertura do solo com matéria orgânica e o plantio orgânico, foram aprendizados obtidos a partir dos projetos, que não eram realizados antes.

Se cortar uma árvore, já põe outra no lugar, se tiver que tirar uma coisa, já põe outra no lugar, não deixa né...eu faço assim, pode ver tá cheio de árvore por ai. Tem árvore frutífera, árvore que dá flor, árvore nativa. Eu acho que o mundo precisa disso né, quando vem esses ventão, elas fazem a barreira, não deixa cair a casa. (FAMÍLIA 6, MÃE/ESPOSA).

Figura 21. Pomar agroflorestal da Família 3 (seta). Janeiro de 2018.



Figura 22. Práticas agroflorestais existentes em outros locais do lote da Família 2. Produção de goiabas orgânicas (1); Consórcio agroflorestal de bananeira e palmeiras (2). Janeiro de 2018.



Figura 23. Práticas agroecológicas de consórcio na lavoura da Família 4: milho, maxixe, abóbora, mamona.



Os benefícios da implantação dos SAFs e dos projetos, no geral, foram muitos. Foi observada uma renovação de ânimo dos agricultores, pois os projetos trouxeram equipamentos e capacitações que melhoraram as condições de vida e trabalho. A roçadeira costal e o tratorito (Figura 24) são constantemente citados como vantagem, sendo que muitas das famílias nunca

tinham tido acesso a esse tipo de tecnologia. Assim como já citado no tópico 5.2.1, as cisternas implantadas no PA, têm sido fundamentais para melhorar o acesso à água (Figura 24). Além disso, o processo de troca de experiências entre os agricultores foi benéfico, no sentido de gerar motivação para o trabalho no SAF, como relatado pela agricultora:

Quando implantou o SAF a gente quis mostrar que ia dar certo e foi meio que uma competição entre os agricultores (...) no começo tava visitando constantemente, então cada lote que eles viam que tava bonito, elogiam você em reunião (...) a gente começou a tirar foto e mandava foto um pro outro, um pé que tava dando fruta. (FAMÍLIA 3, MÃE/ESPOSA).

Figura 24. Tratorito vindo do PDRS (1); Caixa d'água vindo do PA (2). Novembro de 2018.



A estruturação da cooperativa também é um benefício, pois elas tinham pouca estrutura, e agora tem sido capazes de apoiar a produção e auxiliar na comercialização, por meio de trator, caminhão e carro:

O que mudou foi a cooperativa, por que a nossa cooperativa é pobre, tudo que vai escoar dependia de caminhão de fora (...) Hoje em dia não, como tem o trator da cooperativa, então, se eu peço hoje, até a tarde eu já tenho o trator já esta preparando a minha terra, então isso acabou dando um incentivo muito grande pros cooperados. (FAMÍLIA 4, MÃE/ESPOSA).

As expectativas quanto as melhorias na produção, que foram motivadoras da adoção do SAF, estão sendo rapidamente alcançadas, não apenas a partir do aumento da produção, mas melhores condições dos produtos e do solo, isso com pouco tempo da implantação, pois os SAFs do PDRS têm no máximo dois anos:

Pra ver se melhora a renda, se consegue vender ou colher alguma coisa boa...por que pra banana lá eu achei bom, o feijão que ele plantou lá também foi bom, cebola lá da cada cebola assim (mostrando com a mão) Algumas coisas que foi feita ali depois que veio os produto, os negócio que eles colocaram na terra tudo, melhorou, eu achei muito bom. (FAMÍLIA 4, MÃE/ESPOSA).

Esses resultados percebidos na prática, aumentam as perspectivas futuras com produção orgânica e turismo rural, sendo o SAF a estratégia para alcançar esses objetivos:

Ah, eu vendi muita mandioca do meio do SAF. Eu planto muita mandioca no SAF, por que vou capinar e limpar, eu já encho a entrelinha de mandioca. (...) Ah sim disponibilidade de alimento, por que as pokan eu tinha bem pouco, a manga porque minha mulher tem diabetes e ela usa bastante, que é uma fruta que pode. Qualidade de vida com certeza, os maquinário que veio que ajuda nós na produção. O SAF é agora que tá saindo produção, futuramente vai melhorar ainda mais. (FAMÍLIA 8, PAI).

Apesar da maior parte das famílias terem dificuldade de investir nos SAFs para além do projeto, algumas já começam a conseguir realizar esse feito, como a Família 15, que comprou um trator especificamente para trabalhar no SAF. O investimento do trator para trabalhar no SAF demonstra que o sistema está colocado como uma das estratégias centrais da família:

Esse ano eu tirei banana, mandioca. A laranja tá começando, tá pouca. Banana nós vende, mandioca também, um pouco de milho mas esse ano não deu pra plantar. Veio um tratorzinho agora comprei esses dias só pra trabalhar nesse serviço. Comprei só pra trabalhar no SAF. (...) Mas o ano que vem eu vou plantar um pouco mais no SAF, esse ano não deu, mas com o maquinário maior a gente faz mais coisa. A hora do trator é 100 conto, se você coloca 5 horas é 500 conto. Mas se você tendo essas coisas, coloca 50 reais de óleo diesel e você tem o seu maquinário, você faz um monte de coisa, você tem mais chance. (FAMÍLIA 15, PAI/ESPOSO).

O manejo nos estágios iniciais após a implantação dos SAFs é essencial para que esses possam se estabelecer, com o plantio nas entrelinhas correspondendo a sucessão inicial no sistema, permitindo o bom desenvolvimento das árvores e a produção de alimentos.

Os SAFs de nível médio de desenvolvimento aqui apresentados, realizaram melhor o manejo inicial, porém é necessário garantir escoamento da produção, principalmente depois dos cortes de recursos do PAA. As barreiras encontradas nesses SAFs se assemelham aos do nível anterior, como a falta de mão de obra, falta de estrutura básica e ATER, que são condições

encontradas na agricultura familiar de um modo geral (SCHNEIDER e CASSOL, 2014).

Porém, esses SAFs apresentaram menores problemas com intempéries, mostrando que a continuidade do projeto poderia ter auxiliado na recuperação daqueles com baixo desenvolvimento, afetados por geada, fogo, falta de água etc. Além disso, as famílias aqui apresentadas têm o SAF como estratégia futura aliada a projetos, como o turismo rural e acesso a mercados de orgânicos, o que traz maior centralidade para o manejo dessas áreas. A continuidade de investimentos é necessária, existindo o interesse por parte dos agricultores, que têm adotado amplamente práticas agroecológicas e agroflorestais, que trazem benefícios e ânimo a eles. A retomada de processos comunitários pode ser uma maneira de potencializar o desenvolvimento dos SAFs, inserindo-os em redes de agroecologia.

5. 2. 3 SAFs com nível alto de desenvolvimento

A Família 7 está localizada na área II do assentamento, tendo um SAF implantado pelo PA em 2014, portanto com quatro anos (Figura 25):

Figura 25. SAF do PA no lote da Família 7. Fevereiro de 2018.



O SAF foi implantado aproveitando uma área já existente com árvores de limão taiti, o que adiantou o processo, pois as árvores já estavam adultas e produtivas. É uma família nuclear, com quatro pessoas, os pais e dois filhos, e toda a família trabalha no SAF. O SAF faz parte nessa família de uma estratégia maior, pois todo o lote está em processo de transição agroecológica, totalmente orgânico e certificados pelo IBD. Esta família tem APP totalmente restaurada (setas na Figura 25), a qual margeia uma represa próxima ao lote, resultado do projeto de restauração ciliar com recursos de compensação ambiental de uma empresa, realizando a restauração a partir de implantação de SAFs, que com o tempo deveriam se tornar matas ciliares (GONÇALVES, 2012).

A Família 14 está localizada na área I do assentamento, e o SAF tem cerca de dois anos, implantado pelo PDRS (Figura 26):

Figura 26. SAF do PDRS no lote da Família 13. Novembro de 2018.



É uma família não nuclear, com três casas dentro do lote, e os maiores responsáveis pelo SAF são o pai/esposo (titular) e um de seus netos. Essa família foi enquadrada como de nível alto, pois estão ampliando o SAF pelo lote e desenvolvendo estratégias sofisticadas para isso, tendo o SAF como o principal projeto futuro de produção. O pai/esposo foi citado durante diversas entrevistas como um exemplo, pois está determinado a transformar todo o lote em agrofloresta, o que pode estimular outros assentados.

O contexto para a implantação dos SAFs, dentre outras práticas agroecológicas, remonta para essas famílias o início do assentamento e influências do MST. A criação da FLONA Ipanema é citada como resposta à ocupação, e que para permanecer no local, os assentados desde o início se dedicaram a agricultura sustentável, como mostra o relato abaixo. O MST aparece bastante nas falas, como um incentivador dos SAFs e da agroecologia, aliado a uma reforma agrária com um projeto ambiental. Porém, nem sempre as questões da agricultura sustentável estiveram presentes no discurso e prática do movimento (BORSATTO e CARMO, 2013b):

Nós fizemos (a ocupação) no dia 16 de Maio e Collor de Melo baixou o decreto no dia 20 de Maio, 4 dias depois (sobre a criação da FLONA). A ideia deles com isso era tirar nós, mas acabamos ficando. Pra nós permanecer na terra, tinha um pessoal da ESALQ [...] Eles elaboraram um projeto agroflorestal, em 93 mais ou menos, isso no acampamento ainda. Era um assentamento de agrofloresta. E naquela época eu já comecei a ouvir a falar de orgânico, nunca tinha ouvido falar de orgânico, porque eu sempre trabalhei na roça e lá não tinha veneno, não tinha nada, então a gente nem sabia o mal que o veneno causa. (...) E depois o próprio movimento, o movimento sem terra antes não defendia tanto essa ideia, mas depois começou a defender. (FAMÍLIA 7, PAI/ESPOSO).

Esta fala remonta ao histórico do assentamento com SAFs, iniciativas que mesmo que não tenham se concretizado, auxiliaram a construção de uma consciência coletiva, abrindo portas neste território para os atuais projetos com SAFs e agroecologia.

A assistência técnica, colocada como uma barreira central pelas famílias dos SAFs analisados anteriormente, aqui parece ter sido parcialmente superada, pois as famílias estão desenvolvendo suas atividades de maneira autônoma:

A questão da assistência técnica, eu acho que ela é legal, importante, porque tem alguns serviços que quem tá na assistência técnica consegue fazer. Na questão de ajudar a produção, vai perdendo um pouco da dependência quando o cara desenvolve um trabalho de SAF, por que a própria natureza vai mostrando. Quanto mais você chega perto de entender o SAF, menos você precisa de assistência técnica. Essa coisa da proteção, eu aprendi aqui, vendo como é que funciona. Você tem que por uma proteção antes, pra depois a muda vir. Não precisou ninguém me falar, pelo contrário, eu mesmo me virei. (...) Por exemplo, eu estou fazendo o SAF agora com muito mais garantia e segurança do que quando nós fizemos com as mudas compradas. (FAMÍLIA 15, PAI/ESPOSO).

A autonomia citada foi observada na propriedade da Família 13 com a expansão do SAF pelo lote, feito a partir de aprendizados do projeto e também de observações pessoais, por exemplo, como no caso da necessidade de proteção das mudas. Isso mostra a importância de um processo que aumente a autoeficácia do agricultor, de maneira a diminuir sua dependência (MCGINTHY; SWICHER e ALAVAPATI, 2008). O espírito inovador e investigativo do agricultor (ABDO; VALERI e MARTINS, 2008) é importante na implantação do SAF, pois a partir da observação direta dos processos da natureza, a implantação do SAF se torna mais fácil de ser entendida e reproduzida.

A mão de obra permanece como uma barreira, e nas duas famílias a participação dos jovens é central para garantir o trabalho. O pai/esposo da Família 13 afirmou que o SAF “não dá trabalho”, mas conversando com sua esposa, ela relatou que o SAF precisa ser constantemente roçado e que gerava mais trabalho, de forma que foi observada uma contradição (anotações caderno de campo). Porém, a Família 7 relaciona o fato de ter que cultivar outras partes do lote como um problema, não apenas o SAF, pois a mão de obra escassa precisa ser administrada em todas atividades:

(...) Está faltando tempo pra gente ficar ali sempre né, ficar plantando coisa no meio, a gente vai plantar pra outros lados e deixa ali (...) é que nós temos 8 hectares de terra e nós temos um problema político por trás, porque o que comentam por ai, que o sem terra pegou terra pra deixar abandonada. E se eu ficar cuidando só de um pedacinho ali, tudo bem, esse pedacinho vai ficar bonitinho. Mas e o restante do lote? A gente acaba fazendo um investimento maior, mais amplo, pra pelo menos limpar o lote, porque não dá pra gente se dedicar muito diretamente ao SAF. (FAMÍLIA 7, PAI/ESPOSO).

A deficiência financeira foi o maior entrave relatado por essas famílias, pois possuem poucos recursos para investir em equipamentos, contratação de pessoas, entre outros e caso tivessem maior poder de investimento poderiam

contratar mão de obra e comprar máquinas e implementos. Na Família 7, após muito esforço, conseguiram comprar um trator, porém, este ainda não possui os implementos:

É que o trator se a gente tiver implemento a gente consegue fazer tudo com ele. (O que são implementos?) São as ferramentas completas do trator, só o trator ele é praticamente um veículo de quatro rodas que você anda. (Família 7, filho).

Além disso, a disponibilidade de um mercado que exigisse menos tempo de dedicação poderia auxiliar na preservação da mão de obra (MAY e TROVATTO, 2008). A estratégia de comercialização da Família 7 é de venda por feiras e cestas de produtos, o que exige dessa família deslocamento de mão de obra para limpar, organizar, deixar “com uma cara boa” para vender, carregar o transporte, sair do lote, o que já foi ainda mais difícil quando estes não tinham a Kombi e o carro, precisando carregar nas costas, de ônibus ou de transporte emprestado/alugado:

E tem outra coisa também, se a gente tivesse o dinheiro pra gente sobreviver, a gente não precisava sair todo dia pra ir vender as coisas pra investir aqui, e ficava mais aqui trabalhando. E não ia precisar ficar fazendo feira, porque feira acaba muito com a gente, tem que ficar um dia trabalhando e no outro dia para ir vender o dia todo. (FAMÍLIA 7, MÃE/ESPOSA).

Mesmo com as dificuldades em relação à mão de obra e falta de recursos financeiros para investir, os dois SAFs estavam bem manejados. O plantio nas entrelinhas, corresponde ao estágio inicial de sucessão dentro do sistema, além de gerar renda enquanto as árvores não estão produzindo (MAY e TROVATTO, 2008), o que tem ocorrido nas duas famílias, aliado na Família 7 a seus canais de comercialização (feiras e cestas) e na Família 15, utilizado principalmente para autoconsumo:

Já tirou renda sim, das coisas que a gente plantou, milho...está vendendo na feira, na cesta. A gente já tirou bastante coisa de lá. Não de árvore, mas assim... (FAMÍLIA , MÃE/ESPOSA).

Oh, já vendemos banana, já plantei milho, agora estou com feijão. Vende, consome. (..) Alimentação e frutas que a gente tem, agora está começando a ter, a satisfação de ter uma fruta do próprio SAF. Banana que a gente quase nem comia, só quando alguém dava, agora a gente tem banana direto, às vezes fica alguns dias sem banana, mas sempre tem banana. Só isso já começa a melhorar. (FAMÍLIA 15, PAI/ESPOSO).

Os dois SAFs tinham mudas e árvores com boa saúde, com muita matéria orgânica morta nas entrelinhas, adicionadas pelos agricultores que cultivam plantas para esse fim, como o capim napiê. Na Família 7 o SAF está ao lado do fragmento florestal, o qual forma uma proteção e em si, já é um elemento agroflorestal importante (Figura 25). Um elemento que eleva o desenvolvimento desses SAFs ao nível alto é a disseminação por todo o lote de práticas agroflorestais. Os dois SAFs foram pouco afetados por intempéries, na Família 7, logo após a implantação houve uma seca que retardou o desenvolvimento, mas atualmente o sistema se recuperou.

As duas famílias fazem mudas florestais para enriquecer o SAF e outros locais do lote, nativas e comerciais, isto porque não têm recursos para comprá-las (Figura 27). Na Família 7, além das mudas florestais também são cultivadas mudas de plantas para a horta, como alface, rúcula, almeirão entre outras (Figura 28). Também na Família 7 foi observada criação animal (galinhas, patos, coelhos, porcos) e mais recentemente vacas. Essas criações são para suprir necessidades de autoconsumo, devido a uma concepção de não depender de supermercados e carnes de animais produzidos de forma industrial, praticamente não comercializando esses produtos, e sempre partilhando com os vizinhos.

Uma dessas criações está localizada em um pomar que foi cercado e abaixo de árvores frutíferas são criadas galinhas, o que poderia ser considerado um SAF silvopastoril, pois os animais se alimentam também das frutas (Figura 29). Da mesma forma, existem outros locais da propriedade com potencial para serem transformados em SAFs, caso seja do desejo da família, como uma plantação de goiabeiras que já está em consórcio com bananeiras (Figura 27).

Figura 27. Práticas agroecológicas e agroflorestais no lote da Família 13. Viveiro para produção de mudas florestais (1); Área do lote no qual o SAF está sendo expandido (2); Hortas biodiversas ao lado da casa (3). Novembro de 2018.



Figura 28. Práticas agroecológicas e agroflorestais existentes no lote da família 7. Plantação de goiaba com banana, não implantada durante o projeto (1); Casebre de madeira destinado à produção de mudas (2). Fevereiro de 2018.



Foi observado o cultivo de sementes crioulas pelas duas famílias, as quais reservam uma parte da plantação para este fim, de modo que não ficam refém de mercados de sementes (Figura 29). Todos cultivos nos lotes são

orgânicos e realizados em consórcios (Figura 30). Na Família 13, o agricultor está realizando uma transição com linhas de árvores para dentro da lavoura, com um largo espaçamento entrelinhas e com proteção de guandu no entorno das mudas (Figura 27). Muitas outras práticas agroecológicas e agroflorestais são realizadas, como quebra vento, cerca viva, hortas medicinais e biodiversas, etc. A preocupação com a cobertura do solo e adubação nesses dois SAFs estava presente, criando-se essas estratégias internas para tal, o que foi pouco observado nos SAFs de baixo e médio nível de desenvolvimento.

Figura 29. Práticas agroecológicas e agroflorestais existentes no lote da família 7. Criação de galinhas em um cercado dentro do pomar agroflorestal (agrossilvipastoril) (1); Sementes crioulas (2). Novembro de 2018.



Figura 30. Práticas agroecológicas e agroflorestais existentes no lote da família 7. Área de restauração de APP, que ocorreu em projeto anterior (1); Lavoura com biodiversidade e consórcios (2).



Além dessas práticas, as famílias estão realizando inovações, para produção e comercialização. Na Família 7 todos trabalham no lote, tanto na roça quanto em serviços domésticos, porém a filha estuda e também trabalha fora, mas, sua contribuição é expressiva em outro ponto: a comercialização. Ela desenvolveu uma estratégia que é a organização das vendas dos produtos utilizando o Whatzapp, no qual ela manda listas dos produtos para as pessoas, e de acordo com a encomenda, entregam cestas em residências e pontos da cidade. Esta forma de comercializar aumentou o rendimento da família e diminuiu as perdas, de forma que, junto com a comercialização em feiras, é uma das principais fontes de renda.

Na Família 13, o pai/esposo está inserindo árvores protegidas por feijão guandu, no meio da lavoura, deixando largos espaçamentos, no qual se plantam culturas, como o milho. Além disso, o agricultor tem desenvolvido outras atividades inovadoras, como a já citada construção de um viveiro (Figura 27), e de um “chiqueiro móvel”:

Eu tenho um projeto de porco, morreu meu porco, mas é um projeto para especialmente para o SAF que é um chiqueiro rotativo com roda. Então você põe o porco e ele vai rodando, e não dá cheiro nada, fica muito bom. Isso ai (mostrando) foi tudo o porco que plantou esses milhos. É um chiqueiro de metal e com rodinha. (FAMÍLIA 13, PAI/ESPOSO).

Outra contribuição importante recebida dos projetos do PA e PDRS foi a perspectiva temporal de longo, médio e curto prazo, que foi observada nas duas famílias:

A discussão que tinha também é que o SAF ele é importante porque a gente vai ter árvore pra madeira, árvore frutífera que vai dar fruta que vai dar daqui a dez anos. A curto, médio e longo prazo. E até que as árvores cresçam a gente planta no meio mandioca, milho, feijão, arroz, e ai vai ter uma diversidade grande num pedaço pequeno. (FAMÍLIA 7, PAI/ESPOSO).

A Família 13 está organizando sua produção em torno do SAF, o que começou a acontecer a partir do projeto do PDRS. A infraestrutura da cooperativa é importante nesse sentido, como o trator (Figura 31) (que estava sendo utilizado no lote no dia da entrevista), porém, ainda não tem realizado investimentos ou tido retornos financeiro significativos. A Família 7 está mais avançada nesse quesito, tem alcançado melhores condições a partir da agroecologia e agricultura biodinâmica, como a construção da casa de alvenaria, compra de um carro, uma Kombi e um trator. A estratégia da venda por feira, fez com que essa família organizasse sua produção a fim de ter maior variedade de produtos, no que o SAF tem participação, mas todo o lote é pensado nessa lógica:

E outra coisa, você trabalhando não precisa ter um monte de uma coisa de uma vez, um pouquinho de cada. Que você tem que vender variedade, um pouco de cada coisa que você leva, uns 5 pacotinhos disso, uns 10 desse, e ai você vende variedade. Uma coisa só não dá certo, entendeu? (FAMÍLIA 7, MÃE/ESPOSA).

Figura 31. Trator da COPRIR, obtido através do PDRS. Novembro de 2018.



Porém, esse crescimento da disponibilidade de mercados, e de organização da produção, não é resultado apenas do SAF, mas das diversas estratégias em conjunto, como elementos no processo de transição agroecológica (ALTIERI, 2004). Os benefícios apontados pela família são muitos, como o bem-estar, a satisfação pessoal, construção de um projeto, cumprindo uma missão religiosa, dentre outros significados não materiais. Esse núcleo familiar encontra-se ligado a uma rede de agroecologia da região, de maneira que costumam participar de projetos, feiras, eventos, como parceiros e construtores, e o lote é constante objeto de estudo de pesquisas, já tendo inclusive recebido estudantes de outros países. Participam recorrentemente de encontros sobre agroecologia, principalmente os jovens, de forma que essa é uma vantagem do SAF, além de outros como: contato com culturas diferentes, oportunidade de lazer, capacitação. A permanência dos jovens, segundo a família, é um motivo importante para o trabalho com agroecologia:

Não diria só do SAF, foi como um todo. O que eu acho mais de positivo do SAF é que ajudou a manter o Gabriel e a Andressa aqui, essa ideia. É o que eu falei, atrai os estudantes que vem com propostas, com ideias novas. Através da agroecologia, a Andressa e o Gabriel, ficaram uma semana viajando lá pro sul de Minas. (FAMÍLIA 7, PAI/ESPOSO).

A fala explicita uma relação do SAF com a permanência dos jovens no lote, porém não do sistema produtivo em si, mas dos intercâmbios

proporcionados pelos projetos, e da mesma forma pelos encontros de agroecologia e agricultura biodinâmica. A Família 13 está no mesmo caminho, pois apesar dos SAFs serem a principal estratégia, outras perspectivas futuras estão se tecendo. Para as duas famílias, o estilo de agricultura mais sustentável que realizam será uma das chaves para manutenção dos jovens no lote, através de acesso a mercados mais vantajosos e do turismo rural.

As motivações para adoção dos SAFs pelas duas famílias são devido a consciência ambiental, busca de autonomia, saúde e permanência dos jovens no lote:

Eu acredito que foi um conjunto de coisas, a questão da renda, a questão ambiental, e a questão mais importante que é a qualidade de vida. E outra, que é garantir até para as gerações futuras. (FAMÍLIA 7, PAI/ESPOSO).

Compromisso com nós mesmos, com o meio ambiente, com a sociedade e compromisso com Deus também. (FAMÍLIA 7, PAI/ESPOSO).

Como já visto em outras famílias, o turismo rural parece ser uma das perspectivas futuras promissoras, diferente do que foi relatado por Castro (2007), época que o turismo rural não era almejado no assentamento. O agricultor, pai, está fazendo o curso de turismo rural da FLONA, assim como o filho da Família 7, no qual tem elaborado planos futuros em que o SAF representa uma estratégia central. Outras pessoas do assentamento, principalmente jovens, tem trabalhado na FLONA como guias turísticos, o que pode vir a atrair turistas para o assentamento. A Família 13 inclusive já tem uma estrutura de dois quartos, com camas, para receber turistas:

Existe várias discussões na cooperativa em torno do SAF. O turismo rural, um grupo que eu estou participando. Eu estou num curso, e o festival vai ser aqui, dia 1 de dezembro. É uma coisa que tá surgindo, as possibilidades. Ai que eu vejo um pouco da participação do jovem no turismo rural. (FAMÍLIA 13, PAI/ESPOSO).

Mas uma hora que a gente começar a receber turista, começa a melhorar cultura, porque que terá algum atrativo, vai haver um resgate de algumas coisas que se faziam, um artesanato. Isso faz parte pra você receber melhor as pessoas. (FAMÍLIA 13, PAI/ESPOSO).

Para McGinthy, Swicher e Alavapati (2008) a autoeficácia é o nível de percepção do agricultor sobre si mesmo quanto a sua capacidade de realizar o manejo do SAF de forma autônoma, e pode explicar por que um agricultor

consigue manter o SAF ao longo do tempo. A autoeficácia pode ser inerente da personalidade do agricultor e também deve ser estimulado pelas agências de ATER. Os agricultores desses dois SAFs tem alto nível de autonomia no manejo de seus SAFs, e estão progressivamente organizando sua produção em torno do SAF e de outras estratégias agroecológicas e sustentáveis.

As dificuldades para expansão desses projetos são sobretudo financeiras e de mão de obra, o que pode ser amenizado a partir da inserção em mercados vantajosos e com crédito rural adequado. Os agricultores enfrentam atualmente custos de oportunidade na implantação dos SAFs, pois não podem utilizar essas áreas para geração de renda a curto prazo, áreas que geram serviços ecossistêmicos importantes para toda a sociedade (MAY e TROVATTO, 2008). Desta forma, Pagamento por Serviços Ambientais também são uma forma de garantir renda para essas famílias (BRASIL-FAO, 2014), reconhecendo o importante trabalho desenvolvido por elas, no contexto de renovação de práticas da agricultura e de auxiliarem na conservação da natureza, considerando que estão na zona de amortecimento da FLONA de Ipanema (CAMPOS, 2017).

A implantação dos SAFs deve levar em conta a organização produtiva de todo o lote (ALTIERI, 2004), não apenas das áreas dos projetos, pois nos casos dessas famílias, estratégias de curto e médio prazo auxiliam na manutenção destes, o que também foi observado nos SAFs de nível médio de desenvolvimento. A inserção em redes de agroecologia, como foi feito pelo projeto Plantando Águas, é importante para expandir as iniciativas para além do lote, pois estratégias individuais são menos exitosas (JACOBI, 2009; PORRO e MICCOLIS, 2011; BROCKINGTON; HARRIS e BROOK, 2016). Os intercâmbios e experiências proporcionados por essas redes também auxiliam na socialização e envolvimento dos jovens.

As Famílias 7 e 13 estão realizando a transição agroecológica e agroflorestal em seus lotes como uma estratégia a longo prazo para permanência dos jovens, com maior ou menor envolvimento destes, o que está principalmente relacionado a necessidade de geração de renda para que se tornem projetos familiares viáveis.

5. 2. 4. Os SAFs e os projetos de vida das famílias: os jovens estão incluídos?

Os SAFs implantados gradualmente tornam-se estratégia central do projeto de produção familiar, pelo menos por boa parte das famílias. Porém, é observada a falta de mão de obra e questões relacionadas ao envelhecimento dos titulares, o que coloca em questão a sucessão familiar.

Para a maior parte das famílias estudadas, os SAFs são principalmente projetos dos pais (ou titulares), sendo pouco observado jovens que participem das decisões e gerenciamento do lote como protagonistas. Quando as famílias são questionadas sobre a participação dos jovens na produção, esses são no geral apontados como uma “ajuda”.

Divide assim, ela vai podar (esposa) e eu vou roçar. E as meninas vão descansar pra fazer o almoço. A [filha] vai comigo na feira direto. (Família 2, pai/esposo).

Ajuda e colhem quando é pra colher, por exemplo, quando é pra colher mandioca, elas vão e tiram a mandioca do pé, e depois põe nas caixas. E se for pra carpir elas também ajudam. E pra arrancar feijão, nós arrancamos três feijão. (FAMÍLIA 4, MÃE/ESPOSA).

Observando-se mais profundamente, percebe-se que os jovens tem um trabalho invisibilizado no assentamento, pois mesmo que seja posto como uma ajuda, vindo dos pais e/ou titulares, está presente em todos os lotes, nas mais diversas atividades, como plantio, colheita, comercialização, trabalho doméstico. A participação dos jovens nas famílias está condicionada a uma estrutura interna, que condiciona como o trabalho a um lugar de inferioridade, como na avaliação do técnico, assentado e jovem:

Isso é uma relação historicamente constituída. Às vezes o jovem está lá, se você chegar no [Família 8], ele tem os netos dele lá, ele vai até te dizer que os netos não ajudam, que os filhos não ajudam. Eu como técnico que acompanho ali a mais de cinco anos, vou te dizer o contrário, que os filhos ajudam e os netos também. [...] eu acho que os jovens estão inseridos, agora, as relações de gênero, relações patriarcais que tem lá fora, aqui no assentamento não vai ser diferente. (ENTREVISTA 4, TÉCNICO E ASSENTADO).

Castro (2009) relatou as relações patriarcais existentes na família, e sua relação com a permanência ou não dos jovens. Nos assentamentos, os titulares detêm as principais decisões sobre a produção, e os jovens, muitas vezes em busca de seus projetos próprios de vida, acabam saindo do

assentamento. Desta forma, os SAFs colocados como projetos principais dos pais e/ou titulares, podem não representar futuramente uma continuidade por parte dos jovens.

A renda gerada no lote muitas vezes não é suficiente para garantir uma renda fixa, separada da renda familiar, para o jovem, de modo que uma das formas é buscando trabalhos fora do assentamento. Além disso, alguns dos jovens fizeram cursos não relacionados à agricultura, se casaram com pessoas de fora do assentamento, não mais tendo um projeto de vida relacionado à agricultura.

Todo mundo que mora aqui, os jovens, eles tem emprego fixo na cidade, e vem só para dormir. (eles não tem interesse no SAF?) No momento não, eles tão trabalhando pra fora, tá conquistando, um tá terminando a casa dele, quem sabe mais pra frente depois que eles alcançarem os objetivos que estão buscando. (FAMÍLIA 15, NORA).

O [filho] fala de fazer uma casa. A minha filha queria...mas podia Deus preparar um rapaz da roça pra ela. Quis se casar com um homem da cidade, já era né. (o filho) Por ele já estava aqui faz tempo, mas o problema é a esposa dele, ela não é muito da roça. Mas eu acho que no futuro eles planejam ficar tudo junto porque é pertinho, se ela quiser trabalhar lá ela que sabe né. A gente tem planos de se viver todo mundo aqui. (FAMÍLIA 6, MÃE/ESPOSA).

Castro (2007) mostrou que o Assentamento Ipanema é um território em construção, e a mobilidade das pessoas para fora do assentamento não representa uma história linear, podendo inclusive representar uma estratégia camponesa das famílias. Isso por que os titulares já foram aqueles que trabalharam fora para manter o lote, o que após passou a ser uma atividade dos filhos. As famílias no assentamento, ainda tem os jovens incluídos na sucessão do lote, o que pode ser através dos filhos que retornam, ou ainda dos netos, noras, genros, e outros membros. Além disso, o assentamento representa um local de refúgio, para onde as pessoas voltam diante de dificuldades na cidade:

Se eles viessem morar aqui era melhor. Eles tem planos de vir morar aqui, daí o negócio muda né. A gente têm planos pro futuro de fazer isso aqui virar uma produção só, se Deus quiser. Porque só nós dois é pouca mão de obra. Pra você pagar gente de fora não consegue, é muito difícil, então nós dois dá os pulo sozinho. Então se eles vierem são dois a mais, isso aqui ia virar o bixo. (FAMÍLIA 6, MÃE/ESPOSA).

A curto prazo os pais, a médio prazo os filhos e a longo prazo os netos. E aí a gente vai colher os frutos melhor, né. Eu por exemplo

briguei a vida inteira pra conquistar a terra, só que não tá ganhando ainda por que tá plantando. (FAMÍLIA 7, PAI/ESPOSO).

Bom, meu filho diz que futuramente ele vai voltar pra terra. Ele fala assim “mãe, de qualquer forma eu penso em voltar aqui”. Por enquanto assim vai fazendo conta. (você acha que ele vai querer viver da terra?) Ah, ele gosta viu, ele gosta. (FAMÍLIA 11, MÃE).

Para a maior parte das famílias, a permanência dos jovens está atrelada à geração de renda e qualidade de vida. É preciso que as condições em que vivem as famílias, e a agricultura familiar no geral (SCHNEIDER e CASSOL, 2014) melhorem para que os jovens permaneçam no assentamento, expectativa que se estende a produção futura dos SAFs:

Sim, a hora que começar a produção, ai vai ter um envolvimento na colheita, na hora da venda, nas entregas. Ai vai dar um animo né, uma injeção de animo. Por enquanto nós não temos ainda nenhuma produção, tá difícil, tá mais o trabalho. A hora que começar a ter a evolução e a produção, isso anima qualquer um. (FAMÍLIA 11, MÃE).

5. 3 Os SAFs e os projetos de vida dos jovens no Assentamento Ipanema

A falta de mão de obra é uma barreira citada constantemente nas entrevistas, seja por parte dos informantes-chave dos projetos, ou pelas famílias. Essa falta de mão de obra acontece devido a motivos como: famílias pequenas, envelhecimento dos titulares dos lotes e evasão dos jovens, que procuram fora do assentamento empregos, alguns mudando-se para outras localidades.

Como observado nas entrevistas, e também na literatura, não são simples as motivações para a juventude permanecer ou sair do lote (CASTRO, 2009). Porém, os SAFs têm sido apontados como capazes de auxiliar na fixação destes (MAY e TROVATTO, 2008), de forma que essa pesquisa procurou explorar se existe uma relação direta entre adoção de SAFs e permanência da juventude rural, no Assentamento Ipanema.

Durante as entrevistas com as famílias, os jovens também foram convidados a participar. Foram feitas perguntas que revelassem como a família vê os jovens que as compõe. Entendendo que era preciso avaliar a situação do jovem a partir de sua perspectiva, e que o ambiente familiar representa uma

autoridade (CASTRO, 2009) que pode inibir sua expressão, foram realizados os grupos focais, apenas com a presença de jovens.

Foram realizados dois grupos focais, contando com quatro jovens nos encontros, três em um (Jovem 1, 2 e 3) (Figura 32) e três no outro (Jovem 2, 3 e 4) (Figura 33):

Jovem 1 – Pertencente à família 7, tem 22 anos, é agricultor, a família não é participante de nenhuma cooperativa/associação.

Jovem 2 – Pertencente à família 2, tem 20 anos, é estudante do curso de Turismo pela UFSCar Sorocaba, a família é cooperada pela COPRIR.

Jovem 3 – Pertencente à família 5, tem 23 anos, é advogada recém formada, trabalhou no setor administrativo do projeto PDRS, a família é associada da ARDA.

Jovem 4 – Pertencente à família 6, tem 24 anos, formada em administração, trabalhou no setor administrativo do projeto PDRS, a família é cooperada da COPRIR.

Dois outros jovens serão citados aqui, devido ao papel que possuíam nos projetos, são irmãos e pertencem a família 1, não participaram dos grupos focais mas foram citados nas entrevistas como responsáveis por assistência técnica no assentamento e pelos projetos. Foram chamados: **Jovem 5**, tem 30 anos, formação em agroecologia e trabalhou como técnico pela COPRIR e COOPMaio no PDRS; **Jovem 6**, tem 28 anos, formação em agroecologia, trabalhou no projeto PA.

Figura 32. Reunião do Grupo focal 1, realizada no dia 10 de Novembro de 2018.



Figura 33. Reunião do Grupo focal 2, realizada no dia 28 de Novembro de 2018.



Durante o desenvolvimento dos Grupos Focais, quando questionados sobre o que é ser um jovem:

Eu acho que depende da visão. Aos olhos dos que não são jovens, o jovem é uma pessoa inexperiente, não tem direito ao palpite porque não viveu nada. Às vezes a gente é um pouco desacreditado por ter pouca idade, mas ao mesmo tempo a gente também é o futuro, é o que tem que formar agora pra ter um futuro. Ser jovem é bom pelo lado de que a gente tenha mais conexão com outras pessoas, saber se comunicar... Mas ao mesmo tempo talvez a gente não consiga alcançar tantas coisas pela inexperiência. (JOVEM 2).

[...] na nossa geração, acho que a juventude é um sinônimo de ter oportunidade, que nossos pais não tiveram. Claro, não é mérito nosso, não é porque somos mais espertos, é resultado de um

processo de luta e de conquistas, do sacrifício dessas pessoas. [...] Não só pela oportunidade de estudar, acesso a escola e faculdade, mas oportunidade de ter uma visão de mundo diferente, de ter uma prisão um pouco menor aos preconceitos... a beleza da juventude é essa. É você ter essa possibilidade de desconstrução, porque conversando com uma pessoa mais velha, você percebe a dificuldade de se desconstruir, ele até escuta e concorda, mas ele não consegue, aquilo tá muito enraizado nela. [...] Por outro lado tem a inexperiência, a insegurança, a incerteza, principalmente agora, as perspectivas que a gente tinha talvez tenha que rever, tenha que mudar... Essa incerteza talvez seja a pior parte. (JOVEM 3).

Jovem é o aprendiz né. Está dando continuidade num sonho e também tem muita esperança, ele busca aquilo que às vezes os pais não conseguiram ou alguma coisa a mais, uma busca interior. E eu acho também que ser jovem não tem idade, depende da força que ela coloca naquilo que ela quer, eu acredito que tem muito a ver com a força de vontade. (JOVEM 1).

Essas falas trazem à tona alguns dos papéis sociais relacionados aos jovens, não só do ponto de vista do jovem, mas da noção sobre o que outras pessoas pensam sobre o que é ser jovem. Ser jovem está relacionado a características positivas, como a comunicação, oportunidade, força de vontade. Por outro lado, também está fadado a “não ter direito a palpite”, a inexperiência, incerteza. Outra questão é do “jovem” estar ou não relacionado a uma faixa etária, pois quando remete a este termo, a pouca idade é imediatamente relacionada, mas também surge a ideia de que “ser jovem” é um estado de espírito que não necessariamente depende da idade (CASTRO, 2009):

Tem muitos adultos, sei lá, pessoas acima de 60, ela às vezes não se sentem velhas, ela tem o mesmo espírito de quando ela tinha 18 anos. Às vezes as pessoas não gostam de ser chamados de “senhor”, tem muitos desses, e ele se vê como um jovem. (JOVEM 1).

Essas contradições no que é ser jovem, evidenciam, segundo a fala da Jovem 3, estereótipos da sociedade sobre a juventude:

O jovem também é muito estereotipado. [...] Essa questão de você ter pessoas jovens que se sentem muito mais velhas e tal, acho que tem muito a ver com a forma como a vida é apresentada, como se você tivesse que seguir aquela fase exata. [...] “ah, você é novinha, já estudou e agora, quando vai casar?”. “Já estudou, então agora você já pode trabalhar e casar. E quando vem os filhos?” Por que daí você não é mais o jovem, você já tem alguém que vai depender de você [...] (JOVEM 3).

Não existe consenso teórico da categoria juventude, com algumas abordagens de delimitação a partir das faixas de etárias, outras por papéis

sociais (como a formação de uma família). Isso acontece pelo esforço de reunir em um mesmo termo uma imensidão de jovens de todos os locais, culturas, hábitos, línguas (CASTRO, 2005; OLIVEIRA e LIMA, 2017). Quando procuramos especificar mais o jovem, fazendo o recorte do jovem assentado da reforma agrária, parece se delinear melhor quais são as características desses sujeitos, que, de maneira geral está intrinsecamente ligado à família nuclear, a uma condição de marginalidade social, histórico de luta social, preconceitos (CASTRO, 2005). Apesar disso, mesmo com especificidades, os jovens da cidade e do campo são colocados como similares em muitas das suas necessidades e características:

Como a gente tinha falado do jovem ter essa insegurança, eu acho que no assentamento talvez isso aumente um pouco, porque é a insegurança do futuro, a gente não sabe o que vai ser, se a gente vai conseguir ficar aqui e continuar a luta que nossos pais, avós, começaram. Acredito que a maioria queira continuar esse caminho, mas a gente não tem uma garantia, uma perspectiva [...] Além dessa parte do preconceito, a gente tem que descobrir esse pertencimento pra poder passar por cima disso, passar pelos olhares das pessoas para quem é assentado, do que eles sabem que é o movimento. (JOVEM 2).

Alguns da cidade não têm o costume de vir até o campo, mas o pessoal do campo tem muito o costume de ir para a cidade. Então o jovem do campo sabe o que tá acontecendo na cidade, as modinhas que tem na cidade os jovens do campo tão junto, tão dentro. (JOVEM 1).

Mas eu acho que, de um modo geral, o jovem assentado tem as mesmas angústias de um jovem da cidade. Eu acho que essa questão do pertencimento, do local onde ele tá. É uma coisa muito complicada para os jovens do assentamento, ter esse pertencimento, por que a gente realmente não sabe quem são os jovens, por que eles tão vinculados a um grupo familiar. Então quem são os jovens? Acho que o pior no assentamento é isso, é a identidade desse jovem. Quem são? (JOVEM 3).

As poucas perspectivas de vida, presentes na fala da Jovem 2, diz respeito à falta de oportunidades para os jovens do assentamento. No assentamento, praticamente não existem locais de lazer, as escolas básicas são longe e nenhuma delas tem formação voltada ao ambiente rural. Para aqueles que buscam o ensino superior, precisam percorrer longas distâncias, não existindo transporte público dentro do assentamento, apenas poucos horários na estrada. E não apenas a educação formal é dificultada, como também o acesso à informação, saúde, educação, dentre outras infraestruturas

básicas. Desta maneira, como na fala do Jovem 1, é recorrente a busca na cidade desses serviços, o que muitas vezes implica na construção de um projeto de vida para fora do assentamento.

Outro elemento, explícito nas falas das Jovens 2 e 3, é a questão da invisibilidade do jovem dentro do grupo familiar, em que o jovem do assentamento encontra o desafio de dar continuidade ao projeto familiar. Castro (2009) discute a influência da autoridade estabelecida pela família sobre o jovem, o que pode ser um fator para que este busque, como uma maneira de ser independente e de procurar sua própria identidade, um projeto de vida desvinculado da família. A partir dessa discussão, se coloca que, enquanto os titulares, geralmente os pais, estiverem no lote tomando as decisões, pode não existir espaço para que o jovem tenha liberdade de plantar, produzir, de forma autônoma.

Questionado sobre o envolvimento dos jovens nos SAFs dos projetos do PDRS, o Jovem 5, trouxe a discussão da autoridade:

Enquanto o titular tem saúde, tem força, geralmente... [...] não por uma visão minha, mas o titular tem esse costume de se impor, se vai chegar alguém para fazer um trabalho ou para visitar, geralmente o titular é que vai se impor. [...] Os patriarcas e os filhos no mesmo espaço, não tem espaço para os dois. [...] Essa é uma relação do patriarcado, isso é muito mais do que eu falei, é mais do que chegar na floresta e não encontrar o jovem lá. (ENTREVISTA 4, JOVEM 5).

Esse espaço reduzido para que os jovens desenvolvam, de forma autônoma, seus projetos de vida, parece ser um dos fatores para que busquem meios fora do assentamento (OLIVEIRA et al, 2006; CASTRO, 2005). Outra questão que surge, é a da motivação em relação à mobilização, a luta social. A luta para a conquista da terra é uma herança cultural presente nos jovens dos assentamentos, a qual é valorizada, especialmente o acampamento (CASTRO, 2005; OLIVEIRA et al, 2006; LOPES e CARVALHO, 2015). Algumas das famílias que estão no Assentamento Ipanema, não são originárias do acampamento, não tendo participado da luta social por esse espaço e, outras, se distanciaram a partir da definição do lote da mobilização coletiva. O que foi uma motivação para os pais e filhos que iniciaram a vida no Assentamento Ipanema, hoje não necessariamente é para aqueles que estão nesse local.

Os filhos que vieram chegando, vieram pequenos mas eles já estavam aqui desde o início, eles construíram ali. Os outros que vieram, vieram como continuação. Então esse negócio da identidade é complicado, o de ser o “filho de fulano”. Por outro lado, o filho do assentado ele tá diretamente ligado ao fruto de uma luta, o que deveria ser um ponto forte, porque ele sabe que tá numa área de reforma agrária. Não é herança, ele não tem um lote porque ele é filho e fazendeiro, nada disso. E talvez esse seja um ponto principal, pra gente entender quem é o jovem assentado e talvez resgatar isso com eles. Talvez resgatar isso com a juventude, “você também é importante, você é fruto de uma luta, de uma história”. (JOVEM 3).

O momento do acampamento, da conquista da terra, é motivo de orgulho para os jovens que participaram do grupo focal, elemento presente nas entrevistas com as famílias. Porém, quando falam de outros jovens, existe uma diferenciação de “geração de jovens” (LOPES e CARVALHO, 2015), sendo que os mais novos seriam aqueles que conheceram pouco do acampamento e que, devido a isto, são menos propensos a valorizar a luta:

Eu pensava que tinham três etapas de jovens aqui desde o acampamento, mas agora eu já estou começando a considerar a quarta. Foram os pais da gente que vieram para cá, tinham uns 30 anos ou menos, vieram jovens para cá querendo começar vida nova. Depois vieram os nossos irmãos mais velhos, de 90 para trás, e nós já é da turminha de 90 pra frente, 90, 97, até 2000. E agora depois de 2000 teve outra turminha. Só que da turminha dos 90, conheceu um pouco da realidade do acampamento, então tá um pouco mais firme. Essa turma dos 2000 pensa “eu não sei porque eu estou aqui. Eu não entendo até hoje, eu vivo aqui, mas eu não tenho amigos pra brincar”. Depois de 2000 perdeu um pouco o contato de um com o outro, as vezes não conhece o vizinho, se tem um amiguinho pra brincar ou não tem. Fica meio também atrás de um celular, é meio desanimada essa turminha de 2000. Não são todos, é lógico, mas alguns que eu converso. (JOVEM 1).

Segundo essas entrevistas, ser um jovem está principalmente vinculado a uma faixa etária, o que os aproxima dos jovens da cidade, os quais também passam por dificuldades dessa idade, como a incerteza de futuro, a busca por um projeto de vida, principalmente os que residem nas periferias das cidades e também passam por problemas de acesso a estrutura básica (OLIVEIRA e LIMA, 2017). Porém, a especificidade de pertencerem a famílias que lutaram por um pedaço de terra, os coloca em um recorte diferenciado, com uma carga de preconceitos vindos da sociedade, além da escolha de dar continuidade, ou não, ao projeto dos pais. Soma-se a isso, a falta de estrutura do assentamento em comparação com uma cidade (próxima), que oferece mais oportunidades, além da perda da motivação em torno da luta social, que seria uma forma de

pertencimento do porque estão no assentamento (CASTRO, 2005; CASTRO, 2009).

Falar da situação dos jovens no assentamento parece levar sempre a comparação com a cidade, tendo um limite pouco definido entre esses dois mundos (OLIVEIRA e LIMA, 2017). Primeiro porque a cidade faz parte da realidade desses jovens com a qual, mesmo vivendo no assentamento, possuem vínculos devido ao estudo, as feiras, ao trabalho, ao lazer etc.

A qualidade de vida é você ter mais do que precisa pra sobreviver [...]. Tanto o jovem da cidade quanto o jovem do campo, a gente tá muito na situação de sobreviver. A gente tem uma realidade no campo do jovem saindo pra ajudar em casa, pra trabalhar e trazer renda, principalmente depois do corte dos programas do PAA, do PNAE, o jovem já não consegue mais viver só dali. Então você vê o jovem se dividindo, muitas vezes abandonando os estudos pra poder garantir o trabalho em fábricas do entorno. [...] Alguma coisa ele acaba deixando, as vezes ele queria estar no lote, aquilo traria qualidade de vida para ele, mas ele perdeu essa possibilidade por que o lote não tá gerando condições mínimas de sobrevivência. [...] Por outro lado a gente conhece jovens que trabalham no lote, e conseguem ter uma renda e tem uma vida legal com aquilo. Ele tem o trabalho que ele escolheu ter, ele consegue ter uma renda, ele tem uma qualidade de vida. Ele estuda, trabalha, consegue estar no que ele quer tá. Tem acesso a lazer, ele tem acesso a cultura... apesar de não ser dentro do assentamento, que é uma coisa que compromete muito. A gente ainda não tem condições de trazer esses outros elementos de qualidade de vida para o assentamento. (JOVEM 3).

Uma politica interessante é o PAA, a prefeitura compra o alimento e redistribui pras comunidades. Isso tinha que ser mais investido. Assim como eu vejo pessoas perdendo alimentos aqui, eu vejo pessoa lá morrendo de fome porque não tem o que comer. Mas a realidade é a mesma, porque as pessoas tão perdendo alimento aqui e tão na mesma amargura, porque não dá pra viver só com isso. (JOVEM 4).

Novamente o corte nos programas PAA e PNAE é colocado como um fator de impacto negativo no assentamento, sendo um dos fatores que causaram evasão dos jovens. Para esses jovens, viver no assentamento tráz qualidade de vida por possuírem um pedaço de terra no qual podem produzir alimentos saudáveis, em diversidade e quantidade necessárias, além disso, a possibilidade de viver com qualidade ambiental (ar puro, pouca poluição). Em momentos de crise, sempre “vai ter uma galinha no quintal, um porco no vizinho, um leite” (Jovem 2), porém, a geração de renda ainda é um obstáculo para atingir outras melhorias na vida desejada:

Quando não tem nada, a gente ainda tem alguma coisa, porque a gente tem terra, a gente produz a nossa vida. [...] É claro que a gente

não tem uma parte dessa qualidade de vida, que é a estabilidade financeira, pra você poder aproveitar o que a gente tem aqui, e é isso que a gente tenta equilibrar, de buscar a estabilidade financeira e poder aproveitar o que a gente tem aqui de natural. (JOVEM 2).

Essas falas remetem a soberania e segurança alimentar, pois “produzir a própria vida” é um elemento ligado à produção de alimentos para autoconsumo, o que em relação à cidade é um fator positivo. Porém, devido a dificuldades de garantir a renda com o escoamento da produção, problemas financeiros são barreiras para outros aspectos da vida que vão além do autoconsumo. Apesar disso, os jovens acreditam que possuem qualidade de vida dentro do assentamento, especialmente em relação à saúde, benefícios ambientais e ao contato com a luta política:

Eu particularmente me sinto privilegiada de morar aqui, porque eu tenho acesso a informação, e na cidade as vezes acaba não tendo. A gente também as vezes é mais politizado, por tá no meio de um movimento, então consegue ter uma análise geral do que tá no nosso entorno, e eu acho que na cidade as vezes não tem essa preocupação, no diálogo dentro de casa. Eu me sinto privilegiada de com minha idade saber o que eu sei, de ter crescido dentro disso. (JOVEM 2).

A maior qualidade que a gente tem aqui é nossa alimentação saudável [...] também esse clima que a gente tem aqui de natureza, tem muita vida ao redor da gente. (JOVEM 1).

A opção de alguns dos jovens do assentamento por trabalhos na cidade vem da pouca garantia de geração de renda no lote, mas também é distorcida por uma não valorização dos bens que estes possuem no assentamento e uma supervalorização da vida na cidade, valores construídos a partir da mídia e dos preconceitos pelos quais os assentados passam. Porém, mesmo que a qualidade de vida na cidade seja menor comparada ao aspecto da saúde e do meio ambiente equilibrado, o acesso à infraestrutura básica é um obstáculo, pois devido aos assentados terem no geral pouco poder econômico, dependem dos serviços públicos, os quais não estão disponíveis no assentamento:

No caso de pessoas que são bem de vida, eles tem tudo contabilizado do que eles tem, é uma coisa também pra estimular eles. Agora aqui no sítio as pessoas já não veem tanto por esse lado. As vezes tem uma baita de uma casa bonita lá "e ah, eu não tenho nada. (JOVEM 1).

A mídia tem muita influência nisso, o preconceito tem muita influência nisso. Não é legal você falar que é de um lugar e alguém olhar pra você e falar que "ah, seu pai é ladrão de terra, invasor de terra", desde pequeno. [...] e a ilusão de que pra ser aceito você tem que tá

na cidade, você tem que ser parecido com alguém que tá na cidade. E além da ilusão, tem a questão prática, a questão financeira. Não tem um ônibus dentro do assentamento, tem que andar três quilômetros pra pegar um ônibus, dia de chuva, qualquer dia. Posto de saúde é no mínimo três, quatro quilômetros. Então são coisas práticas, vai chegando um ponto que aquilo infelizmente não muda, não pra julgar né. Levando em consideração em todos os benefícios que tem de morar aqui, não tem nem o que pensar, mas se você tem um carro, mínimas condições de sobreviver ali. (JOVEM 3).

A situação da pouca infraestrutura é um dos motivos da evasão dos jovens, sendo uma forma mais fácil de obter serviços públicos e privados quando se está em um centro urbano, como por exemplo, seguir nos estudos (cursinho, curso técnico, universidade). O jovem que constrói uma família, com filhos, cônjuge, aumenta a necessidade de construir uma vida independente de seus pais. Isso é justificado como um dos fatores para residir e/ou trabalhar fora do assentamento. Outras barreiras também são a falta de direitos trabalhistas, falta de ATER, crédito:

A dificuldade é isso, se você quiser estudar, uma carreira, ou até mesmo alguma coisa pra contribuir aqui mesmo, têm bastante barreira. Aqui a gente ainda têm o privilegio que a gente tem a qualidade de vida que eu falei, e tá do lado de uma grande cidade que tem tudo. Então assim, a gente tá muito perto, mas ao mesmo tempo a gente tá longe, não tem transporte, a internet é bem limitada. Em casa são 20 gigas de internet e tem que durar o mês todo. Eu não posso ver vídeo pra faculdade, Netflix nem pensar, só quando eu estou na cidade. E isso limita bastante, hoje em dia pra você estudar sem internet é muito difícil. Tem bastante limitação às vezes físicas mesmo, mas as vantagens também são muitas, falta enxergar essas vantagens. (JOVEM 2).

Então tem essas questões práticas que pesam muito, principalmente quando os jovens se tornam responsáveis por famílias. Já não é mais o filho do assentado, ele tem filhos, uma família pra cuidar. As burocracias do próprio INCRA, aquela coisa que se você tá ali no lote mas não é reconhecido. Se acontecer alguma coisa, algum acidente de trabalho, você não é reconhecido. A filha ou a nora não tem direito, não é reconhecida. Tem muitas coisas que fazem o jovem não ficar aqui, essa falta de estímulo. (JOVEM 3).

Como relatado pela Jovem 3, quem tem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), são os titulares do lote, de forma que os jovens ficam de fora de diversas políticas públicas que utilizam esse documento (LOPES e CARVALHO, 2015). A falta do PAA, a dificuldade de acessar o PNAE e outros canais de comercialização, não garante uma renda fixa para as famílias, além de diversos outros direitos trabalhistas que não estão garantidos pelo trabalho do campo, de forma que os trabalhos na cidade são vistos como mais seguros.

Porém, essa garantia da cidade pode ser uma aposta duvidosa, e devido a crise econômica, política e social, vivida atualmente no Brasil, o assentamento é um local de refúgio.

Acho que tem muito essa falsa ideia de que é na cidade que a gente tem garantia, que aqui não tem garantia. Mas se você for ver na cidade você não tem garantia, você tá trabalhando e no dia seguinte você é mandado embora e acabou sua garantia. [...] Na verdade eles tão lá batalhando o mesmo que eles podiam tá batalhando aqui, e eles tão lá. (JOVEM 2).

A mesma necessidade que fez eles irem pra lá, vai trazer, porque assim, o desemprego vai crescer e não vai ter como pagar aluguel, vão voltar pra onde não paga aluguel. Não está tendo mais condições de fazer um supermercado, porque não sobra mesmo. Onde é que você vai ter condições de fazer pelo menos uma horta? De trocar com o vizinho? É no campo. Aquela mesma necessidade de algo que supostamente é melhor que levou ele pra lá, vai trazer. (JOVEM 3).

A Jovem 2 relatou que sua irmã mais velha, procurando uma vida melhor, saiu do assentamento, mas que pretende voltar. Da mesma forma, esses relatos foram obtidos nas entrevistas das famílias sobre os jovens que saíram para estudar e/ou trabalhar, mas que querem voltar, pois gostam da vida no campo e da qualidade de vida existente no assentamento. A saída do campo para a cidade representa também uma estratégia, pois os jovens buscam na cidade adquirir bens, mas não é possível afirmar que este represente um caminho linear, sem volta (OLIVEIRA e LIMA, 2017). Desta forma, iniciamos o aprofundamento em torno da ideia dos jovens voltarem ao assentamento, e se os SAFs são uma das alternativas para esses jovens, os que estão e os que poderiam retornar, para a construção de seus projetos de vida.

5. 3. 1. Os SAFs podem garantir a permanência da juventude no campo?

Quando questionados sobre os sonhos e perspectivas de vida, os jovens citam realizações profissionais, e que envolvem o assentamento. Porém, dos quatro jovens entrevistados, apenas o Jovem 1 se vê trabalhando como agricultor, enquanto que os outros pensam em outras áreas, padrão também observado por Oliveira et al (2016). A conjuntura política, ao longo das falas, se mostra como uma barreira, algo que faz com que os jovens tenham menos

possibilidades, pois estão em meio a um cenário de repressão a movimentos sociais e de desmonte de políticas públicas destinadas à agricultura familiar:

Complicado a gente falar sobre isso na atual conjuntura, sabia? Mas a gente tenta. (...) A minha primeira motivação é sempre a minha família. A minha segunda motivação, que não era, é meu trabalho. (...) Na faculdade uma das coisas que eu aprendi foi a elaboração de projetos, aí calhou que eu trabalhei com projetos, então é o que eu quero fazer futuramente. Eu quero escrever projetos voltados pra causas sociais, não abranger só o assentamento. Ali onde estou eu trabalhando, que é no George Oetterer (bairro próximo), eu estou tendo outro tipo de vivência, que eu acho que projetos sociais poderiam abranger os dois e intercalar campo com cidade, o que eu acho que é legal. (JOVEM 4).

E meu objetivo nesse momento é tentar ajudar a mudar alguma coisa, que seja começando por aqui, mas depois em outros lugares, através do turismo. Até por isso eu estou participando de um projeto, pra trazer o turismo pra cá e agregar não só na renda aqui como também para divulgar o que é o movimento, o que é o assentamento. (..) eu quero de alguma forma mudar a realidade aqui, porque eu vejo os meus pais, a dificuldade que é se manter aqui, que é viver só daqui. (JOVEM 2).

(..) cada um aqui, a gente conseguiu chegar a faculdade, e eu acho que essa é a primeira meta. Talvez não fosse um sonho, pra muita gente não é. Mas eu acho que uma primeira meta a gente conseguiu alcançar, eu acho que um sonho seria que todo mundo conseguisse isso, principalmente no nosso assentamento, as nossas mulheres, que é ainda uma realidade muito...não é a maioria, pelo contrário. E o acesso ao conhecimento de uma forma geral, não precisa ser uma faculdade. Possibilitar que nosso povo ocupe todos esses espaços, acho que seria um ponto até estratégico. Quanto mais a gente tiver gente preparada nas nossas áreas, mesmo na agricultura, trazer conhecimento pro nosso povo, avançar no desenvolvimento. A perspectiva do jovem não precisa ser só pegar um outro lote, ou tocar o lote dos pais, mas desenvolver a comunidade como um todo. (JOVEM 3).

Eu sou agricultor, e sempre estou envolvido no assentamento, nos cursos que tem aqui, estou sempre participando, e as vezes fora também. Estou fazendo também um curso de turismo rural e minha visão é essa de conseguir trazer as pessoas para conhecer o assentamento, pra não ficar só naquela visão de quem é de fora, quem é de fora não conhece a realidade, dá muito palpite, não conhece e dá opinião negativa. (...) com o turismo rural a gente aprende como receber melhor, da maneira adequada. E tem muita coisa bacana no assentamento pra mostrar pro pessoal de fora, alguns toma aquele choque de realidade quando chega aqui. Alguns fala assim “quando a gente vai no assentamento?”, alguns já tá no assentamento e não sabe, depois fala “nossa, e tá desse jeito!”, pensa que é tudo barraquinho, e daí tem aquele choque de realidade. (JOVEM 1).

As Jovens 3 e 4 foram contratadas e trabalharam nos projetos da ARDA e COPRIR no PDRS, respectivamente, e foram citadas pelos técnicos, pelas famílias, como as que fizeram o projeto acontecer, junto com o Jovem 5. Essa

experiência foi algo que marcou esse momento de suas vidas, e agora possuem perspectivas de continuar trabalhando com esse tipo de ação, com a Jovem 3 tendo uma visão ampliada de desenvolvimento para o assentamento e a Jovem 4, que atualmente trabalha no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do bairro próximo, o George Oetterer, afirmando que quer trabalhar com projetos sociais.

Os Jovens 1 e 2, trouxeram a perspectiva do turismo rural como possibilidade de trabalho, no qual o assentamento, e a história de lutas do movimento social são colocadas como centrais.

O Jovem 1 trabalha com seu pai no lote, como agricultor, e das famílias observadas, é um dos jovens mais inserido no trabalho com agricultura. Sua família tem uma relação bastante horizontal, de decisões e tarefas, e o trabalho com agroecologia (não apenas o SAF) traz oportunidades de lazer, interações com pessoas de fora do assentamento e conhecimentos, o que é visto como vantagem. O turismo rural para esse jovem surge como estratégia de desenvolvimento do lote, além de também trabalhar como agricultor, sendo que sua família tem adquirido bens e garantido o escoamento da produção, de forma que esse jovem pode inclusive ter uma renda própria.

A Jovem 2, traz o turismo rural em suas falas, e inclusive estava auxiliando na vinda de turistas estrangeiros para lotes da COPRIR, nos dias em que ocorreu o trabalho de campo. Entretanto, sua perspectiva quanto ao trabalho diretamente no lote não é o de agricultora, tendo citado várias vezes que poderia trabalhar como “administradora”. Essa jovem vê o desenvolvimento da agricultura orgânica, para além dos benefícios da família, como uma forma de atrair turistas e assim, também mostrar uma versão positiva do movimento social, da luta política.

Falando de sonhos e perspectivas, é importante apontar como os jovens têm sido atores sociais chave dentro do Assentamento Ipanema, estando envolvidos nas cooperativas e outras atividades, com a vinda do PA e do PDRS intermediadas por dois jovens, pertencentes à Família 1. Esses dois irmãos, que agora se aproximam do limite etário do que se conceituaria como

'jovem', tem formação pelo PRONERA em agroecologia, são bastante ativos no MST e os dois atuam como técnicos agrícolas no assentamento e na região.

O Jovem 6 trabalhou como técnico do PA, auxiliando a levar para o assentamento o primeiro projeto de média escala que envolvia SAFs. O Jovem 5, foi o principal responsável por alertar as cooperativas do assentamento sobre o edital do PDRS, tendo escrito os projetos da COPRIR e COOPMaio. Esses projetos propiciaram desenvolvimento para o assentamento, como por exemplo para a família 7, a qual pertence o Jovem 1, que hoje trabalha como agricultor. O PDRS contratou jovens para trabalhar diretamente nas cooperativas, o que foi importante para superar a barreira da burocracia, pois esses jovens aprenderam mais rapidamente os trâmites, e, atualmente, trabalham ainda nas cooperativas e têm perspectivas futuras de continuar atuando no assentamento.

A educação é valorizada pelos assentados, famílias e jovens, existindo estímulos para que estes sigam nos estudos (OLIVEIRA et al, 2016). A educação formal, especialmente aquela com formação agrícola ou adequada ao meio de vida rural, são um dos fatores que auxiliam na fixação do jovem no campo (SILI; FACHELLI e MEILLER, 2016). Uma educação que seja voltada à realidade desses jovens, como são as escolas agrícolas, escolas do campo, essencial para uma formação contextualizada (LOPES e CARVALHO, 2015), a exemplo do PRONERA (ARAUJO; MELO e SILVA, 2018).

A formação obtida através do PRONERA pelos Jovens 5 e 6, tem reflexos positivos no assentamento, criando referências locais de ATER em agroecologia, e jovens atuantes em sua comunidade, responsáveis por ações de inovação, como foi a implantação de SAFs pelo PA e PDRS, como evidenciado na fala a seguir:

Eu acho muito importante essa questão do [Jovem 5], porque ele se formou e tem o olhar aqui de dentro. Então ele sabia como auxiliar os agricultores e ele tinha o conhecimento técnico. E ele fez o PRONERA, ele foi um dos que fez, e isso foi muito importante. Porque quando a pessoa tem o conhecimento técnico mas também tem o olhar de dentro, sabe quais são as dificuldades, onde precisa de auxílio, facilita muito o trabalho. (JOVEM 2).

No Assentamento Ipanema não existem escolas do campo, tendo os jovens uma formação descontextualizada de sua realidade. Além disso, as

escolas são distantes, sem transporte público adequado, e o acesso à internet é limitado, dentre outras barreiras:

Eu queria que aqui a escola Glaucia (escola primária próxima) fosse considerada uma escola rural, já melhoraria bastante coisa. (JOVEM 4).

Esses dias estava tendo a segunda fase do ENEM, ai eu fui buscar minha irmã [...] Ela falou “nossa, como é interessante a meritocracia né? Eu vou chegar em casa exausta, cansada, desanimada, pra não dizer revoltada, com vontade de não ter voltado, enquanto outras pessoas que moram em outros lugares já estão em casa descansadas, já querendo conferir a prova. É impressionante! Chega em casa, não tem internet... (JOVEM 4).

E o acesso a internet faz muita diferença. Eu atrasei um ano do ensino médio, por falta de conhecimento, eu não sabia que escola técnica tinha ensino médio, que era só ir lá e fazer uma prova pra tentar entrar. Fiquei sabendo disso um ano depois, ai eu fiz meio sem querer e tive que desistir de um ano porque eu fiz a prova errada por falta de informação. (JOVEM 2).

Os jovens entrevistados citam essas dificuldades para estudar, que tem buscado formações em áreas diversas, não diretamente ligadas à agricultura. Entretanto, estes não veem nisso um empecilho para permanecer no assentamento. Pelo contrário, apontam que sua comunidade necessita de diversos serviços, não somente relacionados à agricultura, o que seria um meio de trabalho para os jovens:

O jovem não é só aquele que compõe o núcleo familiar, ele pode ajudar em uma associação, uma cooperativa. Ele pode participar de outra forma. A gente vê em outros assentamentos em que isso aconteceu e que teve um desenvolvimento diferenciado. Acho que seria uma perspectiva que essas oportunidades se ampliassem. (JOVEM 3).

A população de forma geral tem essa visão que, se você tá no campo, em uma área rural, você tem que trabalhar com agricultura, não vai fazer outra coisa. [...] Eu acho que é até isso que a gente tem que lutar contra, mostrar que pra ficar aqui não precisamos ser agricultores necessariamente, ou estudar na área. A gente pode fazer o que quiser e ainda continuar aqui. Por que o lote tem que se manter produtivo, mas para isso eu não preciso tá com enxada na mão. Eu posso administrar, pensar como vai ser, trazer turistas pra agregar, buscar outros meios de se manter aqui. (JOVEM 2).

As falas mostram os anseios dos jovens que querem continuar no assentamento, mas não necessariamente querem viver da agricultura. Espera-se que os jovens filhos de agricultores familiares, permaneçam no campo dando continuidade a um trabalho com agricultura (CASTRO, 2009; CASTRO, 2005), porém os jovens aqui entrevistados têm perspectivas profissionais

futuras em outras áreas, mesmo que continuem vivendo no assentamento. Apesar de em princípio isso parecer um problema, caso houvesse incentivos que oferecessem postos de trabalho para esses jovens, poderiam desenvolver suas profissões no assentamento e no seu entorno. O rural necessita de políticas amplas, que deem respaldo tanto para a produção agrícola, quanto a outros tipos de atividades, abarcando toda a diversidade da agricultura familiar (GRISA e SCHNEIDER, 2014; SCHNEIDER e CASSOL, 2014; GRISA, 2017):

Tudo dá pra gente trabalhar dentro do assentamento, a questão é que temos acesso a políticas públicas. Então não conseguimos pensar dentro do assentamento, na assistência social, na assistência jurídica, no turismo organizado. Negligência do próprio estado. Por exemplo, quando a gente tem uma assistência técnica, a gente tem muita dificuldade de ter uma assistência que vá além da assistência agrícola, que ainda é precária. Claro, é prioridade, é o carro chefe, está dentro de um assentamento e tem que ter a produção. Mas no município, a dificuldade que a gente tem de acessar uma política pública. Não vem uma assistente social dentro do assentamento pra fazer uma visita... (JOVEM 3).

Esses jovens, a partir de uma escolha consciente, se veem morando no lote, por acreditarem que o assentamento é um espaço adequado para sua qualidade de vida. Porém, quando refletem sobre os outros jovens do assentamento, não tem uma visão tão positiva:

Eu acho que a maior parte dos jovens que ficam aqui, que continuam morando, é por uma questão de não ter como morar em outro lugar, não pela consciência de que aqui você pode ter uma vida mais saudável, ou de que queiram morar aqui. Não tem condições de ter uma casa na cidade, de pagar aluguel, a maioria é isso. Completa a maioria, vai procurar um serviço fora com servente de pedreiro, ou trabalhar em uma loja ou algo do tipo, só para ter um salário. E continua morando aqui, porque se casa, constrói a casa, porque é mais fácil, é mais barato. Acho que a maioria não tem essa consciência, é muito raro. (JOVEM 3).

Esta fala se aproxima dos discursos presentes nas famílias, no qual os jovens são desacreditados quanto a sua preferência pelo ambiente rural. Apesar disso, os jovens também relacionam que, novamente, o esvaziamento de condições básicas de existência é o maior fator de evasão, e não necessariamente devido à preferência pela cidade:

Se você é criado em determinado lugar, tem um laço com ele, conhece as pessoas, conhece como funciona, já faz parte daquilo. Mas por outro lado, se você mora em um lugar em que tem dificuldade de acesso a coisas básicas, aquilo vai te... não é que você não gosta, acaba não tendo muitas opções. Pra coisas muito básicas da vida, pra ir num posto de saúde, é tudo um desafio. (JOVEM 3).

A dificuldade de infraestrutura e acesso a políticas públicas não é algo recente, pois as famílias desses jovens também as enfrentaram, o que as fizeram relacionar a vida rural a sofrimento:

Minha vó, por exemplo, ela foi criada no sítio, ela gosta muito do Paraná, mas da cidade do Paraná. Ela mora hoje na roça, mas ela não gosta, por conta do histórico dela de sofrimento. Na cabeça dela não tem esse trabalho mais humanizado, agricultura pra ela sempre foi um histórico de sofrimento. (JOVEM 3).

O meu padraço também morava no Paraná, e quando ele fala em Paraná ele lembra só da infância, e a infância não é nada bonita, porque a infância é sempre no meio de colheita. É a única coisa que ele lembra da infância dele, da colheita, mais nada. (JOVEM 4).

Os projetos do PA e PDRS são citados como avanços por terem proporcionado ações de humanização do trabalho, a partir de tecnologias (cisternas, roçadeiras costais etc.) e por terem implantado os SAFs, que aliam uma produção diversificada, com menor desgaste dos trabalhadores (MAY e TROVATTO, 2008). Os projetos de implantação dos SAFs impactaram a vida desses jovens, positivamente, em diversos aspectos, representando um novo conceito de agricultura, mais atrativo:

Eu mudei o meu conceito com relação à produção também, porque hoje eu vejo outras formas de trabalhar na terra. Eu não penso mais naquele tempo que vivia só na enxada. Quando a gente ia plantar a horta no meio do SAF, íamos com a mão, hoje eu vejo outro ângulo. (JOVEM 4).

E essa mudança também pro orgânico, porque é uma mudança direta pra nossa saúde, a gente mora aqui do lado, se tá passando veneno estamos aqui. E mudou no sentido que a gente passou a valorizar mais uma alimentação saudável, e ver que é possível ter variedade sem ter tanto trabalho pra produzir, ter um pouquinho de cada coisa. (JOVEM 2).

O SAF representou inovação, por apresentar uma forma diferente de lidar com a terra, com a produção de alimentos, mostrando que os agricultores poderiam utilizar a natureza a seu favor. Essa inovação também está ocorrendo a partir da inserção dos jovens, os quais absorvem conceitos e elaboram formas diferentes de realizar tarefas cotidianas. Um dos exemplos, é a forma de comercialização por cestas, elaborado pela jovem da Família 1, via Whatzapp, mas estão presentes nas outras famílias. Na Família 4, a mãe vende colorau em pó após o incentivo de suas filhas.

[...] de tanto eu insistir com minha mãe que ela vende colorau, mas ela não vendia. E foi minha irmã que viu no catálogo da revista uma

máquina que é na verdade, uma trituradora de alimentos, para adaptar pra minha mãe triturar mais rápido, que antes ela socava totalmente no pilão. E foi porque lá no SAF tem bastante colorau, além do que tem lá em casa espalhado. (JOVEM 4).

O potencial dos SAFs em utilizar a natureza a favor dos agricultores, é um aspecto inovador, sustentável (MAY e TROVATTO, 2008). Porém, em relação ao manejo, ainda precisam ser trabalhadas tecnologias e aumentado o acompanhamento técnico, que sejam aplicadas de forma prática:

Tinha um agricultor que pra controlar as formigas ele trocava a terra do olho do formigueiro de cada um, por espécie. Ai confundia as formigas, elas abandonavam os formigueiros por que não conseguia retornar. Só que daí você “gente, eu vou passar o dia inteiro trocando terra de formigueiro” [...] Tinha coisa que depois a gente ri pra não chorar. “coloca a ponta da garrafa pet na muda pra formiga não conseguir subir” Ai colocaram fogo no SAF, ai o negócio grudou na muda e matou a muda. (JOVEM 3).

Lá em casa, depois de muito tempo, a gente descobriu que a água da mandioca não mata, mas afasta formigas. Só que tem que ficar pulverizando água de mandioca em tudo, não dá. (JOVEM 4).

Os projetos incentivaram a interação dos jovens com as pessoas dos assentamentos, colocando-os em um patamar de lideranças, pois estavam presentes na organização da implantação dos SAFs. Essa interação se deu também nos intercâmbios, capacitações e, no caso da Jovem 3, pertencente a ARDA, a comparação com outro local, o Assentamento Bela Vista, onde os jovens são mais presentes e participativos, segundo seu relato. Esses contatos, ocorridos a partir da implantação dos SAFs amplia a visão de mundo e de possibilidades da produção no assentamento:

O que a gente pode perceber, não sei se o SAF garante que o jovem fique no lote, mas de um jeito de outro ele envolve. Tanto nas questões mais práticas, pra ajudar, quando tinha mutirão a gente tinha que ir também. Os jovens veem uma outra forma [de agricultura], principalmente no Bela Vista a gente viu muito isso [...]. E muitas vezes os pais dizem “então faz”. Eu percebi um pouco mais dos jovens em outros assentamentos, apesar que aqui nós tínhamos 9 famílias, e lá (Bela Vista) eram 15. A gente via a juventude atuando e em diferentes áreas, eu ajudava na administração e outros na produção, quem não ajudava na produção, ajudava na comercialização. [...] E eu acho que esse projeto trouxe também o contato com outras pessoas do assentamento. Eu conheci pessoas aqui no assentamento que eu não conhecia. E não era só conhecer, era uma coisa que você tinha que ter uma certa relação com a pessoa. (JOVEM 3).

Intercâmbios, quantas mudanças nos intercâmbios. Eu convivi com tanta gente, porque o projeto abrange quilombola, indígena. E eu convivi com pessoas lá que falaram mudanças que meu Deus...tem

peças que iam sair porque não tinha mais jeito, pessoas que voltaram pra morar com os pais e ajudar na produção, em outros lugares. (JOVEM 4).

O projeto resgatou também a coletividade que tinha no início do assentamento, porque tinha os mutirões, todo mundo ia numa propriedade naquele dia porque era uma contrapartida do projeto, e é uma coisa muito importante pra gente manter. O SAF não tem um modelo, cada um tá fazendo de uma maneira e é importante essa troca, de “ó, no meu eu fiz isso e aconteceu isso, ou isso deu errado”. (JOVEM 2).

As capacitações, intercâmbios, foram possibilitadas pelos projetos e auxiliaram na formação dos jovens voltada ao meio rural e não apenas dos titulares. Os mutirões, como explícito na fala da Jovem 2, resgataram valores comunitários do acampamento, gerando uma interação entre as famílias que pouco se veem, pois moram longe uma das outras. Apesar dos resultados positivos dos mutirões, estes não foram mantidos após o fim dos projetos.

O SAF por representar uma novidade, foi bem aceito pela juventude, e não apenas pelo sistema em si, mas também por ter possibilitado a introdução de outros conceitos de comercialização, certificação orgânica. O desenvolvimento dessas atividades cria a expectativa futura de atrair turistas para o assentamento:

O SAF é um sistema que tem muitas questões. Quando começaram a vir as feiras, ter SAFs pontuava pra esses projetos. Então a gente percebe esse aprendizado, a possibilidade de capacitação. A gente via pessoas no início, principalmente os mais antigos “ah, misturar árvore, com fruta, com planta, isso não vai dar certo”. E quando começou eu também não tinha essa cabeça. A juventude de uma forma geral se abriu pra isso. (JOVEM 3).

A produção orgânica e agroecológica são uma das coisas que estão em alta, digamos assim, que chama mais gente pra vir aqui. E talvez com esse gancho a pessoa vai vir e conhecer a história do movimento, porque geralmente quem vem buscar essa história é a pessoa que tem essa consciência. As vezes a pessoa vem buscando outra coisa e acaba conhecendo sobre isso, quebrando preconceitos. (JOVEM 2).

Os SAFs representam uma possibilidade de inovação no assentamento, e quando questionados sobre o que falta para que os SAFs de fato impactem a vida dos jovens diretamente, esses citam: a continuidade dos projetos, a garantia do escoamento da produção, assistência técnica e geração de renda:

A gente tem um histórico aqui na região de coisas que começam e não tem continuação. [...] O projeto de reforma agrária é amplo. Não adianta você dar a terra pra pessoa e deixar lá, até porque tem retorno pra sociedade. Deveria ter um projeto para aqueles que

querem a ampliação da sua área de SAF, mas também pra aqueles que querem investir no que tem e comercializar. E isso não é só dar o carro, isso não vai garantir. É ter projetos do início ao fim que garanta. Tá, e se eu não tiver renda esse mês, como é que eu faço pra manter a feira, ou qualquer outra forma? (JOVEM 3).

O SAF foi um processo, e precisa que esse processo seja contínuo. Porque pelo menos até a gente ter a capacitação suficiente, a base suficiente. Porque ele trouxe recurso, que é o que a gente não tem. Ele trouxe recurso e capacitação. Então “ó, você tem que fazer assim, e aqui tá o que você precisa”. O que falta é uma continuidade desse projeto. Não que ele tenha que continuar talvez trazendo o recurso, mas que ele ensine o caminho, e traga os recursos pra começar e até o momento que dê pra continuar. A gente tá aqui a 26 anos, e agora que eles conseguiram ter esse “up” por causa desse projeto. É que nem a gente fala, como é que o Brasil vai melhorar do dia pra noite, se foram 500 anos de coisas erradas. É um processo contínuo e demorado. (JOVEM 2).

As falas refletem os discursos presentes nas entrevistas dos informantes-chave e das famílias. Os projetos vão até o momento da implantação do SAF, e após, chegam ao fim sem uma continuidade. Quando essa continuação acontece, vem depois de um período de interrupção, por exemplo, o PA II que está acontecendo no assentamento após cerca de três anos do fim do primeiro projeto. Da mesma forma, a Secretaria do Meio Ambiente está iniciando projetos de acompanhamento, porém, com recursos reduzidos e após um período sem assistência. O momento após a implantação do SAF é aquele com maior necessidade de mão de obra, ATER (MAY e TROVATTO, 2008), desta forma, a falta de assistência técnica logo depois da implantação, gerou perdas que poderiam ser evitadas. Os SAFs precisam de políticas públicas continuadas (PORRO e MICCOLIS, 2011), com maior amplitude do que projetos de dois anos, pois a implantação destes é um processo que necessita mais tempo.

A constatação da necessidade de políticas públicas ampliadas para SAFs, não anula a importância das iniciativas desses projetos. A partir do PA e PDRS, surgiram as experiências práticas que agora trazem perspectivas futuras com uma agricultura mais sustentável, em todas as suas dimensões (social, ambiental, econômico). Os jovens inseridos nesses projetos continuam buscando formas de angariar investimentos para o assentamento, munidos dos aprendizados obtidos nesse processo. A visão desses jovens é da busca de um desenvolvimento amplo, que vá além da implantação do SAF, mas da

capacitação, da efetivação de canais de comercialização e emancipação das pessoas que vivem no assentamento:

Eu estava conversando com o [Jovem 5] que elaborou o projeto, se tiver outro, eu ajudar ele a escrever, pra eu ajustar a realidade daqui. Porque o escoamento sempre foi um gargalo, mesmo antes do projeto. (JOVEM 4).

E percebe que se você consegue implantar um projeto desse, não precisa ser só governamental. Você vai precisar do jovem que faz a produção, o jovem que vai pensar e executar o projeto, você vai pensar em como ampliar isso, na assessoria jurídica, na assessoria contábil, na comercialização, e tudo isso você pode capacitar as pessoas daqui de dentro. (JOVEM 3).

Quando questionados se “O SAF vai fazer com que o jovem permaneça no campo?”, esse conceito amplo de desenvolvimento aparece como necessário para a viabilização dos SAFs na fixação dos jovens no campo:

Por si só, não, mas um projeto amplo, completo, sim. Ele ainda pode ser a melhor opção, principalmente por causa dessa coisa da novidade. (JOVEM 3).

A implantação dos SAFs pelos projetos do PA e PDRS trouxe resultados a curto prazo, de dois a quatro anos, como: renda para autoconsumo e venda, melhoria do solo, água, aumento da qualidade dos produtos, menor desgaste dos trabalhadores. Desta forma, abriu espaço para se efetivar como um sistema de produção que faça parte dos projetos de vida das famílias, e também dos jovens, além de adquirir centralidade para as agências de ATER locais. Mas, para que de fato seja motivo de fixação dos jovens no campo, é necessário investimento em trabalho humanizado, políticas públicas ampliadas (crédito, infraestrutura básica, educação, acesso à água, internet, lazer) e tecnologias específicas para o SAF, com máquinas adequadas e técnicas de manejo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram muitos os benefícios trazidos para o Assentamento Ipanema pelos projetos do Plantando Águas e Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II, com financiamento da Petrobrás Ambiental e pelo consórcio entre o governo do estado de São Paulo e o Banco Mundial, respectivamente.

As ações de conservação de recursos hídricos realizadas pelo Plantando Águas tiveram um impacto positivo na melhoria da qualidade de vida das famílias participantes do projeto. Isso porque, através de tecnologias sociais replicáveis pelos agricultores, construíram fossas sépticas, jardins filtrantes e cisternas para captação de água fluvial. Essas estruturas auxiliam em questões essenciais de saúde das pessoas e do meio ambiente, e tem ajudado no enfrentamento da falta de água no assentamento. Aliada a essas ações, também foram implantados SAFs, como uma estratégia produtiva e de conservação ambiental. O Plantando Águas atendeu a necessidades das famílias de acesso à água e saneamento básico presentes desde o início do acampamento. Muitas famílias tem dificuldade de ter água mesmo para o consumo doméstico em certos períodos do ano, não tendo condições de destinar parte para a produção. Devido a isto, o Plantando Águas é um exemplo de ação efetiva para a qualidade ambiental e social, através de tecnologias práticas, baratas e replicáveis.

Porém, a descontinuidade é um problema, pois ao fim do projeto ainda era necessário trabalho com as famílias para o desenvolvimento dos SAFs, os quais passaram por intempéries e problemas de manejo, o que poderia ser resolvido com acompanhamento técnico e recursos disponíveis. Além disso, no Assentamento Ipanema 10 famílias foram atendidas no Plantando Águas I, sendo que o saneamento básico e a falta de água são um problema enfrentado pelas 151 famílias deste assentamento. Apesar do baixo custo e praticidade das tecnologias sociais, não foi observada a replicação destas em outras propriedades, o que pode ser uma ação futura desses projetos: facilitar o intercâmbio de experiências e expansão destas tecnologias para outras propriedades. De qualquer forma, políticas públicas precisam ser aplicadas para fornecer saneamento e outras necessidades básicas de habitação, o que implica em melhor qualidade de vida.

O PDRS Microbacias II foi uma ação que atendeu, através de três projetos, 51 famílias no Assentamento Ipanema. Foi um processo amplo de capacitação, envolvendo diversas instituições de ATER e outros atores sociais. Como resultado, dezenas de famílias estão desenvolvendo SAFs e

agroecologia, melhorando suas práticas rumo a uma agricultura mais sustentável. Além disso, o PDRS trouxe a oportunidade para os agricultores de acessarem tecnologias como roçadeiras costais e tratoritos, os quais tem humanizado o trabalho. Não apenas as famílias individualmente foram beneficiadas com equipamentos, mas suas organizações (ARDA, COPRIR e COOPMaio), através de trator, carro e caminhão, o qual aumentou o poder de atender as necessidades de seus associados na comercialização e produção. Como entraves nesse processo, a descontinuidade (assim como no Plantando Águas) é uma barreira, pois após a implantação dos SAFs existe todo um processo complexo, o qual tem mais chance de sucesso através do acompanhamento técnico. Outra barreira observada foi à burocracia descontextualizada para a realidade dos agricultores familiares e suas organizações, a qual foi em parte superada durante o projeto, mas é desejável que seja adaptada para outras ações.

O impacto dos SAFs dos dois projetos já é observado nas famílias, principalmente em aspectos relacionados à produção. A maior parte das famílias ainda não tem os SAFs como renda expressiva, mas a renda não monetária de autoconsumo aumentou, mesmo naquelas com baixo desenvolvimento dos SAFs, disponibilizando maior diversidade, quantidade e qualidade dos alimentos. A maior qualidade do solo também é percebida pelos agricultores, com a terra mais adubada, úmida e com menor erosão. As barreiras mais comuns nas famílias são a falta de mão de obra disponível, o que afeta o desenvolvimento dos SAFs, e falta de recursos financeiros para investir na produção, o que não permite contratar mão de obra temporária, comprar equipamentos necessários, realizar obras, comprar insumos, etc.

A falta de mão de obra ocorre devido a famílias pequenas, titulares envelhecendo e/ou com problemas de saúde, além do êxodo da mão de obra dos jovens. As famílias tem uma visão de que os jovens não tem interesse em permanecer no assentamento trabalhando na terra, porém tem esperanças que voltem, depositando nos benefícios futuros que o SAF pode proporcionar, a expectativa para que isso ocorra. O trabalho dos jovens é declarado na maior parte das famílias como uma ajuda, não sendo visto como central no lote.

Apesar do trabalho dos jovens serem classificados como uma ajuda foi observado que estes (mesmo quando tem trabalhos fora do lote) estão inseridos nas mais diversas atividades de produção e domésticas, o que mostra que é um trabalho bastante invisibilizado. A presença de jovens atuantes no assentamento é porta de inovações, dentre elas os SAFs, pois os jovens intermediaram a vinda dos projetos para o local. Além disso, ideias para beneficiar alimentos, melhorar a comercialização, trazer turismo rural, dentre outras são realizadas pelos jovens.

Mesmo com esses aspectos positivos, de fato muitos jovens residem no lote, mas tem trabalhos fora do assentamento, sendo identificado nas famílias entrevistadas apenas um que é agricultor por escolha e autodenominação. Contribuem com esse fator a falta de infraestrutura básica do assentamento: transporte, saúde, estradas, água, assistência social etc., que são serviços precarizados ou inexistentes. A educação formal básica está presente fora do assentamento, distante alguns quilômetros, mas não são escolas adaptadas a realidade rural, de forma que não oferecem aos estudantes capacitação para o trabalho com agricultura. Somam-se a essas questões a dificuldade de geração de renda que garanta as necessidades da família, assim como uma renda própria para os jovens. Essas, dentre outras questões, como a autoridade exercida pelas famílias, são fatores de êxodo dos jovens.

A falta da garantia de uma renda suficiente e própria parece ser os fatores chaves que mais afetam a permanência ou não dos jovens. Algumas das famílias (entrevistadas ou citadas nas entrevistas) estão conseguindo ter uma renda maior, o que auxilia na permanência não apenas dos jovens mas de todos os membros da família. As famílias que ainda não alcançaram esse objetivo, citam esses fatores como necessários. Dessa forma, fica explícita a necessidade de políticas públicas para melhoria do acesso a infraestrutura e também de investimentos que podem tornar mais atrativo para os jovens o trabalho no assentamento.

Os jovens do Assentamento Ipanema se encontraram nesse território a partir da escolha de seus pais para a luta na terra. Agora, enfrentam o desafio de construir seus projetos de vida pessoal, que pode ou não estar vinculado ao

trabalho familiar na agricultura. As quatro pessoas jovens entrevistadas nos grupos focais apresentaram projetos de vida que estão relacionados a agricultura e ao assentamento, porém, nem sempre como agricultores. Mesmo que a priori esse pareça um resultado indesejável, apresenta uma face que é a necessidade de serviços diferenciados no assentamento, não apenas relacionados diretamente à produção agropecuária. Diversas formações em ensino técnico e superior foram encontradas no assentamento, as quais, caso existissem estímulos, poderiam ser empregadas nesse local. A educação para o trabalho agropecuário deve melhorar nesse local, para que os jovens tenham oportunidade de capacitação para trabalhar como agricultores, caso queiram, pois atualmente a educação formal básica é descontextualizada do meio rural.

Diante do importante papel da agricultura familiar para o abastecimento do mercado interno de alimentos do país, assim como para a soberania e segurança alimentar, é desejável que as famílias e jovens tenham estímulos para trabalhar na agricultura. Para isso, é necessário o desenvolvimento social das famílias, com políticas públicas de acesso a infraestrutura básica. Além disso, é necessário crédito facilitado e acessível para que as famílias possam investir na produção, assim como seguro para suas plantações para caso de perdas. O estímulo para a criação de mercados locais vantajosos também é desejável, assim como a retomada dos mercados institucionais. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) deve ser possibilitado neste local, pois as famílias geram serviços ecossistêmicos e conservação da biodiversidade, a partir de seus SAFs e outras práticas agroecológicas.

Quanto ao PSA, o desenvolvimento dos SAFs será uma forma de possibilitar essa estratégia futura, assim como o turismo rural ecológico. Esse tipo de atividade econômica é desejável considerando que o Assentamento Ipanema está na zona de amortecimento da FLONA Ipanema. Aliás, a FLONA Ipanema durante os projetos não foi uma parceria importante para implantação dos SAFs, inclusive tendo problemas com o fornecimento de material previamente assegurado pela FLONA para o PDRS. Isso mostra uma visão antiquada de conservação da natureza, pois é esperado dos gestores dessa unidade de conservação o estímulo de práticas sustentáveis das comunidades

do entorno. Apesar do conflito fundiário histórico existente entre a FLONA Ipanema e o Assentamento Ipanema, é necessário que essa barreira seja transpassada em prol do desenvolvimento sustentável e da conservação da natureza. Dessa forma, esses territórios podem servir de exemplo de boas práticas e parcerias entre unidades de conservação e comunidades do entorno. Mesmo com essa crítica, é preciso ressaltar que a FLONA tem procurado construir estímulos, a exemplo do curso de Turismo Rural que oferece para os assentados, iniciativa que deve ser aprofundada.

O impacto negativo econômico e social do desmonte do PAA é percebido nas famílias. Esse processo afetou o pleno desenvolvimento dos SAFs implantados, pois esse era o principal mercado acessado pelos agricultores à época. O PAA recolhia os alimentos conforme a produção existente no lote, em diversidade e quantidade, sendo que cada uma poderia demorar o tempo necessário para concluir sua meta de venda. Essa garantia auxiliava na organização da produção e trazia uma estabilidade mínima, motivando o trabalho na terra por todos os membros da família, incluindo os jovens. É desejável que as famílias sejam menos dependentes de mercados institucionais, porém o PAA foi uma importante política pública para o desenvolvimento rural que precisa ser retomada, em conjunto com o estímulo de acesso a mercados diferenciados e vantajosos. O PNAE ainda não representa no Assentamento Ipanema a garantia que o PAA proporcionava, pois tem burocracias que não atendem a realidade das famílias, sendo necessário seu aprimoramento.

O sucesso da estratégia produtiva em torno dos SAFs é atrelada a um melhor acesso a mercados consumidores vantajosos e maior geração de renda, o que impactará na permanência dos jovens no assentamento. Para isso, formas alternativas e criativas de comercialização devem ser estimuladas, como a venda por cestas, podendo as cooperativas e associação ser uma mediadora desse processo, utilizando-se dos meios de transporte adquiridos no PDRS. Soluções criativas para produção e comercialização são desenvolvidas pelas famílias, podem essas experiências são pouco compartilhadas na comunidade. É interessante que exista esse intercâmbio

local, o que pode ser estimulado por projetos futuros, valorizando os conhecimentos desses agricultores.

Este trabalho tem como limitações o número de famílias e jovens entrevistados, pequeno considerando todas que implantaram SAFs (até o momento) e todos jovens presentes no Assentamento Ipanema. Porém, foram obtidos dados qualitativos de diferentes camadas sociais – ATER, atores-chave da comunidade, organizações, famílias e jovens – que trouxeram pontos em comum para compreender quais são os aspectos que influenciam o desenvolvimento dos SAFs, e se estes podem tornar-se projetos de produção e de vida das famílias, auxiliando na permanência dos jovens.

É atribuído aos jovens a falta de interesse pelo meio rural e o consequente êxodo para fora do assentamento, principalmente a cidade de Sorocaba. Porém, observando a realidade concreta, de fato não apenas a permanência dos jovens está em discussão, mas de todos os membros das famílias. Os SAFs implantados, mesmo com poucos anos, apresentam resultados diretos na saúde, alimentação e qualidade do solo. A maior parte das famílias tem conseguido, mesmo com dificuldades, dar continuidade a transição agroecológica em seus lotes, tendo os SAFs como estratégia principal. Porém, essas famílias sofrem de falta de infraestruturas básicas que, de um modo geral, submetem essas famílias a baixa qualidade de vida, principalmente quando relacionada a renda. Para que os SAFs venham a se tornar centrais para a produção, é preciso que estes sejam viáveis por meio de geração de renda em quantidade suficiente, além de tantas outras ações já citadas ao longo do texto.

As afirmações de que os SAFs são capazes de fazer com que os jovens permaneçam no campo são generalistas. Isso porque existem processos complexos que envolvem a permanência ou não dos jovens no campo, que vão desde a infraestrutura básica que estes tem (ou não) acesso até as relações patriarcais instituídas nas famílias, o que vai além da produção dos SAFs. Para que os SAFs de fato influenciem na permanência dos jovens, é preciso que os projetos pensem objetivos específicos para este público, incluindo-os e emancipando-os enquanto sujeitos, não apenas como componentes da

unidade familiar. Os SAFs precisam estar aliados a um projeto maior de desenvolvimento rural, com acesso a políticas públicas amplas, que tornem o meio rural um local desejável para a vida das pessoas, assim se tornaram uma política mais efetiva.

Cabe ressaltar que o momento político brasileiro atual tem nas maiores esferas de poder do Estado forças contrárias à Reforma Agrária e um projeto de agricultura alternativo. Isso se materializa diante das ameaças aos povos do campo, assentados da Reforma Agrária, sem terra acampados, indígenas e quilombolas. Essas ameaças são violentas e também simbólicas, com fechamento de escolas do campo, proposta de titularização dos assentamentos o que desvincula do Estado, violência policial, desmonte do INCRA, fim do MDA, dentre outras. Durante essa pesquisa, o contexto político e econômico esteve a todo momento presente, e as famílias no Assentamento Ipanema sentem-se inseguras e ameaçadas, o que afeta o desenvolvimento dos SAFs, nos projetos de vida das pessoas desse território.

Esse cenário desfavorável não impede, mesmo que dificulte, que no Assentamento Ipanema as famílias estejam realizando ações inovadoras rumo a uma agricultura mais sustentável. Os projetos aqui estudados, assim como outros que os antecederam, trazem resultados e apoiam essas famílias, com saldo positivo de capacitação, inovação, melhoria na qualidade de vida etc., sendo desejável que estas se multipliquem. Essas experiências locais de implantação de SAFs no Assentamento Ipanema são parte de uma Questão Agrária ressignificada, na qual o respeito à natureza tem papel central. É necessário contínuo acompanhamento dessas iniciativas, tanto em apoio técnico quanto de sistematização científica, afim de que façam parte da construção de um projeto maior de democratização e cumprimento da função social da terra, rumo a um modelo de agricultura baseado em outra matriz tecnológica, a Agroecologia.

7 LITERATURA CITADA

- ABDO, M. T. V. N.; VALERI, S. V.; MARTINS, A. L. M. Sistemas agroflorestais e agricultura familiar: uma parceria interessante. **Revista de Tecnologia & Inovação Agropecuária**, v. 1, n. 2, p 50-59, 2008.
- ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. 1 ed. Brasília: UNESCO, 94 p. 1998.
- ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 4, n. 7, p. 63-85, 2009.
- ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, n. 15, p. 87-112, 2000.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: editora da UFRGS. 2004. 120 p.
- AMARAL, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B. Os nós da questão ambiental em PAS e PDSS: desafios e perspectivas. **Retratos de assentamentos**, v. 17, n. 2, 2014.
- AMADOR, D. B. Educação agroflorestal e a perspectiva pedagógica dos mutirões agroflorestais. *In*: CANUTO, J. C. (Ed.) **Sistemas Agroflorestais: experiências e reflexões**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.
- ARAUJO, A. E.; MELO, L. F.; SILVA, L. P. C. Juventudes camponesas: protagonizando esperanças, emancipando sujeitos. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 116-133, 2018.
- BACKES, D. S. *et al.* Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, v. 4, n. 35, p. 438-442, São Paulo, 2011.
- FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Assentamentos rurais na agenda política do desenvolvimento local: a retórica e a prática. **Revista internacional de desenvolvimento local**, v. 6, n. 9, p. 43-50, 2004.
- BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 474 p.
- BARRIENTOS-PARRA, J. O Estatuto da Juventude: Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. **Revista de Informação Legislativa**, v. 41, n. 163, 2004.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**, v. 11, n. 31, 1997.
- BERGAMASCO, S.M.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.
- BONI, V.; QUARESMA, D. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A agroecologia como um campo científico. **Revista brasileira de agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013a.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). **Revista de Sociologia e Economia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-650, 2013b.

- BOSETTI, C. J. Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária? **Revista Nera**, n. 40, P. 11-38, 2017.
- BRANDÃO, C. F.; CAMPOS, M. M.; DEMO, P. Quais as questões básicas, hoje, para um debate sobre pesquisa participante. **Em aberto**, v. 3, n. 20, 1984.
- BRANDÃO, C. F.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Pop.**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, 2007.
- BRANDÃO, C. L. **Assentamentos rurais e licenciamento ambiental em Minas Gerais**. 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.
- BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**, Brasília, DF, jul 2006.
- BRASIL. Lei 12.852, de 5 de Agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE**, Brasília, DF, ago 2013.
- BRASIL-FAO. **Políticas agroambientais brasileiras para segurança alimentar e combate a fome**. Programa de Cooperación Internacional Brasil-FAO: [s. l.], 2014.
- BROCKINGTON, J. D.; HARRIS, A. M.; BROOK, R. M. Beyond the project cycle: a medium-term evaluation of agroforestry adoption and diffusion in a south Indian village. **Agroforest Syst**, v. 90, p. 489-508, 2016.
- BUQUERA, R. B. **A agroecologia e os serviços ecossistêmicos: um estudo de caso nos assentamentos do município de Iperó/SP**. 2015. 126 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2015.
- CAMPOS, S. **Caracterização da avifauna em áreas de transição agroecológica no assentamento Ipanema em Iperó-SP**. 2017. 79 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2017.
- CANUTO, J. C. *et al.* Conhecimento como base para a construção de sistemas agrícolas biodiversos. *In*: CANUTO, J. C. (Ed.) **Sistemas Agroflorestais: experiências e reflexões**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.
- CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. *In*: CAPORAL, F. R. (Org); COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009. 111 p.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *In*: CAPORAL, F. R. (Org); COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009. 111 p.
- CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, v. 6, p. 63-74, 2012.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, v. 15, n. 4, p. 679 – 684, 2006.
- CASTRO, E. G. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. Ruralidade na sociedade contemporânea: desafios e perspectivas. *In*:

Encontro Anual da ANPOCS [Anais], 25 A 29 de Setembro de 2005, Caxambu – MG.

CASTRO, E. **O significado do trabalho na constituição da territorialidade dos assentados da Fazenda Ipanema, Iperó-SP**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAVALCANTI, N. T. F.; MAISTRO, M. C. M.; MONTEBELLO, A. E. S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014. **Revista NERA**, v. 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 474 p.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, n. 24, p. 213-225, 2004.

ENGEL, V. L. Sistemas Agroflorestais: conceitos e aplicações. *In*: ENGEL, V. L. **Introdução aos Sistemas Agroflorestais**. Botucatu: FEPAF, 1999. 70 p.

GUSMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

GONÇALVES, P.K. **Potenciais e demandas para o desenvolvimento da agroecologia na região da Bacia do Alto Sorocaba - Médio Tietê: ações, instituições e inserção junto à agricultura familiar**. 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos), Araras, 2012.

GONÇALVES, P. K.; RUAS, N. B.; BENEDETTI, J. F. Agroflorestas em média escala para agricultura familiar e desenvolvimento rural: a experiência do projeto Plantando Águas na região de Sorocaba. *In*: CANUTO, J. C. (Ed.) **Sistemas Agroflorestais: experiências e reflexões**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

GOULART, I. C. G. *et al.* Fatores relacionados à adoção de práticas de manejo em sistemas agroflorestais sucessoriais na região norte de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 11, n. 3, p. 196-205, 2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interações entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GRISA, C. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 474 p.

GUSMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 1, 2002.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE: MAPA, 2006. 777 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: Resultados Preliminares. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 6 Jan. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 Mar. 2019.
- JACOBI, J. Agroforestry in Bolivia: opportunities and challenges in the context of food security and food sovereignty. **Environmental Conservation**, v. 43, n. 4, p. 307-316, 2016.
- KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. OLIVEIRA, J. T. Assentados e familiares no Censo Agropecuário de 2006. **Retratos de Assentamentos**, v. 13, n. 1, 2010.
- LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. Dinâmica temporal do assentamento e os projetos de vida da juventude rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 4, p. 571-588, 2015.
- MARCHIORI, A. et al. Ecoagriculturas e sistemas agroflorestais ecoeficientes: sete passos, aprendendo com a natureza. In: CANUTO, J. C. (Ed.) **Sistemas Agroflorestais: experiências e reflexões**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.
- MAY, P. H.; TROVATTO, C. M. M. (Coord) **Manual agroflorestal para a Mata Atlântica**. Brasília: MDA, 196 p., 2008.
- MCGINTHY, M. M.; SWICHER, M. E. ALAVALAPATI, J. Agroforestry adoption and maintenance: self-efficacy, attitudes and socio-economic factors. **Agroforestry syst**, v. 73, p. 99-108, 2008.
- MÓNICO, L. et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa [**Anais**], Salamanca, 12 e 14 Jul, 2017.
- MORAES, L.F.D.; AMANCIO, C. O. G.; RESENDE, A. S. **Sistemas Agroflorestais para uso sustentável do solo: considerações agroecológicas e socioeconômicas**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2011. 28 p.
- NUNES, P. J.; SILVA, T. B. Implantação de Sistemas Agroflorestais: a experiência do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 46, n. 3, p. 43-53, 2016.
- OLIVEIRA, J. T. A. et al. **Juventude rural e projetos de vida: desafios e perspectivas para a agricultura familiar no contexto dos assentamentos de São Paulo**. Relatório final projeto de pesquisa (Edital MCT / CNPq 02/2006 – Universal). 2006.
- OLIVEIRA, J. E. **Monitoramento participativo de sistemas agroflorestais nos assentamentos do município de Iperó - SP**. 2016. 134 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2016.
- OLIVEIRA, L. B.; LIMA, R. S. Juventude camponesa: unidade dialética campo – cidade. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e

- Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 17., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: 2017.
- PASQUALOTTO, N.; GODOY, W. I.; VERONA, L. A. F. Agricultura familiar e agroecologia: um olhar sobre o caminhar da juventude rural no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 3, p. 72-79, 2013.
- DE PAULA, A. M.; GOMÉZ, J. R. M.; TRACZ, C. A. M. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. **Mundo do Trabalho**, v. 18, n. 1, p. 57-88, 2017.
- PETERSEN, P. F.; WEID, J. M.; FERNANDES, G. B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe agropecuário**, v. 30, n. 252, 2009.
- PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. S063-S084, 2014.
- PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PLANAPO). Brasil Agroecológico. Brasília: MDA: CIAPO, 2013. 92 p.
- PORRO, R.; MICCOLIS, A (Orgs). **Políticas públicas para o desenvolvimento agroflorestral no Brasil**. Belém: ICRAF, 80 p., 2011.
- RIBEIRO, M. T.; SILVA, R. P. **A produção no assentamento Ipanema, em Iperó-SP**. Texto resultando do estágio de vivência agrária, primeira etapa do “Programa Nacional de Educação no Campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica: Residência Agrária”, 2007.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **ALEA**, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.
- SANTOS, T. T. et al. Uma análise quantitativa dos assentamentos rurais no estado de Sergipe e no Brasil. *In*: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DE SERGIPE, 7., 2015, São Cristovão. **Anais [...]**. São Cristovão: 2015.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e Heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.
- SCHEMBERGUE, A. et al. Sistemas Agroflorestais como estratégia de adaptação aos desafios das mudanças climáticas no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, 2017.
- SILI, M.; FACHELLI, S.; MEILLER, A. Juventud rural: factores que influyen em el desarrollo de la actividade agropecuaria. Reflexiones sobre el caso argentino. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 4, p. 635-652, 2016.
- SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SIRRINE, D.; SHENNAN, C.; SIRRINE, J. R. Comparing agroforestry systems' ex ante adoption potential and ex post adoption: on-farm participatory research from southern Malawi. **Agroforest Syst**, v. 79, p. 253-266, 2010.

- SOOD, K. K.; MITCHELL, C. P. Identifying important biophysical and social determinants of on-farm tree growing in subsistence-based traditional agroforestry systems. **Agroforestry Syst**, v. 75, p. 175-187, 2009.
- STEDILE, J. P. (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 - 1960**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MASCARENHAS, T.; GONÇALVES, J. Grupos de consumo responsável: práticas de consumidores baseadas no comércio justo e solidário. *In*: STELZER, J. GOMES, R. (Orgs.) **Comércio justo e solidário no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2016. 412 p.
- STRAUCH, G. F. E. Experiências agroecológicas como parte da estratégia de resistência territorial camponesa: o caso de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 11, n. 2, p. 140-151, 2016.
- VIEIRA, T. A. et al. Sistemas agroflorestais em áreas de agricultores familiares em Igarapé-Açu, Pará: caracterização florística, implantação e manejo. **Acta Amazonica**, v. 37, n. 4, p. 549-558, 2007.
- THIOLLENT, M. J. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 45-50, 1984.
- VILELA, S. L. O. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma “questão tecnológica”. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 474 p.
- WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. *In*: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs) **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. S025-S044, 2014.